

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL INSTITUCIONAL

GRUPO DE PESQUISA CORPO, ARTE E CLÍNICA

Dissertação

Júlia Dutra de Carvalho

**Mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil:
uma clínica porvir?**

Porto Alegre

2012

Júlia Dutra de Carvalho

**Mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil:
clínica porvir?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Tania Mara Galli Fonseca

Grupo de pesquisa: Corpo, Arte e Clínica

Porto Alegre

DEDICATÓRIA

Aos Jovens brasileiros que resistem e persistem
nos indagando no modo de vivermos

À mãe-amiga que sempre desejou a liberdade e
me ensinou a desejá-la

Ao meu companheiro Leonardo Ruivo que
compartilha as inquietações com/na vida

AGRADECIMENTOS

Aos jovens que resistem, persistem e que tem coragem para se perguntar sobre a vida que levamos Agradeço muito aos mergulhadores e nadadores William Venício, Paulo, Steyc, Sinue, Brenda, José Adriano, Thales e outros que atualmente me surpreendem com outras questões como Arnaldo, Malone, Mauri...os nomes são muitos...

À equipe de extensão ESTAÇÃO PSI com a qual foi possível construir um saber psi marginal que acompanha os jovens nas perguntas que não calam e que nos provocam ao movimento da vida. Aos colegas de formação e muito trabalho no ESTAÇÃO PSI Julia Becker, Alice de Marchi, Mateus Daixt, Camila Noguez, Camila Backes, Fernanda Bocco, Maynar e todos os colegas e amigos(as) que fiz nessa extensão meu muito carinho pelas trocas sempre calorosas quando das incertezas e meu muito obrigado pelas cervejas.

Aos cidadãos desse país que dificilmente chegam aos bancos acadêmicos, mas que acreditam na universidade pública almejando um país gigante e sabido.

À UFRGS por mais essa etapa de formação, e por seu investimento na proposta de pesquisa me incluindo no Pós Graduação de Psicologia Social e Institucional

Ao grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica por me acolher na diferença

À orientadora Tania Mara Galli Fonseca pelo olhar atento e disponível e honesto

À amiga-mestra-parceira Gislei Romanzini Lazzarotto pelos ensinamentos sempre construídos no coletivo ESTAÇÃO PSI, por na ação deixar pistas de um amor à vida e por uma amizade sempre recheada de afetos e de cuidados quando a vida indica necessidade de parar e olhar o que se passa – seja nos estudos, seja nos outras dimensões da vida.

Aos parceiros encaracolados de pesquisa Vera Lúcia e Leonardo Guaíba pelas trocas nas horas de apertos e pelas acolhidas ora ansiosas, ora divertidas.

Ao meu namorado e companheiro Leonardo Annunziato Ruivo que com sua delicadeza e carinho contribuiu no processo de finalização dessa dissertação, cuidando quando o corpo adoeceu, apresentando autores que a psicologia não trabalha e alimentando discussões sobre as problemáticas juvenis. Meu agradecimento especial.

Aos mestre e amigo Marcos Goulart pelo socorro com sua dissertação tão inspirada, clara e questionadora do que seja a tal autonomia juvenil

Ao mestre Mateus Cunda pelas inspirações futebolísticas de um caminho empedrado para tantos jovens na nossa cidade de Porto Alegre

À Ana Maria pelo cuidado, dedicação na feitura da arte dessa dissertação, e por compartilhar apertos nesse percurso de artesanato

Aos servidores públicos do Ministério Público Federal, Marco, Dona Zeli, Dona Zelma, Eduardo, Joel, Ruslana pelos ensinamentos valiosos que se construíram na relação cotidiana de estágio no projeto Abrindo Caminhos. Vocês anunciam que a tecnologia da relação supera o saber psi tradicional

À equipe criativa e guerreira do Projeção Guajuviras meu muito obrigado por ter sempre apoiado nas horas difíceis dessa produção escrita: entre muito trabalho e muitas problematizações - nos encontramos nas paragens da amizade

Aos amigos(as) que pouco vi neste ano de muito trabalho e pesquisa, e que se formaram comigo, esse agradecimento vem repleto de convites para vê-los(as): Cris, Camila, Natália, Maynar e outros(as)

À minha mãe Eloeci Dutra por ter sido incansável nas muitas leituras de cada pedaço dessa dissertação, pelo investimento para me tornar uma cidadã que pode sonhar e praticar a liberdade. Obrigada por sempre estar por perto e dando apoio

Ao meu avô José Alves Dutra que fundou na nossa família pressupostos éticos que ainda na sua ausência nos guiam. Obrigada pelas muitas histórias sobre nosso país em tempos de ditadura, e também por ter coragem de compartilhar suas crenças e ideologias desde muito cedo acreditando que nós pudéssemos continuar suas lutas por liberdade e por igualdade de direitos a todos

À minha irmã que também se atirou no desafio da pesquisa, meu muito obrigada pelas conversas e pelo incentivo afirmando minhas capacidades quando o esgotamento era visível

Ao meu pai que apoia e acredita nas escolhas de suas filhas

RESUMO

Os afetos e efeitos gerados nos encontros com os jovens que cumprem medidas socioeducativas enunciam, no contemporâneo, algo por se fazer. Mergulhados nas curiosidades de um mundo ainda desconhecido para a psicologia, seguimos entre falas e gestos de jovens que carregam as marcas de uma violenta história brasileira. O medo que se cola ao corpo juvenil indica que nossa história, marcada pelo acolhimento e pelo abandono, é carregada nesses corpos que morrem tão cedo. Na tênue linha, entre controle e cuidado, desenhamos estratégias clínicas para acompanhar os percursos juvenis tomando suas vidas como expressão de nossa história. Em uma interlocução entre o projeto de extensão ESTAÇÃO PSI e o grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica nos lançamos nesses mergulhos para criar superfícies na cidade. O Acompanhamento Juvenil (AJ) emerge como proposta no âmbito da prática da psicologia em extensão acadêmica no contexto de políticas públicas. Configura-se como uma prática, inspirada no Acompanhamento Terapêutico (AT), que busca estar com jovens para pensar a infração e o abandono nos processos de institucionalização vividos em medidas socioeducativas. O exercício de construção de novas relações dos jovens com a cidade evidencia o AJ como uma prática de análise das relações juvenis na rede que compõe as políticas públicas. Para tal tarefa, o diálogo com a cartografia e a esquizoanálise indicou três ferramentas conceituais: experimentar, escrever e cartografar. Os modos de escrever, produzidos pela equipe da psicologia através de um diário coletivo, enuncia a experimentação de percursos geográficos e existenciais e a análise de acompanhados e acompanhantes. Assim emerge o AJ como uma estratégia de intervenção clínica e institucional na intervenção juvenil.

Palavras chave: Acompanhamento Juvenil; psicologia social; políticas públicas.

ABSTRACT

The affects and effects in meetings with young people who meet educacional measures set out in modern, something to be done. Plunged into a world of curiosities unknown to psychology, we talk and gestures from young people who carry the marks of a violent Brazilian history. The fear that sticks to the body indicates that our young history marked by acceptance and abandonment, is charged in these bodies that die soon. The thin line between control and care, design clinical strategies to track the paths youth take their lives as na expression of our history. In a dialogue between the Project and the extension ESTAÇÃO PSI research group Corpo, Arte e Clínica, launched in art and Practice these dives to create surfaces in the city. The Juvenile Monitoring (AJ) is emerging as proposed in the practice of psychology in academic extension in context of public police. Configures itself as a practice inspired by the Therapeutic Accompaniment (TA), which seeks to be with young people to think the offense and abandonment in the processes of institutionalization experienced in social and educacional measures. The exercise of building new relationships with the youth of the city shows the AJ as a practical analysis of the relationship network that juveniles in public policy. For this task, the dialogue with cartography and schizoanalysis indicated three conceptual tools: experience, writing and mapping. The modes of writing, produced by the team of psychology though a collective diary, states experimenting with routes and geographical and existential analysis and companions followed. Thus emerges the AJ as aclinical intervention strategies and institutional intervention in youth.

Keywords: Juvenile Monitoring, social psychology, public policy

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Tania Mara Galli Fonseca- UFRGS – Orientadora

Drª Marisa Lopes da Rocha – UERJ

Drª Nair Iracema Silveira dos Santos – UFRGS

Drª Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto – UFRGS

**Mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil:
uma clínica por vir?**

Mergulhos guiados pela curiosidade.....	10
Uma vida insurgente.....	12
Mergulhos com o saber: como o afeto vira prática, virando método.....	21
1.1. Uma vida entre muitas	24
1.2. O tempo e o arquivo	28
1.3. O afeto insiste	31
1.4. Um exercício ético estético para viver	35
2. Mergulhos com o medo.....	38
2.1. Os tigres, os antissociais, os jovens.....	32
2.2. A estranha superfície do perigo – muitos controlam; mas poucos cuidam.....	49
2.3. O antissocial.....	54
3. Mergulhos com o cuidado e a superfície: Câmera na mão	63
3.1. Afeto que vira prática virando método.....	66
3.2. Para o afeto virar prática.....	66
3.2.1. Quantos tempos foram necessários para formar esse nosso olhar?.....	67
3.2.3. Ginga e astúcia.....	73
3.2.4. Fio da escuta: labirinto das águas e encontro com a superfície.....	79
3.3. Diálogos entre AT e AJ: uma Inspiração e uma Variação.....	85
3.4. Carta ao acompanhante.....	88
Pegadas na areia	90
Referências bibliográficas.....	94

Mergulhos guiados pela curiosidade

Apenas uma tarde de quinta-feira foi necessária para que o acontecimento “mergulho” virasse o motor dessa pesquisa. Esse acontecimento desenha a entrada de uma estudante de Psicologia e de Ciências Jurídicas e Sociais em um grupo de extensão que pesquisa e intervém nas políticas públicas voltadas para juventude (ESTAÇÃO PSI – Ações de Subjetivar e Inventar). Um agenciamento. No dia 25 de agosto de 2005, na sala 209 do Instituto de Psicologia da UFRGS com Gislei, Fernanda, Alice, Daniela, dois jovens e uma jovem, participantes do projeto de extensão no qual trabalhávamos foi quando descobri *Para uma navegante recente, estou bem impressionada com a quantidade de trocas humanas que são possíveis: Acho que não tem mais volta!!*¹

Vamos, então, aos Mergulhos que perseguem o fazer de um grupo de extensão e que, nesse momento, ganham forma nessa pesquisa realizada por mim e meus Acompanhantes para **construir um plano da clínica que acolha os trajetos de sentido vividos por jovens com percursos de infrações**. Um primeiro encontro que se repete há quase sete anos e que através dessa pesquisa vai ganhando o tom da invenção do que foi e é acompanhar os percursos juvenis.

Mas, se há diferença nesse encontro com os jovens e com as políticas subsequentemente, do que essa diferença é formada? Estava em mim a diferença? Estava na professora? Estava no grupo ESTAÇÃO PSI? Como percebemos a diferença que estava naquilo que nos agenciou com os jovens? Mas estava somente com os jovens? Estava nas ruas que nos propomos habitar com eles e elas? Estava “entre” esses lugares. Na relação que se alimenta de encontro. Estava na indignação produzida quando nos deparamos com as falas juvenis sobre a dureza que é passar por processos de institucionalização. Estava também nos conhecimentos de uma formação em Ciências Jurídicas e Sociais na qual pude experimentar, com autores, o que se fala e se produz enquanto conhecimento sobre aqueles que cometem crimes ou atos infracionais. Já nesse tempo percebia uma disjunção entre aquilo que se dizia e aquilo que víamos ou estudávamos na faculdade de Direito. Enquanto a televisão anunciava a falência do processo punitivo por conta da falta de rigidez, e da frouxidão das leis, eu observava a dureza dessas mesmas leis penais tanto para os adultos, quanto para os jovens. Regras bem marcadas que se estendiam do Código Penal Brasileiro às políticas executoras de

¹ Email enviado à lista desvio@yahoogrupos.com.br, no dia 26 de agosto de 2005 às 18:41, com o título *sala quinta e mergulho*. Esse email compõe o *diário coletivo* produzido no projeto de extensão ESTAÇÃO PSI que é ferramenta de problematização na tese de doutorado da Prof^a Dr^a Gislei Domingas Romanzini Lazarotto intitulado *Pragmática de uma Língua Menor na Formação em Psicologia: um diário coletivo e políticas juvenis*.

medidas socioeducativas que definem fortemente o lugar daquele que segundo a maioria das teorias penais são conhecidos por quebrarem com o “contrato social”. Essas inquietações persistiram no curso de Psicologia e nos encontros de quinta do projeto de extensão Estação Psi. Ali, estava demarcado o encontro de uma formação em Direito e de uma formação que acabara de começar em Psicologia. Quanto de Psicologia tinha o Direito, e quanto de Direito atravessava a Psicologia? Quanto de normativo tem nossas práticas quando nos defrontamos com a juventude que já desistiu de um “contrato social” que talvez pouco os contemple? Nossas práticas estão à salvo das veias desenhadas pelo Código Penal e suas variações? Como a Psicologia se vê tendo que intervir com jovens que fazem uma “recusa ativa” à sociedade? No grupo, percebi a potência de uma prática que se construía de modo coletivo. Uma Psicologia que indicava alguns desvios possíveis para tantas vidas que tinham tanto a dizer. Querer desviar não exime o grupo de alimentar práticas marcadas por moralismo, por fascismos também existentes nos saberes, mas viver isso também faz parte desse mergulho – da vida. Segui com o “cuidado para não te afogar”, e com as variações que fui encontrando, ou tropeçando nesse percurso. Quem me indica o caminho são os jovens que acompanhamos e que nos acompanharam no ESTAÇÃO PSI.

Uma vida insurgente. Um lugar no mundo, um pouco de território para ocupar. Saga impressa por jovens diariamente. Às vezes, o caminho para ocupação se dá via adaptação. Mas para isso o/a jovem tem que se submeter a um modo de vida hegemônico. Por vezes, adaptar-se de forma violenta, dando a sensação de meta inalcançável. Por outro lado, existem outros modos de interagir. Dentre eles existem alguns modos de viver que podem colocá-lo em estatísticas bem preocupantes. Uma escolha em vida por não se enquadrar, não andar na linha. Questionar por vezes com o próprio corpo as regras que parecem esmagar parte da população juvenil brasileira.

Esses movimentos juvenis e o número de jovens submetidos a modos indignos de vida indicam um problema relacionado ao processo democrático disjuntivo² que vivemos no Brasil. Um corpo democrático formado por forças dissonantes, disjuntivas e divergentes: uma engrenagem maquinal que se atualiza no corpo juvenil.

A saga juvenil se atualiza todos os dias, com outras composições, em modos diferentes

² Para Tereza Caldeira, a cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados, como atestam as estatísticas sobre violência doméstica, escravidão, abuso de crianças, homossexuais, mulheres e índios (2000, p.343).

de existência. A procura por um lugar para si nunca para de se repetir. Alguns sabem para onde voltar e empreendem grandes façanhas para que o destino se cumpra. Outros procuram um lugar e, às vezes, conseguem construir um território próprio com grãos de areia que catam aqui e ali. Mas, ainda existe a possibilidade de que só haja a própria procura na qual risco e construção coexistem. Saga que transforma procurar e existir em um só movimento. Vidas velozes como a de um jovem que nos surpreende com a notícia: - “Pedi para o Juiz me internar na FASE. Fui lá, busquei a autorização de internação e me apresentei lá no CSC (uma das unidades da Fundação de Assistência Socioeducativa do RS)”.

No dia 21 de fevereiro, *o jovem saiu no horário de estágio (desobedecendo Z.) para ir dar depoimento no fórum sobre uma situação que ele havia se envolvido no fim de semana*³. Não havia acesso que lhe fosse negado devido à sua **astúcia** e **ginga**. Se outros jovens que passavam pelos castelos de processos nunca haviam falado com um juiz fora de audiência, esse jovem conseguia. Peripécias que se tornavam inteligíveis para maioria daqueles que o cercavam. Dentre ditames expedidos pela lei, pelo juiz, pela técnica, pelos aparelhos que o controlam, protegem e cuidam, acendiam-se interrogações. Perguntava sobre se as coisas deveriam ser assim, mas não conseguia ver que também ele estava emaranhado nesta teia de enunciados, de luzes.

O jovem *brigou com um traficante conhecido dele e pediu para o juiz uma regressão de medida provisória para sua segurança: pediu para retornar para ISPAE (Internação sem possibilidade de atividade externa). Surpreendentemente (segundo o técnico) o juiz concedeu a medida provisória de imediato. Agora Ele está em ISPAE. Como pode um juiz, a partir de um depoimento de um adolescente conceder-lhe regressão de medida de imediato sem comunicar à FASE⁴ nem qualquer outro órgão?*⁵ *Teria o juiz escutado ou não pedido do jovem.* Ficamos em dúvida sobre a retorno à medida: seria proteção, ou contenção? Mas com o jovem seguia um desejo colado a um modo de se aprisionar. Desejo agenciado, maquinado. Produção que nos revela como uma foto que, ao captar a imagem, conta. Podemos tomar esse pedido do jovem como um acontecimento encarnado no seu corpo?

³ Email enviado a lista ventovida@yahoogrupos.com.br no dia 26 de fevereiro de 2007, às 16:57, intitulado *urgente*.

⁴ FASE é a Fundação de Assistência Socioeducativa gerida pelo Estado do Rio Grande de Sul através da FASC. Nesse estabelecimento jovens cumprem medidas por infrações que foram autores.

⁵ A escrita da dissertação utiliza antigas mensagens do diário coletivo (nosso arquivo documental da pesquisa) apresentando um critério que é um método de escrever hoje. O texto em itálico é aquele que faz parte do documento- aquilo que está registrado e armazenado nos diários coletivos, já o texto sem itálico se refere às incursões no texto que se dão nesse momento da pesquisa. A idéia dessa forma de escrita faz parte de nosso método que estará detalhado adiante.

Nas batalhas desse jovem, temos todo um agenciamento. O mar, espaço liso de produção, pode virar prisão – e o mergulho um afogamento. E o jovem enuncia e faz ver, nesse navegar, como vai criando ou obstruindo passagens para si. Saberes o agenciaram e suas possibilidades de passagens na vida contam de uma formação de um modo de existir.

Podemos pensar que, do ponto de vista do campo do saber, situamos o agenciamento na formação não-discursiva (a prisão como forma de conteúdo do saber e os prisioneiros como substância do conteúdo), e a formação discursiva (a forma de expressão, o direito penal e a substância da expressão, a noção de delinquência). Seu percurso em estabelecimentos que fazem parte de um agenciamento jurídico conta da modulação dessa vida. Vicentin nos apresenta Roberto da Silva que nos falará de “reincidência institucional”, ou seja, uma “virtual incapacidade de viver e orientar-se fora do quadro referencial tão intensamente introjetado pela vida institucional” (2005, pg.207). A prisão não estava somente no juiz, ou na FASE, estava principalmente no jovem, vibrava nele, e agia como uma centrípeta, puxando-o. Prisão que o fazia perseguir os lugares que se orientavam pela lei, pela ordem, pela internação.

Quais seriam as estratégias subjetivas para procurar sentido para o vivido e ainda se preparar para a autonomia que tanto é falada e demandada para os jovens? Viver na fresta entre esses mundos é viável? Seria possível um corpo fazer parte desse *entre* sem fragmentar?

Segundo Roberto da Silva atingir esse limite significa uma consciência tão forte e tão latente quanto às limitações que esse micromundo impõe que só poderia continuar vivendo nele se fosse para transformá-lo ou para se livrar completamente dele (1997, p.172). A força havia sido vergada. Rastro que nos indicava o que lhe aconteceu. Escutado deixou pistas para que pudéssemos seguir. Internado, o jovem vira uma testemunha. E assim, na forma de testemunha de uma longa história que o marcou a partir de “planos de inscrição do biopoder” (Fonseca, 2010, p.40), passa a fazer parte de um número de viventes deixados à própria sorte, para viverem do sal do mar, dos restos de alimentos e de um contorcido ressentimento por aquilo que lhes aconteceu. Contam-nos de “um mundo tomado por todos os lados e do qual não tiveram como sair.” (Fonseca, 2010, p.40). Como ele, outros “guardam curiosas histórias, testemunham secretas práticas, denunciam costumes sociais” (Fonseca, 2010, p.27) que são de todos. Falas, audições, registradas em uma lista de emails e no afeto

(...) que descrevem a difícil reconciliação do homem com o homem, do homem com seus instintos, das instituições que foram sacralizadas para expulsar a alteridade indigna de existir e de conviver (Fonseca, 2010, p.27)

...Um jovem pede a um juiz para voltar para a Fundação de Assistência Socioeducativa

(FASE) por não se sentir seguro nas ruas; um juiz da Vara da Infância e Juventude aceita de pronto o pedido de internação do jovem; uma técnica do Programa de Execução de Medida Socioeducativa em meio aberto (PEMSE/FASC) não sabe o que fazer frente a um colete à prova de balas trazido por um jovem; um jovem fala para outro sobre como se cuidar e não se meter em encrenca; um policial na delegacia dá conselhos a um jovem enquanto providencia a segunda via de sua identidade; uma mãe desiste de seu filho, pois não sabe mais como ajudá-lo; a mídia não publiciza que o jovem possa fazer outras coisas além de infringir, e pede por rebaixamento da idade penal; um jovem não entende porque precisa estudar tanto se o destino é o desemprego, e escreve para compartilhar inquietação; a igreja acredita na conversão, assim como alguns programas que existem na política pública e outros que associam público e privado; a equipe de extensão universitária da UFRGS - ESTAÇÃO PSI - se questiona como produzir outros territórios com esse jovem a partir da clínica, sem que isso seja a mera adaptação ao modo capitalístico.

Essas cenas seriam apenas fatos caso não trouxessem consigo toda a força de fazer ver e falar algo sobre as práticas nas políticas públicas juvenis relacionadas com o cumprimento de medida socioeducativa e os efeitos dessas práticas nos modos de subjetivação. Mas, ficamos a esperar as políticas públicas, ou podemos intervir nesse emaranhado denso de relações que traz consigo instituições que se cruzam: juventude, educação, segurança, cuidado, justiça?

Fatos que contam o modo como vivemos e nos afetamos pela vida do outro, e pelo modo como o outro se relaciona conosco. Ao pensarmos essas políticas é preciso pensar que elas são formadas por coletivos, e que portanto

Temos que tomar de forma inseparável a produção de saúde e o processo de produção de subjetividades protagonistas e autônomas que se engajam na reprodução e/ou na invenção dos modos de cuidar e de gerir os processos no campo da saúde. (Benevides e Passos, 2005, p.6)

A acolhida e o modo que a política pública vai reagir diante das demandas juvenis vai dizer de como ela foi construída, e de sua dimensão pública. O quanto ela se deixa moldar e reformular pelas pessoas, usuários, profissionais. Podemos estranhar na leitura a permanência da palavra saúde na citação, mas mantê-la, retoma aquilo que temos como proposta e que desvia com **ginga** de uma discussão sobre segurança para pensar as expressões juvenis com a lente da saúde e da proteção social básica. Quando falamos de infração no âmbito juvenil, falamos de impossibilidade de produção de saúde naquilo que os/as jovens têm vivido. Entenda-se uma das dimensões da saúde como poder construir um discurso sobre as recusas que faz a sociedade e perceber que isso é levado a sério.

E João não conseguiu o que queria quando veio pra Brasília
Pro diabo ter
Ele queria é falar com o presidente
Pra ajudar toda essa gente
Que só faz
Sofrer
(Faroeste de Caboclo, letra do Legião Urbana)

O que aconteceria com João, da música Faroeste de Caboclo, se tivesse conseguido o que queria?

Nos encontros entre técnicos, jovens, policiais, pais e outros agentes da rede de proteção e assistência à criança e aos jovens há algo que se processa e que advém de algumas diretrizes colocadas como modo, forma e fôrma de fazer o cuidado ou controle dos jovens que entram em conflito com a lei. Lugares que ao mesmo tempo designam um mapa possível de cuidados e tutelas, pois legitimam espaços específicos de acompanhamento ou proteção para esses/essas jovens, mas, em contrapartida, também determinam aquilo que pode ou não falar, viver, dizer para e com o jovem.

As diretrizes que designam essas práticas têm sua origem no art.227 da Constituição Federal de 1988, e, por conta deste mesmo artigo, as legislações que orientam e regulam as práticas com crianças e jovens são possíveis.

Art.227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.⁶

Dentre as legislações existentes, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é aquela que apresenta as normas e princípios que regulam e orientam o atendimento e assistência à criança e ao adolescente. O PEMSEIS (Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul) e o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) são as diretrizes derivadas do ECA que apresentam o modo, a forma de como fazer/executar as medidas socioeducativas⁷.

⁶“Esse artigo teve o peso de um milhão e meio de assinaturas, a partir da emenda popular denominada “Criança, prioridade nacional”, liderada pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e Pastoral do Menor, que mobilizou a sociedade brasileira de norte a sul, e que não deixou sombra de dúvida quanto ao anseio da população por mudanças e pela remoção daquilo que se tornou comum denominar *entulho autoritário* – que nessa área se identificava com o Código de Menores” (Escrita do Dep. Miki Breier encontrada no sítio virtual http://jjj.tj.rs.gov.br/jjj_site/docs/DOCTRINA/GRANDE+EXPEDIENTE+ECA+REV+.HTM).

⁷ Importante mencionar que sem essas legislações não poderíamos e talvez nem pensaríamos em fazer as discussões que temos hoje. São legislações que lançam para o futuro uma outra possibilidade de infância e

Em diálogo com a concepção de sujeito de direito proposta pelo ECA (Brasil, 1990), temos as Diretrizes em Saúde Mental Infanto-juvenil (Brasil, 2005) que indicam a noção de responsabilidade, o direito ao cuidado e à singularidade, problematizando as práticas orientadas por uma forma homogênea e indiferenciada. O princípio dessa pesquisa, não descolada da prática, implica em estar atento ao que se diz desses jovens e ao que esse jovem diz de si e dos lugares pelos quais passa, nos indagando como acompanhar esse percurso dos discursos que ora se bifurcam em cuidado, ora em controle. Nossa cartografia para tanto lançará mão dos diários coletivos do grupo ESTAÇÃO PSI.

Um jovem, vários serviços de atendimento, uma vida que conta a história de muitos jovens que passam pelas políticas públicas juvenis. É da vida de jovens insurgentes que partiremos para pensar as práticas de cuidado dos jovens olhando-as com a perspectiva de perceber o que, nesses encontros entre jovens e serviços, podemos cartografar. Ocupar o *entre* nesses encontros, exatamente no cinza entre os dois, na coexistência dessas forças que as práticas de cuidado podem operar. A vida que o/a jovem carrega, não está apartada da morte, pois “a univocidade do ser não quer dizer que haja um único ser: ao contrário, os entes são múltiplos e diferentes, sempre produzidos por uma síntese disjuntiva, eles próprios disjuntos e divergentes” (Zourabichvili, 2004, p. 29). Acreditamos que tal tensionamento percorre toda a máquina social, judiciária e científica gerando efeitos disparatados em seus diversos componentes. Assim, nesses mergulhos, mar e embarcação não levam somente o/a jovem. Nesse cotidiano, uma psicóloga também se atualiza, assim como todo o mar que se dobrou nessa embarcação. Jovem-psicóloga-máquinas sociais-jurídicas-científicas produzem uma complicação, um mundo instável e caótico que a partir do tensionamento ganham superfície para problematizações. As práticas de cuidado sob a égide dos mergulhos. Convidamos o leitor a experimentar nossas derivas e nossos mapas para navegação que nos levaram a nomear nossa aventura marítima. As vicissitudes compartilhadas nas embarcações e mares afetam de formas diferentes os corpos que compõem o encontro. A estética do afeto compoem a estética do encontro clínico.

Uma tentativa. Achar um modo e perseguí-lo. Logo adiante com outro desvio se deparar. Pronto, estamos em um “brete”⁸ já não é só um, não pode ser uno. Pelo menos dois

juventude. A crítica vem no sentido de tomá-las novamente como verdades absolutas, e aplicá-las sem atenção ao singular. Singular esse que as mesmas legislações apontam como de suma importância.

⁸ Expressão usada pelos jovens para designar o local onde dormem e passam a maior parte do dia na FASE quando estão em medida socioeducativa de internação. O brete, como eles chamam, é constituído por grades, colchões e mictório no interior de cada conjugado dividido por vários jovens que se parece muito com uma cela de prisão tradicional. Na fala popular brete também significa enrascada, ou problema difícil de solucionar.

conjugados por um *e*. É preciso muita **ginga** e **astúcia** para pousar no entre. O jovem foi o primeiro a nos assaltar. Remete-nos a muitos outros jovens que se expressam pelo modo como compunham com os espaços de decisão, de proteção e de tutela que regiam sua vida.

A juventude insurgente e transgressora se movimenta colocando em análise as instituições, as normas e as designações naquilo que elas perdem sentido. Errando entre os serviços de assistência e de justiça nos deixa um mapa de como o acompanhamento acontece quando se é um jovem que responde por uma infração.

Outros jovens nos encontraram, assim como outros serviços e nos lançaram ao mar revelando uma linha que também coexiste no trabalho com os jovens. A linha da destruição da/na relação. Será o jovem que destrói, será corrosão? De qualquer forma é um mesmo corpo trazendo afetos que compõem e decompõem sua vida e a de outros. Alguns jovens seguem uma linha de Melville, linha terrorífica que “também é uma linha da vida que não se mede mais por relações de força e que transporta o homem para além do terror” (Deleuze, 2005, p.130). Linha perigosa, linha tênue que indica alguns limites para intervenção. Até onde/quando/como vamos nesse encontro com uma vida?

Nossas escolhas estéticas já se atualizavam no período de 2008 quando começamos a chamar os jovens de gigantes.

Gigante s.m. 1. Indivíduo de estatura extraordinária. 2. Desenvolvimento anormal de qualquer ser vivo ou de parte (s) dele. Adj. 3. Colossal; descomunal.

Chamá-los dessa forma diz muito de como eles trazem para o cotidiano de nossa vida a severa constatação do modo violento como vivemos. Entre legislações e diretrizes que garantem direitos, assistimos a um momento de suspensão de direitos para grande parte dos jovens brasileiros. Gigantes pela “própria natureza”⁹ e pelo tamanho da encrenca, pela magnitude do desrespeito que atualizam quando enunciam aquilo que lhes acomete. Com seus tamanhos extraordinários, suas formas avantajadas expressam aquilo que é muito difícil de olhar: a violência de nossos modos de vida. A escolha estética de chamá-los dessa forma nos remete ao como somos afetados pelos jovens. Afeto que atualiza a potência de suas expressões. Olhar para os caminhos e descaminhos acionam paixões alegres e tristes. Perceber como eles se conectam com a produção recorrente e também conseqüente dos encontros produzidos nas suas vidas, seja no lugar onde moram, seja nos atendimentos, indica as

Incorporamos essa expressão para indicar um paradoxo que vivemos quando nos defrontamos com nomes que nos tensionavam para um movimento dessa vida.

⁹ Remissão ao hino do nosso país.

passagens possíveis para esse existir. Os afetos tristes produzidos nesses encontros reafirmam apenas a paralisia diante de tamanho problema. Afeto gerado no encontro com gigantes, as paixões disparadas podem nos levar para o pesar, o medo, a compaixão, a raiva. Sentimentos que afirmam a impossibilidade do outro. Afetos que dizem da desqualificação daquela vida, pois só apontam nesse gigantismo brasileiro para aquilo que parece ser o único modo daquela vida nos afetar. Esses gigantes poderiam nos afetar de outras formas? Que formas seriam essas?

Pensar os jovens nesse gigantismo que indicamos abre a possibilidade de vê-los como capazes de nos mostrar e de nos fazer agir em uma rede de assistência e proteção que também vibrava num encontro “gigantesco” que parece impossível de “dar conta”. Prudência e delicadeza¹⁰ fazem parte da prática quando seguimos essas vidas-gigantes. Incoerências e persistências compõem o fazer clínico produzindo outros sentidos em uma escrita. Em um diário coletivo fazemos parte de um agenciamento marcado pelo acontecimento do encontro com uma vida. Vida de todos.

Para seguir neste modo de pesquisar, propomos tempos de um mergulho que constituem essa dissertação, vislumbrando os mares de um escrever que se fez no processo. Nos **mergulhos com o saber** trataremos do método utilizado nessa pesquisa pensando primeiro o formigamento de vidas insurgentes que problematizam os modos de produzir ciência e apontam, sempre acompanhados de autores como Foucault, Nietzsche e Deleuze, algumas ferramentas para esse mergulho nos diários coletivos que chamaremos mais tarde de arquivos. Para tanto a noção de afetação nos guiará nos arquivos deixando pistas de uma prática com jovens no contexto da infração. No caminho, faremos um exercício ético/estético para viver seguindo alimentados pelos afetos dos encontros que persistem entre acompanhantes e acompanhados, apontando a tragicidade que não é só do encontro, mas da vida.

Ao mexer no tempo acabamos por puxar linhas que nos levaram para o medo brasileiro. Nesses **mergulhos com o medo**, os acompanhantes foram os tigres, os antissociais, os jovens, a cidade e autores(as) que problematizaram momentos históricos que vivemos, dentre eles(as) estão Gilberto Freyre, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Analice Palombini e Vera Malaguti

¹⁰ Antes de tudo prudência e é uma regra para a experimentação. Assim é apresentada para o leitor quando do primeiro contato com o CSO (Corpo sem Órgãos) que se encontra no Mil platôs V.3 (1996, p.11). Prudência para conservar algumas sinalizações que ajudem a responder à realidade dominante. Sem prudência podemos quebrar demais com aquilo que achamos que é o EU. Talvez fique difícil de se encontrar depois. É preciso um pouco de terra de casa na mão para poder lembrar da cantinela do nosso presente. Da nossa pequena casa, que pode ser um grão de areia. Durante a escrita retornaremos a idéia de prudência e delicadeza como prática desse método de pesquisar e clinicar.

Batista. “Muleques” e meninos farão parte de nosso mergulho com os perigos de nossas invenções. Dos medos às ruas seremos afetados pelos vibrações da cidade quando esta encontra o jovem nos **mergulhos com o cuidado e a superfície**. Com a Câmera na mão percorreremos os afetos gravados nos encontros com os jovens em uma construção experimentada no afeto, mas que se transforma em prática. Nossos olhares se cruzam no caminho quando indicamos as regras para o acompanhar: quantos tempos foram necessários para formar nosso olhar? A **ginga** e a **astúcia** brasileira hoje incorporadas no corpo juvenil nos ajuda a construir uma ferramenta metodológica de cuidar inspirado no Acompanhamento Terapêutico. Das águas para o asfalto encontramos uma variação interessante de cuidado que o grupo Estação Psi chamará de Acompanhamento Juvenil. Do afeto à prática. Da experiência ao método de seguir os afetos no cotidiano com as relações juvenis.

1. Mergulhos com o saber

Como o afeto vira prática, virando método



Figura 1: Videoperformance “Ora bolas 1”, de Elcio Rossini, 2004. Participação Carolina Garcia. Fotografia Elaine Tedesco

Não é a evidência, mas sim a vidência. Não é com o olho. Cega vidente. Cega vivente. São as “sensações e percepções que vão além daquele que as sente” ¹¹. O movimento cria forma, e a forma não se repete, deforma, produz corpo a partir do afeto. Tudo passa pelo corpo. O corpo-forma está sempre enchendo e esvaziando, compondo e se decompondo na relação. São as forças (singulares) que nos constituem que vão dando forma a este corpo capaz de se afetar.

¹¹ Definição de percepto dada por Deleuze na entrevista que encontramos no site abaixo quando o filósofo trata da letra “i” de ideia. <http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze>.

Quando assaltados pelos afetos, “devires excedem as forças daquele que passa por eles”¹². Sejam pelos perceptos que vão além do que podemos perceber sejam pelos afectos que transbordam nossas forças, experimentamos um limite, no qual um pouco desses perceptos e afectos acabam compondo parte dos nossos corpos. Essa ideia avizinha uma complexidade sobre como nos subjetivamos. Sentimos que

Todo o espaço do lado de dentro está topologicamente em contato com o espaço do lado de fora independente das distâncias e sobre os limites de um “vivente”. A topologia carnal ou vital, longe de ser explicada pelo espaço, libera um tempo que condensa o passado no lado de dentro, faz acontecer o futuro no lado de fora e os confronta no limite do presente vivente. (Deleuze 1998, p.127)

O corpo movimenta-se, desloca-se num espaço, desarruma o ar e agita a serenidade invisível de sua presença. Sua potência se expressa justamente por essa capacidade de desestabilizar a forma (agir), sua capacidade de afetar e ser afetado. O corpo está todo no espaço e é a partir dele que o espaço multiplica suas direções. Corpos, movimento e espaço encontram-se no tempo, propondo ritmos e durações. Não é mais o tempo de um corpo, é o tempo produzindo espaço de um movimento compartilhado. Jovem-psicóloga afeta-se por esse tempo-corpo-forma que se deforma num tempo de encontro entre jovem-estagiária-psicóloga. Tempos de uma prática de acompanhamento clínico-social.

O encontro jovem-estagiária de psicologia permanece, repetição de uma diferença que insiste agora como encontro jovem-estagiária-psicóloga. O destino da estagiária foi cumprido, formar-se psicóloga. Mas será que foi? Quando mergulhamos e nos fazemos também da duração do encontro insiste a pergunta: por onde andar “essa vida”, por onde “andar”? Uma vida que retorna na vida de outros jovens e conta como o afeto vira prática, virando método. O afeto que faz da estagiária uma psicóloga cartógrafa e uma mestranda leitora-escritora para acolher a saga juvenil em outro tempo institucional afirma que

Uma vida está em toda parte, em todos os momentos que este ou aquele sujeito vivo atravessa e que esses objetos vivos medem: vida imanente que transporta os acontecimentos ou singularidades que não fazem mais do que se atualizar nos sujeitos e nos objetos. Essa vida indefinida não tem, ela própria, momentos, por mais próximos que estejam uns dos outros, mas apenas entre-tempos, entre-momentos. (Deleuze, 2002, p. 14)

¹² Definição de afecto dada por Deleuze na entrevista que encontramos no site abaixo quando o filósofo trata da letra “i” de ideia. <http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze>.

1.1. Uma vida entre muitas. Um encontro que expõe o formigamento de muitas vidas revelando a espessura política da realidade de uma vida juvenil entre tantas juventudes e de um encontro que se dá com ela. Encontro que nos confronta com problemas como o da responsabilização penal. O argumento sobre a infração, temática que percorre nossa escrita, parece ter pelo menos dois níveis, um social e um individual. A exigência para que o infrator seja punido é: se o sujeito é agente de algo, por definição, então ele é responsável por esse algo. Se ele agiu bem, ele é responsável por essa boa ação, e vice-versa. Mas se o sujeito agiu mal sua ação por si mesma necessita de punição - por quê? Em primeiro lugar porque ele está violando uma regra que vale para todos - e com isso, atacando o tecido social (a sociedade, em última análise). Mas também deve ser punido enquanto ato educativo: se pune o sujeito, mas também se pune a ideia. Ou seja, a noção de punição parece guardar consigo algo da punição exemplar: para que outros não façam.

Mas não foi sempre assim, Foucault (2005, p.66) novamente nos indica as pistas, a idéia de infração só emerge no contexto Medieval, no qual se entende que não foi só indivíduo lesado, mas que o Estado também foi lesado, a própria lei, e portanto, lesão à ordem, ao soberano e a sociedade. O Estado passa a entrar como a figura que exige a reparação. A essa teoria tradicional da ação corresponde um grupo de instituições, dentre elas, os presídios e afins. Um problema é que, mesmo que pudéssemos questionar a ideia dos presídios (que eles conseguem fazer o sujeito 'tomar consciência de seus maus atos?', 'o sujeito se arrepende?'); ainda teríamos o problema: como os sujeitos podem ser punidos? (porque eles têm de ser punidos).

O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. Encontramos isso claramente em muitos teóricos como também em Rousseau, que afirma que o criminoso é aquele que rompeu com o pacto social. Há identidade entre crime e ruptura do pacto social. O criminoso como inimigo interno (...) é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (Foucault, 2005, p.81)

Ainda assim resta uma lacuna, há uma diferença: que é a noção de sujeito e de responsabilização. O louco não pode ser responsabilizado porque não é agente, porque não tem consciência (em última análise, porque não é sujeito dotado de razão ou capacidade plena de justificação - assim como crianças e animais não-humanos). Mas, nesse sentido, o jovem poderia: porque possui plenamente as faculdades de julgar, raciocinar...

Poderia? São perguntas que ficam conosco nesse mergulho, pois entendemos que o sujeito, o conhecimento, e a verdade são invenções sem começo ou fim. Essa invenção da responsabilização na América Latina ganha modulações “genocidas de contenção bem

diferenciadas das vividas nos países centrais e desenvolvidos do ocidente que se caracterizam pela disciplina”. Experimentamos, no Brasil, na prática com a juventude e com a permanente criminalização de suas virtualidades uma gigantesca “instituição de seqüestro”¹³, ou seja, um “*apartheid* criminológico natural” (Batista, 2003, p.55).

Constituímo-nos no interior da história, e “somos a cada instante fundados e refundados nessa história”(Foucault, 2005, p.10). Podemos pensar então a subjetivação como emergência de práticas sociais na história, desse país que virou uma grande “instituição de seqüestro”. Nesse sentido, a noção de juventude, de psicologia, estão muito atreladas às práticas jurídicas. O modo como se arbitram os danos e as responsabilidades nos fabricaram, nos inventaram.

(...) As práticas jurídicas – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas ações e a punição de outras (...) todas essas práticas regulares, me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas. (Foucault, 2005, p.11)

Nessas práticas podemos, na companhia de Foucault (2005, p.12), lembrar do *exame*, uma forma de análise que no século XIX se instaurou para cuidar de problemas jurídicos, judiciários, penais. Era uma forma de análise bem curiosa que daria origem à Sociologia, à Psicologia, Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise.

Para este mergulho, e incluindo essa ideia no modo que entraremos em nossos arquivos, e como percebemos os movimentos juvenis caberia deixar claro isso - não é inocentar o jovem que comete ato infracional, mas percebê-lo dentro dessa produção que é nossa. Compreender que, assumindo o discurso dele enquanto audível, descobrimos nessa 'vida do fora' uma série de questões sociais problemáticas. Questões que mostram o quanto há um buraco, um vão, entre o discurso ideal da justiça e o discurso real do detento¹⁴.

Mas quando abandonamos a idéia de sujeito e entramos em uma discussão na qual esses processos intensos de institucionalização radical devem ser pensados para fora de seus muros (visto o quanto eles produzem e subjetivam para fora) resta-nos o problema na situação dos jovens que cometem atos infracionais: mesmo que se mostre a insuficiência das instituições penais, ainda assim ficaria a questão - qual instituição realizaria a punição. Ou seja, se teria o

¹³ A “instituição de seqüestro” é um conceito fundado por Foucault e que se refere as prisões, as escolas, aos asilos. Zaffaroni estende o conceito para a colônia (região marginal) em si. Sendo assim, a região latino-americana se constituiria numa gigantesca ‘instituição de seqüestro’. “Aqui o modelo ideológico do panóptico de Bentham é substituído pelas teorias de inferioridade biológica de Cesare Lombroso” (Batista, 2003, p.55).

¹⁴ Acreditamos que as medidas socioeducativas são marcadas mais pela justiça retributiva, na qual tu deves restituir à sociedade o desacordo com as regras sociais vigentes, do que educativas como se propõe.

argumento - dos males, o menor (na falta de outra instituição, fica-se com essa e dá-se um jeitinho). Nesse sentido, achamos que é outra: não restringimos somente ao sujeito a responsabilidade.

(...) para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da sanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. (Foucault, 1995, p.234)

Nesse vão, no qual encontramos ditos inaudíveis, existem possibilidades de encontro. Uma relação que, ao acontecer, não remete a uma hierarquização do ato/fato em si, mas do poder falar sobre esse ato/fato em si sem a preocupação de que algo se interporá. Antes dos dispositivos de controle, de segurança, educativos, psis, pedagógicos, de responsabilização encontramos algo que podemos chamar de *entre* – testemunho daquilo que outro tem a dizer. Relação que não para de acontecer quando estamos no trabalho com juventude. A relação delimita aquilo que podemos construir com os jovens. Antes de adentrarmos a esfera da relação, seguiremos ainda com os mergulhos com o saber que darão as pistas de como seguir nesse emaranhado que às vezes nos prende nas dicotomias e nos coloca reféns dos binarismos e dos moralismos, pois trata-se do difícil tema de como vivemos. Pensando ainda alguns pressupostos relacionados à ética que nos guia nesse navegar, faz-se necessário seguir um pouco mais nas palavras de Foucault, que indica algumas antiestratégias para seguir.

Se me perguntassem como concebo o que faço, responderia, se o estrategista for o homem que diz: “Que importa tal morte, tal grito, tal insurreição em relação à grande necessidade do conjunto, e que me importa em contrapartida, tal princípio geral na situação particular em que estamos”, pois bem, para mim, é indiferente que o estrategista seja um político, um historiador, um revolucionário, um partidário do xá ou do aiatolá; minha moral teórica é inversa. Ela é “antiestratégica”: ser respeitoso quando uma singularidade se insurge, intransigente quando o poder infringe o universal (...) “é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la. (Foucault, 2004, p. 81)

A ética da pesquisadora indica o retorno às listas. Listas que guardam essa história que deve ser agitada. Vozes escutadas continuam por lá. Vozes juvenis e jovens psis que produziram uma história de uma clínica com a cidade nas intervenções com jovens. É para esse mar de discursos formado por listas de diários coletivos de uma equipe que retornaremos acompanhados do(a) leitor(a). Temos muitas perguntas, e talvez o próprio método precise colocar algumas mínimas estacas que nos garantam navegar nesse mar. Para navegar temos algumas bússolas. Uma delas é ter claro que a invenção tanto pode ser uma ruptura, quanto

algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. “São obscuras relações de poder que fazem da invenção um jogo, uma afronta uma luta, e também um compromisso com os instintos” (Foucault, 2005, p.16). O conhecimento tem como ponto de partida os instintos, e é resultado dos confrontos, do qual é apenas a superfície. Efeito dos instintos e contra natural,

(...) o conhecimento é como um lance de sorte, ou como resultado de um longo compromisso. Ele é ainda, diz Nietzsche, como ‘uma centelha entre duas espadas’, mas que não é do mesmo ferro que as duas espadas. (Foucault, 2005, p.17)

Se entendemos a invenção, segundo Foucault e Nietzsche, não conseguimos mais amparar qualquer afirmação sobre a existência do sujeito como aquele que vai do desejar ao conhecer, do instinto ao saber. Nesse sentido, mesmo nos utilizando do conceito de afeto de Spinoza, seguimos com Nietzsche para pensar que o conhecimento só se processa quando podemos rir, deplorar e detestar¹⁵ aquilo que nos propomos a “conhecer”. São as paixões em conflito que possibilitam a invenção, ou seja, a produção de conhecimento. São essas as pistas que indicam como um conhecimento se forma-moldando. “O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (Foucault, 2005, p.51).

No mar, a embarcação pode ancorar e produzir paradas que nos deixam habitar a beira, catar as conchas e as pedras disformes vindas do mar. Olhá-las com os dedos, como a água olhou para elas. Ser um tanto água e um tanto concha. Mergulhar na hora certa e sentir a água que passou pela pedra, que formou a concha, que deixou seus restos de encontros dilacerantes. É preciso aprender a nadar e a respirar para que da ancoragem possamos nos deslocar para um território que nos permita fazer do afeto pensamento sobre nossos mergulhos. Pois, “tenhamos claro que não é pela livre decisão da mente que falamos, calamos, ou fazemos outra coisa”. Pois dependemos do corpo que carrega a memória que dura para sermos livres. Se temos dúvidas com relação a essa dependência que temos “sonhamos de olhos abertos.”(Spinoza, 2008, pg. 171).

O fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode um corpo, isto é, a experiência a ninguém ensinou, até agora, o que pode o corpo – exclusivamente

¹⁵ “Spinoza dizia que, se quisermos compreender as coisas, se quisermos efetivamente compreendê-las em sua natureza, em sua essência, e portanto em sua verdade, é necessário que nos abstenhamos de rir delas, de deplorá-las ou de detestá-las. Somente quando estas paixões se apaziguam podemos enfim compreender. Nietzsche diz que isto não somente não é verdade, mas é exatamente o contrário que acontece. *Intelligere*, compreender, não é nada mais que um certo jogo, ou melhor, o resultado de um certo jogo, de uma certa composição ou compensação entre *ridere*, rir, *lugere*, deplorar, e *detestari*, detestar (...) todos esses impulsos que estão na raiz do conhecimento e o produzem tem em comum o distanciamento do objeto, uma vontade de se afastar dele e de afastá-lo ao mesmo tempo, enfim de destruí-lo” (Foucault, 2005, .21).

pelas leis da natureza enquanto considerada apenas corporalmente, sem que seja determinado pela mente – pode e o que não pode fazer. (Spinoza, 2008, pg. 167)

Abrir as formas e encontrar nesse processo a implicação que nos move também como componente desse pesquisar-mergulhar. Nesse sentido, implicar-se em uma pesquisa que acompanha percursos juvenis é se confrontar com o medo, com a empatia, com a compaixão, com a aposta, com a falência, ou com a não abertura dos serviços às demandas juvenis, com o inusitado de uma fala ou ato, é se surpreender com os atos de um jovem.

1.2. O tempo e o arquivo. A vida avança com a expressão de um jovem reivindicando um olhar. Expressão que não diz de um tempo cronológico (cronos), pois traz consigo um tempo de afetar (aiôn). Nada acontece que não seja neste embate do tempo. O tempo aiôn: “um absoluto que diz respeito à vivência, à percepção, à consciência e à memória, sem idade, eterno, pura duração” (Cunha, 2007, p.99). Temporalidade que se sucede e se prolonga, a partir da qual teremos que aprender algo no presente, sem salva-vidas, nem garantias. Seguir a pista não é recobrar a memória, mas se postar no meio¹⁶. O jovem retorna como linha de uma existência no tempo. Uma vida que contará a história de um encontro. Uma busca por alcançar a altura daquilo que nos acontece – daquilo que podemos. Abertura que carrega a “permissão para que um movimento no limite de si seja realizado” (Benevides e Passos, 2009, p. 163).

Entre as variações de afetos vividos, percebemos que algo convoca ao movimento de pesquisar. Vontade de encontro que se faz de uma esquina, de uma infração, de um conceito, de uma pergunta que insiste com sensações. (Becker, Carvalho e Lazzarotto, 2010)

de um tempo outro que se passou, e que não cessa. Tempo cronológico do arquivo que aprisiona a realidade em sentido dado, mas que também carrega o tempo intensivo do afetar que dura, e que faz remexer, revirar a escrita, apagando, inserindo escrevendo a história de um encontro. Nesse sentido, a escritora-leitora não está nesse mar para lembrar “os acontecimentos, mas substituí-los às contingências do tempo em uma metáfora” (Benjamin, 1994, p.14). Necessária transformação de uma história de violência brasileira, na qual o dispositivo de análise é um encontro com uma juventude, com um jovem, com uma vida. Tensão que se produz na escrita, “no interior da própria linguagem, marcando um movimento de língua para seus limites” (Benevides e Passos, 2009, p.163).

¹⁶ Podemos encontrar maiores detalhes sobre o tempo *aion* no livro *O tempo não-reconciliado* de Peter Pal Pelbart, no texto *História e devir* (1998, p.113).

Mensagens instantâneas. A velocidade do contemporâneo impresso em um arquivo. Vidas jovens velozes produzindo impressões de uma prática em um arquivo que as guarda, as prende, as registra. “Como falar de uma “comunicação dos arquivos” sem tratar primeiro do arquivo dos “meios de comunicação”? Não há arquivo sem espaço instituído de um lugar de impressão.” (Derrida, 2001, p.9).

Arkê designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico, ou antológico -, mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. (Derrida, 2001, p.10)

Reunião de signos. Nele, o arquivo, coexistem o tempo instituidor e conservador. Um arquivo é repleto de conspirações, repetições. Mas ele não é só feito de estocagens, ele se forma produzindo o surgimento de práticas, ideias, ideais, formulações de uma equipe de psicólogos e psicólogas. Derrida nos indica que o arquivamento tanto produz quanto registra o evento (2001, p.29). A velocidade dos/das jovens, das respostas aos emails arquivados imprimem também um tempo que não pode deixar de acompanhar transformações jurídicas e, portanto, políticas - subjetivações.

(...) certamente, a palavra e a noção de arquivo parecem, numa primeira abordagem, apontar para o passado, remeter aos índices da memória consignada, lembrando a fidelidade da tradição (...). Ao mesmo tempo, mais que uma coisa do passado, antes dela, o arquivo deveria pôr em questão a chegada do futuro. (Derrida, p.48, 2001)

No arquivo para além da destruição daquilo que não pode ser dito, que fica jogado ao esquecimento, existe a experiência muito singular de promessa – num tempo por vir. O arquivo nessa pesquisa ganha não somente o lugar de memória de eventos singulares e de histórias, mas de marcas singulares de uma psicologia que se faz em contágio, em velocidades e paradas que se enredam entre práticas com jovens e escritas que inventam um modo de fazer psicologia e de acompanhar os jovens em seus tortuosos caminhos. É nessa quebra do instituído, nesse mapa que encontramos restos de uma prática em formação.

Giorgio Agamben problematiza a idéia de resto. Mas não o resto como aquilo que sobreviveu, e que deve virar memória. Mas, sim, o resto como lacuna. Hiato que se contrapõe a toda a lógica do arquivo. Mas o que seria um arquivo? Foucault denomina arquivo: “dimensão positiva que corresponde ao plano da enunciação, ao sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”. “O arquivo situa-se entre *langue*, como sistema de construção das frases possíveis – das possibilidades de dizer – e o *corpus*, que reúne o conjunto do já dito das palavras pronunciadas ou escritas”. Temos que “um arquivo é o entorno daquilo que circunda e limita a tomada concreta da palavra” e através dele é possível interrogar o já dito no plano de

existência.” (Agamben, p. 145, 2008)¹⁷

Mas existiria um arquivo para o virtual? Para aquilo que está por vir? Um mal de arquivo, a perturbação de arquivo que desmonta, desfaz, remonta. Um mal que te persegue enquanto lê, enquanto perscruta algo que estamos buscando nessa pesquisa-mergulho. Um mal que te acompanha e que te faça persistir?

(...) sem dúvida aquilo que turva a visão, o que impede o ver e o saber, mas também a perturbação dos assuntos perturbantes e perturbadores, a perturbação dos segredos, dos complôs, da clandestinidade, das conjurações meio privadas, meio públicas, sempre no limite público e privado, entre a família, a sociedade e o Estado, entre a família e uma intimidade ainda mais privada que a família, entre si e si. (Derrida, 2001, p.117)

A escrita sobre, entre, pelos lados “como um meio de ação, ação sobre si mesmo” (Cunha, 2007, p.105) transformando a coisa vista e/ou ouvida em forças, invenção dos encontros, desmontagem das formas fazendo superfície do conflito, da luta entre os instintos.

É pela desestabilização das formas, pela sua abertura (análise) que um plano de composição da realidade pode ser acessado e acompanhado. Trata-se de um plano genético que a cartografia desenha ao mesmo tempo em que gera, conferindo ao trabalho da pesquisa seu caráter de intervenção. (Eirado e Passos, 2009, p.109)

É no tempo de agora que brincaremos como uma criança e faremos gritar os arquivos, conspurcando-os, remexendo-os, revirando-os e operando certa infidelidade ao autor para que outros sentidos desponham de um acontecimento que não para de retornar. Teima infantil que tenta “desdobrar o mundo no outro dos mundos” (Fonseca, 2010, p.34). Seria essa teima possíveis desviantes? Um eterno retorno da diferença. O tempo não mais pensado como o que foi. Talvez possamos falar em um exercício de memória-mundo, cada um que escreve traz um pedaço daquilo que vive com os jovens, e com os serviços. Mas esse viver talvez não diga respeito a esse encontro somente. Talvez esse viver seja um aprofundamento em um mesmo problema. Deleuze na obra *Imagem-tempo* fala sobre tempo que dura que é o presente do jovem, sendo esse presente em si mesmo uma idade, uma certa idade do Brasil, de uma Porto Alegre que nunca foi dada como presente¹⁸ (1985, p155). Cada “zona conhecida de uma idade é acompanhada por outra de sombra e risco”, mas “somente nela é possível perceber o quanto o corpo, na sua infinitude, expressa a infinitude da vida” (Vigarello, 2000, p.227), a própria memória da vida – vida nossa, do jovem, da cidade.

¹⁷ Este parágrafo encontra-se também no texto intitulado *S/t: silêncios e testemunhos*, e tem como autores Júlia Dutra de Carvalho, Leonardo Martins Costa Garavelo e Regina Basso Zanon publicado no livro *Vidas do fora: habitantes do silêncio*.

¹⁸ Escrita livre sobre trecho da obra *A imagem-tempo: cinema 2*.

Escrever-ler no/o diário coletivo, nosso arquivo, pode ser a tentativa de transpor o primeiro impacto dos afetos e se adiantar em uma noção comum que diga algo sobre essa experiência da equipe de estagiários, bolsistas, psicólogas e docente. E quando falamos em uma noção comum não é aquela noção comum que está para todos os espíritos de modo universal. Pode até vir a ser. “Mas primeiramente é uma noção comum aos corpos, exprimindo noções de conveniência e composição com os corpos”- singularidades (Teixeira, 2004, p.55).

Nesse sentido, pensando a noção comum como cartografia daquilo que convém com nosso corpo, a vida ética e o conhecimento adequado implicam uma interiorização da causalidade dos afetos e uma nova relação com a exterioridade – como se deu a fabricação disso que estamos vivendo? Como isso compõe comigo? O que compõe com meu corpo? O que nesse encontro convém ao meu corpo? São perguntas que nos induzem a formar uma noção comum (razão). “Ler é fazer o nosso corpo trabalhar (o corpo excede em muito nossa memória e nossa consciência)” (Barthes, 2004, p.29). Ler nesse caso é ser a causa adequada – potência de agir - dos atos e a busca, se possível, daquilo que é singular nesse percurso com a juventude.

1.3. O afeto insiste sinalizando a força de expansão da vida e da atividade que podemos viver. A tensão se instala. O que se passa? ¹⁹A expectativa de conhecer a priori esse viver nos afasta da intensidade que produz o movimento do afetar. Permitir-se viver esse movimento é precisamente o que faz da experiência um percurso do afetar no qual a pesquisa acontece. Afetar-se por uma vida juvenil, nesse sentido, denuncia que algo está acontecendo e que nosso saber é mínimo nesse acontecer. “É a possibilidade de tratar o mundo, a vida, ou simplesmente uma vida, um episódio, como um só e mesmo acontecimento que funda a implicação dos presentes” (Deleuze, 1985, p.133). A expectativa de ser surpreendidos pelo tempo do acontecimento.

Mas se o movimento de afetar não for experimentado na extensão da relação que o produz, o que nos resta? Perdermo-nos do acontecimento que já sinalizava nossa potência de agir e de compor outros modos de pesquisar-cuidar. Desponta a centralidade nos saberes, nas técnicas e nas verdades. E na tentativa de reconhecer sem cessar, trancafiemos as próprias

¹⁹ O ponto 1.4 possui muitos parágrafos que dizem respeito a uma parte do verbete *afetar* que será publicado no livro intitulado *Rumores discretos de um abcdário de pesquisa*. Tem como autoras Gislei Lazzarotto e Júlia Dutra.

sensações que insistem no movimento de perceber, afetar e afetar-se. Alimentados pela força reativa que encarcera afetos em um saber e uma moral, caímos no engodo: se afetar, diferença; se diferença, ameaça à vida. Ainda assim, nos ronda a pergunta: E para onde vai esse emaranhado de relações nas quais um encontro com um(a) jovem aciona modos de afetar? Em qualquer momento podemos ser acionados para acompanhar um percurso abandonado de nosso praticar/pesquisar que segue em duração, um devir (Deleuze e Guattari, 2004). Essa potência de agir alimentada pela força ativa só quer permitir que a vida se expanda e se aproprie de sua potência. A saúde, nesse sentido, é a procura de uma forma de viver com a novidade, com a diferença – “é um acompanhamento de processos de gênese da realidade de si e do mundo, na direção de um abertura” (Eirado, Passos, 2009, p.110) que possibilite a comunicação. A escrita e a experimentação como ferramentas metodológicas querem deixar pistas de um percurso intensivo no qual as práticas de cuidado enfrentam as vicissitudes de um encontro com Gigantes; e que os Gigantes enfrentam as vicissitudes das práticas de cuidado.

Becker, Carvalho e Lazzarotto (2010) indicam que experimentar afetos sinaliza a enunciação de outras formas de agir a partir dos modos de expressão que vamos percorrendo. Quando afetados pelas audições e visões, gostos e cheiros, toques de vidas que nos forcem a pesquisar na historicidade de um tempo que acontece, percebemos que nossas questões são feitas de vidas.

Se um cartógrafo nada tem a ver com os mundos que se criam – questão moral – ele tem, a ver com o quanto a vida que se expõe à sua escuta se permite passagem; com o quanto os mundos que essa vida cria tem como critério sua passagem. Aqui, há uma questão ética. (Rolnik, 2006, p.70)

Assim, exercitamos uma ética, expandimos nosso conhecer nas relações de uma vida de todos em nós, de uma vida de si com todos. Conhecer, nesse sentido, é tirar o peso das coisas, produzir leveza, saber a causa dos afetos. “Praticar, seguir processos, lançar-se na água, habitar territórios, praticar a escrita, sempre levando em consideração a produção coletiva do conhecimento” (Escóssia, Kastrup, Passos, 2009, p.203). Imanência de relações no corpo que cria passagens com o que força a experimentar nosso pensamento: afectos e perceptos que já não são de um ou de outro, mas da vida. Não precisamos mais temer o processo de estarmos afetados pelo acontecimento no ato de pesquisar, pois o que antes era dado como “ponto fraco” do pesquisador, agora marca uma condição indispensável do processo de pesquisar: a capacidade de afetar e afetar-se para que se criem os modos de expressar os sentidos de uma

pesquisa. O cuidar-pesquisar faz um mesmo movimento quando entendemos que a “investigação torna-se cuidado ou cultivo de um território existencial” (Alvarez e Passos, 2009, p.144).

No arquivo composto também por afetos somos levados aos diários coletivos²⁰ ventovida, desvio, birutar, libertar08, transmudar da equipe de psicólogas, docentes, estagiários e estudantes de psicologia do Grupo de Extensão Estação Psi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conforme Lazzarotto (2009), o modo de escrever nestas listas passou a criar um regime de visibilidade daquilo que transgride o esperado, o prescrito que rege as práticas, no sentido dado por Foucault (2003). A escrita traça as evidências e o encadeamento tanto do que se diz e do que se faz, como do que não se faz e de passagens que são carregadas pelo dito nas palavras. Na atividade de extensão, estudantes e professora passavam a expressar o que escapava ao decodificado, numa escrita produzida na iminência do vivido diante do que está acontecendo, propiciada pelo movimento instantâneo da mensagem eletrônica enviada para uma lista.

A escrita automática permite tirar das mensagens qualquer excesso de pessoalidade, permitindo que um aquém e um além do sujeito do enunciado possam compor o sentido. O conhecimento se faz por essa dissolvência no plano coletivo. (Eirado, Passos, 2009, p.120)

Com esse modo de escrever “seguiam intensidades e movimentos que passavam a ser compartilhados consigo (pela própria escrita) e com o outro (um leitor-escritor que seguia com essas palavras numa escrita recebida-enviada)” (Lazzarotto, 2009, pg.90). “Existe, alguém que, por muito anônimo e desprovido de rosto que se mantenha profere o enunciado” (Agamben 2006, p.84). A escrita já não é do uno. A escrita se constrói, e perde identidade entre mensagens que tensionam o fazer psi com jovens que cumprem medida socioeducativas. Contágio de um percurso entre agenciamentos produzidos nas experimentações com a vida juvenil, as práticas em psicologia vão sendo territorializadas na escrita. As designações ventovida, birutar, libertar, transmudar enunciam tempos vividos pelo grupo de extensão no trabalho, de experiências com equipes e jovens, da enunciação de acontecimentos em práticas que subjetivam.

Como integrante deste grupo, inicialmente como bolsista de extensão de 2005 a 2007 e,

²⁰ Estes arquivos foram produzidos a partir das listas de emails do ano de 2007, 2008, 2009 e 2010 chamadas desvio@yahoo.com.br, ventovida@google.com, birutar@google.com, libertar2008@google.com e trasmudar@google.com que se configuram como um diário coletivo dessa equipe psi.

em 2008 e 2009 como estagiária de psicologia social, muitos dos registros revisitados dizem de momentos em que estive presente, outros dizem da ação de outros colegas de equipe. Os anos de 2007 a 2010 (tempos cronológicos do arquivo) serão nossas pontas soltas, pelas quais sairemos em deriva.

Voltar aos registros diria de uma experiência de reviver, rever aquilo que passou? Passou? Os afetos cartografam aquilo que não é passível de repetição, ainda que se repita sem parar. “Trajetos de visões e audições” (Deleuze, 2004, p.73) de escritas feitas de práticas a partir de uma vida. Encontro com um(a) jovem que conta como é viver sob os olhos da segurança, da assistência e da proteção. Vida que a partir de ações, falas e escritas contam-nos muito de como um(a) jovem vive as medidas socioeducativas no Rio Grande do Sul, mais especificadamente em Porto Alegre. Assim, os trajetos mapeados “se confundem não só com a subjetividade dos que percorrem um meio, mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem” (Deleuze, 2004, p.73).

A escrita no *diário coletivo*²¹, de onde advém nosso arquivo, segundo Lazzarotto (2009), é um prolongamento do agenciamento do qual fazemos parte. Neste sentido, encontramos desvios de práticas homogeneizantes (francamente utilizadas com a população jovem), como agentes potenciais que produzem conflito naquilo que está como prática corrente, portanto disputa de todos os seus elementos e dimensões, e ao conectarmos e conjugarmos elementos desta disputa inventamos um devir específico imprevisto e próprio da intervenção.

Nesse sentido, a escrita, ou o sujeito é ele próprio um agenciamento²² de enunciação, isto é, ele se constitui num plano de consistência por agenciamentos, ele só existe em face de certas engrenagens, de determinados agenciamentos. O agenciamento de enunciação é, assim, desde sempre coletivo, pois se dá num plano de fluxos heterogêneos e múltiplos que se cruzam incessantemente, possibilitando infinitas montagens. Sujeitos e objetos, aqui, são índices de agenciamentos, funções que proliferam sobre o plano. (...) Assim o desmembramento do ‘caso’ na direção do plano coletivo de produção se fará pela desmontagem das engrenagens particularizantes e cortadas da experiência coletiva. (Benevides, Passos, 2009, p.168)

Registrar, praticar e retornar aos registros, cartografar as pistas de um devir que torna a viagem um enfrentamento com tempestades em alto mar, pois o “devir não se anuncia sem

²¹ O *diário coletivo* produzido no projeto de extensão ESTAÇÃO PSI é ferramenta de problematização na tese de doutorado da Prof^a Dr^a Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto intitulada *Pragmática de uma Língua Menor na Formação em Psicologia: um diário coletivo e políticas juvenis*.

²² O agenciamento, segundo Laura Pozzana e Virgínia Kastrup, “é uma relação de funcionamento, descrita como um tipo de simpatia. A simpatia não é um mero sentimento de estima, mas uma composição de corpos envolvendo afecção mútua (2009, p.57).” É o agenciamento que permite a entrada em contato com heterogêneos que nos cercam, e permite que agir e escrever seja possível com eles. Podemos encontrar mais detalhes desse tema no texto *Cartografar é acompanhar processos*, no livro *pistas do método da cartografia*.

um custo e não há como entrar nele confortavelmente. O dever é o sacrifício da história, a sua torção, o seu martírio intempestivo” (Benevides, Passos, 2009, p.193). Será com narrativas de vivências e experiências com jovens, técnicos da rede, estabelecimentos feitos de pessoas que escrevemos e inscrevemos naquilo que agenciamos entre um e outro na tentativa de manter o fluxo de um processo onde a vida prolifera.

1.4. Um exercício ético estético para viver. Uma regra de orientação nessa ação de fuga e de respeito à vida evidencia a sensibilidade para fazer elos *com*. Como experimentamos *com* ele o cotidiano, o quê mais, afinal qual multiplicidade compõe com o território existencial desse jovem? As maneiras de experimentar podem variar. Façamos uma ficção, um experimento mental de pensar estas multiplicidades que compõem e decompõem a vida desse jovem e o nosso encontro com ele como sonho ou pesadelo vivido - encontro de forças. Um sonho ou um pesadelo podem inicialmente responder a uma dicotomia de sonho-bom e pesadelo-mau. Lembrando Spinoza, poderíamos rever o movimento do homem ao querer explicar Deus, e dar a ele as características humanas. Enquanto para Spinoza Deus é a natureza e não precisa se explicar enquanto fim, e sim, simplesmente como essência-existência, para os homens as coisas que existem precisam ter um fim. Assim, os animais foram feitos para os homens comerem, assim as chuvas e tempestades representavam a fúria dos deuses. Essa necessidade de consignar fim a todas as coisas transformou de tal forma o entendimento das coisas a ponto de torná-las classificáveis conforme seu destino, como se a própria existência, sua expressão máxima, não fosse suficiente. Por mais que mil exemplos naturais sejam dados, mostrando que tanto os fatos cômodos quanto os incômodos fazem parte da vida, contrariando a crença de que a dicotomia existe conforme um julgamento moral, mesmo assim o homem afirma uma superioridade racional (Deus) que detêm todo o saber sobre estas verdades. Portanto, cria um outro plano para este saber, que não se parece em nada com as coisas vividas (imanes), sendo essas últimas apenas simulacros daquilo que um dia poderão se tornar – uma sombra. Há toda uma lógica para se pensar em dicotomias que excluem exatamente aquilo que vibra, que afeta – e que ao contrário de sombras são a pura luz de tudo o que existe. Mas nos perguntaríamos o que seria esta matéria/entidade que é excluída neste exercício dicotômico?

Estamos falando justamente daquilo que por nada e por motivo algum poderia ser degradado, ou depreciado: a vida. Mas que vida é esta que no exercício de abraçar todas as nuances existentes entre bom e mau acaba por justamente desconstruí-las e retira o sentido da construção desta dicotômica, desta binariedade? É da vida trágica que estamos falando. Para falar dela, e da potência que ela traz, precisamos chamar um intercessor importante.

Nietzsche, que para tal empreitada interroga-nos com a pergunta: "quero isto ainda uma vez e inúmeras vezes?" (Nietzsche, 2005a).

Levando em consideração esta provocação, que podemos chamar de uma radical experimentação do pensamento, entenderíamos o sonho e o pesadelo como fazendo parte de uma mesma vida, de uma mesma existência, que não é de um, mas de todos que a compartilham – da história de um lugar que fazemos parte e que afetamos também. Se tomamos a vida deste jovem como algo arrebatador de tal forma que nada podemos fazer, participamos de um modo niilista passivo de existência, que deprecia a vida justamente por separá-la de sua força, daquilo que ela pode enquanto potência criativa, e assim assistimos a esta vida como o pesadelo apenas. "Mexer naquilo ali é uma encrenca", assim proliferam-se as falas de alguns trabalhadores no contexto das medidas. "Não temos como resolver". "Não conseguimos dar um fim a isso". "Aquilo participa de algo que é maior do que eu poderia". "Eu não consigo modificar isso." Isso do que falamos é a vida. Vida compartilhada entre jovens e técnicos dos serviços de assistência e proteção. Emaranhado de sensações que diminuem a potência, pois afirmam a incompetência diante "daquilo". Dos gigantes.

Foucault (2003, p.348) ao ser questionado sobre o "efeito anestésico" e o "efeito de paralisia" de suas análises nos educadores penitenciários enfatiza: "meu projeto é fazer de tal modo que eles 'não saibam o que fazer': que os atos, os gestos, os discursos que até então lhes pareciam andar sozinhos tornem-se problemáticos, perigosos, difíceis. Esse efeito é desejado." Destaca que paralisia não é sinônimo de anestesia, mas o despertar para um conjunto de problemas que a dificuldade de agir faz aparecer. É preciso um longo trabalho de vaivém, de trocas, de reflexões, de tentativas e análises bem diversas.

Retornado ao nosso experimento mental, se numa torção, tomamos o pesadelo como forma de resistência, esta vida que se debate entre horrores, ganha muitos outros sentidos, e ainda diante de todas as razões para sucumbir pode viver e criar. Pode ser. Ao nos colocarmos nesta segunda perspectiva, a vida pode afirmar sua diferença e faz desta, objeto de regozijo e afirmação ganhando movimento e plasticidade.

No afeto que vira prática com jovens, podemos situar um deslocamento que aposta em não excluir a própria história destes jovens com infração. Assim escutando essas histórias paramos de buscar uma "vida limpa" para esses/essas jovens. A história de um se torna a história de muitos na vida em comum na cidade. Suportaremos escutar essa história que se faz nele/nela e que enuncia uma vida na cidade? Se excluirmos a história, fica para trás a potência de algo insistente e inacabado a ser atualizado na experiência com a multiplicidade

de modos de ser. A questão ‘e que nada nos assegura que experimentar o afeto, mergulhar, exercitar regras para vir à superfície sinalize outras direções para o jovem e o “acerto” de nossas práticas. Coexistem forças que agem e reagem, o exercício ético é a processualidade da vida acontecendo.

Escolher participar disto que é a vida, na sua tragicidade, afirmando que todos os desvios ainda assim são a própria vida se processando impondo um grande peso, ou então fazer deste peso e responsabilidade, que são enormes, a própria matéria de produção de vida.

Tomando a vida na sua tragicidade, a ética que afirmamos se produz entre a ordem e a passagem indicando as possibilidades de variação que acompanham as palavras para criar uma língua própria ao agenciamento. Tarefa arriscada, pois não podemos assegurar as regras de um processo de criação que se constitui no próprio fazer e que tem como ação o testemunhar, o com-sentir, sentir com aquele que nos fala-afeta. *Vamos seguir com estas vozes, acolher, do mergulho ao percurso de uma morada, a casa pode ser essa: morada de si com o outro, em que sou escutado e me escuto, e converso, e estou com, e já não estou tão só no encontro comigo e na vida*²³. Mas a cidade nos espera com seus medos e sua história, potências de atualização de uma política que se faz também de nossa prática.

²³ Mensagem enviada para a lista libertar2008@googlegroups.com em 12 de maio de 2009, às 15:50 da tarde com o título “coragem de estar no grupo...”

2. Mergulhos com o medo

As ruas contam os “segredos”. Ao ocupar o *entre* em uma cidade estamos abertos aos afetos que a rua provoca. Nessa provocação, somos levados a nos confrontar com nossa história. Não temos mais a ilusão que ela (nossa história) está guardada, pois ao caminhar pelas ruas vivemos os afetos que compuseram nosso presente que é recheado de signos que retornam, nos provocando ao exercício do pensamento. Caminhando encontramos um homem negro acorçado, com um chinelo meio gasto, os pés largos. Sem camisa, ele parece esperar algo que ficou perdido no tempo. Uma história interrompida na sua terra natal que não para de acontecer em outra terra que o marca com a violência do seqüestro e da escravidão no hoje – o Brasil. Uma terra marcada pela violência e pelo encontro cultural. Acolhido e no abandono, o homem negro nos leva, em imagem, para nosso período de escravidão. Lembramos dos capoeiras e dos negros libertos que esperavam acorçados nas esquinas por alguma oportunidade que, na época, configuravam os trabalhos possíveis para essa população brasileira. Assim, ocupando a rua, com um olhar afetado, somos remetidos a imagens que duram na nossa história - passamos a experimentar o tempo em duração – um homem negro, acorçado, sem camisa à espera. Nesse tempo que retorna, encontramos aqueles que carregam nossos problemas de crescimento urbano e de violência. Nesse segundo mergulho que propomos chegou o momento de olharmos para nossos medos cotidianos, e pensarmos: Como ele se formou na nossa cultura? Será que os “tigres” e os “antissociais jovens” podem nos contar algo dessa nossa história que se condensa nas ruas? A rua nos força a buscar referências de nossa cultura.

Não mergulhamos sozinhos. Além dos “tigres” e dos jovens diagnosticados em muitos lugares como antissociais, precisamos da companhia de alguns autores como Gilberto Freyre²⁴, Michel Foucault²⁵, Giorgio Agamben²⁶ Analice Palombini²⁷ e Vera Malaguti Batista²⁸ para que o afeto da rua possa reverter-se em saber, em apropriação daquilo que nos

²⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, 12ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005, *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas do pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleções Ditos e escritos II, 2000. P.335-351, *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, *Ditos e escritos IV*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

²⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Homo sacer II. São Paulo: Boitempo, 2004 e *O poder soberano e a vida nua*. Homo sacer I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

²⁷ PALOMBINI, Analice de Lima. *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica*. Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientada por Carlos Alberto Plastino, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

²⁸ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003 e *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renan, 2003 a.

acontece. Cada autor(a) nos fará perceber um fragmento daquilo que compõe o aparecimento do medo como algo tão palpável e nominável para nós. Enquanto Gilberto Freyre e Vera Malaguti Batista nos indicam pistas de práticas no Brasil no que diz respeito ao encontro com os negros e posteriormente com os jovens, Palombini e Agamben vão respectivamente nos contar sobre a cidade e sobre o processo democrático que vivemos atualmente que produz vidas precarizadas. Nesse encontro com “tigres”, jovens, e autores, vasculharemos a produção do medo “que pode ser um encontro, pois ele próprio é um acontecimento” (Jaeger, 2008, p.24).

Vamos atrás das conexões, encontros, bloqueios, estratégias possíveis entre nossa história de colonizados e nosso presente de medo que se cola a figura de uma dada juventude brasileira, e que a todo momento ela mesma nos faz lembrar com signos de um passado que queremos esquecer – a escravidão no Brasil. “Saber como funcionam e para quem funcionam as estratégias” (Fonseca e Oliveira, 2007, p. 135). Entender porque adotamos os medos advindos de um tempo de escravidão para um hoje. Serão os mesmos medos em desdobramentos ao acaso no qual a figura de hoje será o jovem? O quanto da escravidão ainda existe entre nós, nas nossas relações? As perguntas aumentam, mas as práticas com os (as) jovens deixam pistas para nos apropriarmos um pouco do que nos tornamos e como, apesar dessa história de dominação, resistimos com **ginga e astúcia**.

2.1. Os tigres, os antissociais, os jovens...

Menino de sobrado que brincasse na rua corria o risco de degradar-se em muleque (...). O lugar do menino brincar era o sítio ou o quintal; a rua, do muleque. (Freyre, 2000, p. 183)



Litografia de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, 1862.

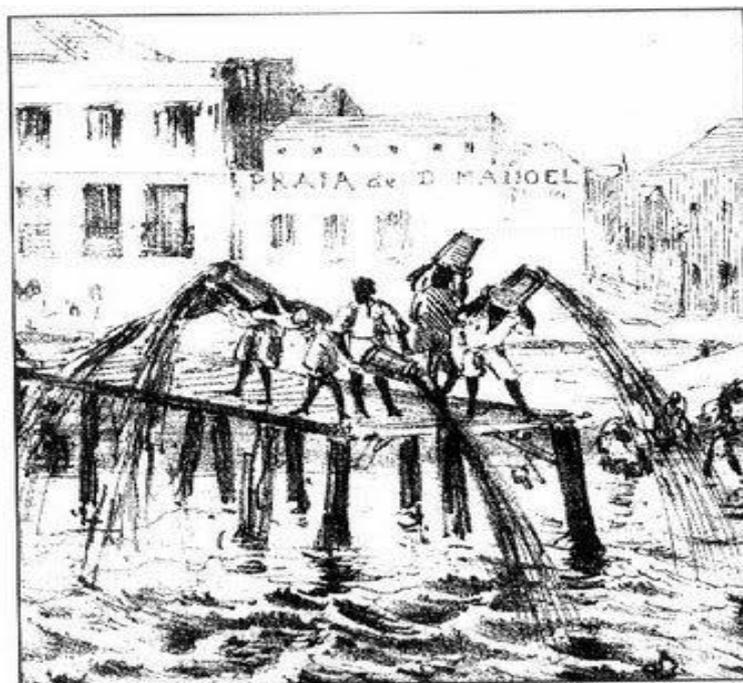
‘Praia’ queria dizer então imundície. O rio que era nobre. Sabido que o sistema de saneamento nas cidades brasileiras foi por muito tempo o do “tigre” – o barril que ficava debaixo da escada dos sobrados, acumulando matéria dos urinóis, para ser então conduzido à praia pelos negros. (Gilberto Freyre, 2000, p.224)

Os condutores dos barris eram chamados de “tigreiros” ou “tigres”. Talvez o nome fosse uma alusão à coragem dos carregadores ou, quem sabe, à imagem das barricas que, ao transbordar, “espalhavam fezes nos corpos dos escravos e dos negros de ganho, numa combinação que lembrava a pelagem dos tigres” (Santos, 2008, p.1). Os transeuntes corriam dos “tigreiros” com o intuito de não se sujar. “Abram o olho! Abram o olho!” (Santos, 2008, p.1). Assim gritavam os “tigreiros” ao passarem na rua.

O projeto da ordem burguesa no país se deparou sempre com o medo da rebeldia negra. Gizlene Neder aponta o “grande medo” que perpassa as elites que administram a crise do complexo agroexportador na segunda metade do século XIX. (Batista, 2003, p.36)

Sidney Chalhoud fala de uma mudança significativa, pois temos a formação da cidade negra. No senso de 1849, o Rio de Janeiro tem a

maior população escrava urbana das Américas. A preocupação com a segurança se traduz em todos os níveis. O medo branco faz com que o temor à insurreição seja mais sólido que a própria perspectiva da insurreição. (Batista, 2003, p.36)



Gravura, A Semana Ilustrada, Rio de Janeiro, 1861

Estamos nos passos da cultura brasileira. Tivemos a construção de uma república que incorpora excluindo, de maneira autoritária e exterminadora. O medo do estranho se avoluma nas cidades brasileiras, assim como a necessidade de que mais deles circulem – os “tigres” que carregam nossos dejetos aumentam – assim como aumenta a população nas cidades. Muitas políticas de saneamento foram pensadas, mas todas elas contavam com pouca compreensão e/ou simpatia da população. Por conta disso, os “tigres” continuaram a assombrar passeando com seus repugnantes conteúdos pelas ruas de Recife, e outras capitais brasileiras como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Morria-se por moléstias advindas do excesso de trabalho, mas também e principalmente pelo descaso que a população negra sofria.

‘Alguns senhores que despejavam lixo nas ruas e praças também não tinham escrúpulos em jogar fora seus escravos agonizantes, em um estado de perfeita nudez. Quando em 1814 Schillibeer ficou horrorizado ao ver tantos escravos mortos nas ruas’. (Batista, 2003, p169, cit. Karasch)

De força motriz para carregar os dejetos dos sobrados, o negro escravo, encanamento das cidades brasileiras no Império, torna-se próprio dejetos que não merece nem ser levado a um lugar retirado para ser descartado. Vale tão pouco quanto o lixo produzido pelo senhor.

Mas não podemos dizer que não havia uma política de limpeza: os urubus e as marés se encarregavam de levar as sujeiras (os animais, os “tigres”...).²⁹

Talvez a permanência de uma certa naturalização deste quadro se observe nos corpos negros amontoados nas lixeiras da cidade do Rio de Janeiro nos dias de hoje: os traficantes-favelados apresentados ao deleite da mídia fazem parte do cenário vivo do teatro da escravidão.” (Batista, 2003, p. 169)

No baile Funk, encontramos o bonde do tigrão e as festas nas quais avistamos uma “tigrada”. E o DJ embala a noite reproduzindo a balada juvenil: “Pra eu não revidar você não pode me agredir tem que me dar respeito” (Os Hawainos - Sou Brasileiro). “Tigrada” é como os cariocas que parecem não frequentar bailes Funks chamam aqueles que os frequentam. Seriam resquícios dos “tigres”?

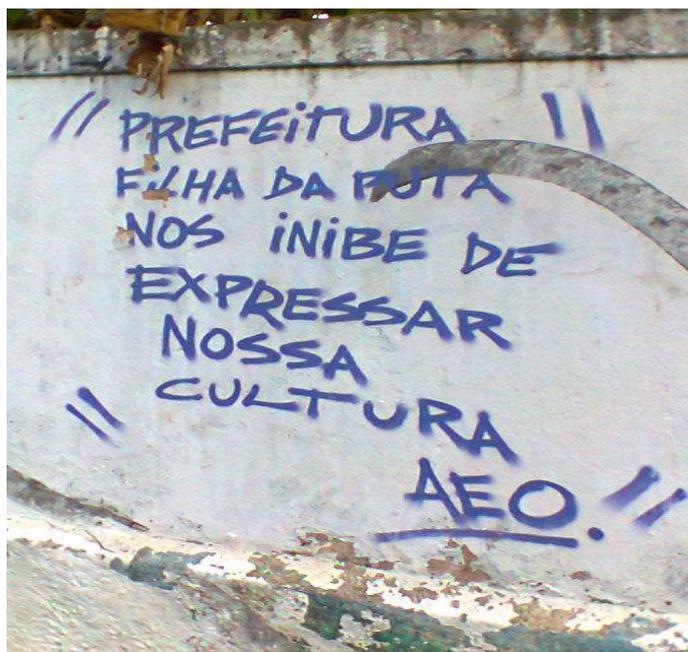
(...) o Funk hoje é difamado por intelectuais, sem que os mesmos olhem para o seu lado positivo no qual as letras abordam a trajetória de jovens que sofreram com o crime, com as drogas, jovens que viram e participaram de vários tipos de violência. (Candido, Dutra e Rocha, 2011).³⁰

No Brasil colonial e imperial, temos uma apropriação da cultura às avessas. Certas produções culturais brasileiras “devem” seguir marginais, mesmo que as mesmas produções sejam consumidas pelos senhores e pela classe média brasileira. O Funk seria uma dessas produções atuais. Mas vivemos na história outras criminalizações culturais.

O que os negros e pardos fizeram, explodindo algumas vezes em desordeiros, foi dar alívio a energias normais em homens ou adolescentes vigorosos que a gente dominante nem sempre soube deixar que se exprimissem por meios menos violentos que a fuga para os quilombos, o assassinato de feitores brancos, a insurreição: o batuque, o samba, a capoeiragem, o assobio, o culto de Ogum, a prática da religião de Maomé. A estupidez da repressão é que principalmente perverteu batuques em baixa feitiçaria, o culto de Ogum, em grosseiro arremedo de maçonaria, com sinais e assobios misteriosos, o islamismo, em inimigo de morte da religião dos senhores cristãos das casas-grandes e dos sobrados, a capoeiragem, em atividade criminosa e sanguinária, o samba, em dança imundamente plebéia. (Freyre, 2000, p.553)

²⁹ “Os urubus vinham com a regularidade de empregados das Câmaras pinicar os restos de comida e de bicho morto e até os corpos de negros que a Santa Casa não enterrava direito, nem na praia nem nos cemitérios, mas deixava no raso, às vezes um braço inteiro para fora. Com a mesma regularidade burocrática a maré subia e lavava a imundície das praias; às vezes alagava, como ainda hoje alaga. Aldeias inteira de mucambos e de palhoças. As praias, nas proximidades dos muros do sobrados do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife, até meados do século XIX eram lugares por onde não se podia passear, muito menos tomar banho salgado. Lugares onde se faziam despejos; onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excrementos, o lixo e a porcaria das casas e das ruas; onde se atiravam bichos e negros mortos.” (Freyre, 2000, p. 224)

³⁰ Essa citação diz respeito ao texto “Como trabalhar na difícil trama juventude-educação-segurança?” que foi publicado no site da ABRAPSO. Produto da escrita do jovem Arnaldo Lima Candido, e das educadoras sociais Bárbara Rocha Mariano e Júlia Dutra de Carvalho no ano de 2011. O link para o texto é: http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3293.



Pixação em um muro de Olinda (PE).³¹

Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos de bens culturais. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie (Benjamin, 1994, p.225)

Mas se a cultura produzida a partir de suas vivências e experiências não podia e não pode ser legitimada, no Brasil Império, tampouco se vestirem como os brancos e as brancas, pois mesmo nessa condição de assumir a cultura da hegemonia branca, ainda assim os negros que, por algum motivo, conseguiram ascender financeiramente não conseguiam mesmo retorno quando se vestiam com trajes usados pelos brancos. Eram vaiados pelos “muleques”, pois esses não aceitavam a deserção; eram “orgulho” de senhora e do senhor da casa grande “ciosos de manifestar sua superioridade social e de cultura nos seus próprios crias” (Freyre, 2000, p.431).

Resta as ruelas e as favelas que se avolumam e que permitem o viver para não consumidores que a política e a economia das cidades vai desenhando e produzindo. É preciso muita capoeiragem, **ginga** e **astúcia** para fugir do destino. Mas, mesmo com afetos de desvio, ainda assim os tigres e a população pobre precisam comer. O que pareceria fácil em um país com tantas terras para plantar não se faz de forma simples.

³¹ Olinda aparentemente é uma cidade que conserva a cultura local, entretanto essa cultura parece estar atrelada ao turismo, impedindo em certa medida outras modalidades culturais. Foto tirada por mim entre 13 e 15 de novembro de 2011.

(...) o pobre ou o homem médio que não tivesse casa com viveiro de peixe, no dia que quisesse comer peixe fresco, para variar do seco, tinha que enfrentar não um atravessador apenas, mas toda uma série de intermediários. E esse intermediários não eram judeus nem ciganos – cabeças-de-turco para todo o negócio desonesto (...) Eram cristãos-velhos dos mais puros, gente das casas nobres e até militares em que se encarnavam algumas das virtudes mais cavalheirescas da classe dominante. Vilhena escrevia no século XVIII que era inevitável o preço alto (...) ‘todos sabem esta dezordem mas ninguém a emenda por ser aquelle negocio como privativo de ganhadeiras que de ordinario são ou foram captivas de casa ricas e chamadas nobres, com as quaes ninguém quer se intrometter, pela certeza que tem de ficar mal, pelo interesse que de commum teem os senhores naquella negociação’ (...)” (Freyre, 2000, p.197)

O mesmo acontecia com todo o tipo de alimentação. Essas marcas escancaram com nitidez a “supremacia da economia privada sobre a pública; dos interesses particulares sobre os gerais. Supremacia ostensiva na formação brasileira” (Freyre, 2000, p.199), que fabrica legislações penais e civis que tem como fim mais caro a propriedade, entre outros atravessamentos importantes que esta supremacia traz a estética da cidade. A cidade econômica, segundo Palombini (2007, p.46), sobrepuja a cidade social roubando-lhe parcelas cada vez maiores da receita pública.

Pensando essa incorporação histórica de privilégios somada a um crescimento que terá no “milagre brasileiro” sua efetivação mais concreta em nossa história, observamos o surgimento do que Milton Santos chamará de cidade corporativa. Esse modo de urbanização (Palombini, 2007, p.47) tem como característica se constituir em grupos fechados e identitários – vinculando-se a interesses profissionais, de bairros, lutando de maneira difusa por lobbies e marketing para que suas reivindicações setoriais sejam alcançadas. Ao cidadão, cabe a busca por seus privilégios em vez de direitos. Essa urbanização corporativa já apresenta seus fluxos no Brasil Imperial, “impõe-se à vida urbana como um todo, num processo contraditório que cria oposições entre parcelas da cidade, segmentos da população, formas de produção, modos de vida” (Palombini, 2007, p.48).

O perfil urbano se torna complexo, com tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos da matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos. Mas há, também, paralelamente, uma certa “involução” metropolitana, o crescimento econômico das grandes cidades sendo menor que os das regiões agrícolas dinâmicas e respectivas cidades regionais. O novo perfil industrial tem muito a ver com esse resultado. Por isso, a grande cidade, mas do que antes, é um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade torna-se o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. Um gasto público crescentemente orientado à renovação e a reabilitação urbana e que, sobretudo, interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal na cidade; e o fato de a população não ter acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas

atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência. A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (Santos, 2005, p.10)

As cidades parecem se partir em dois mundos, dois desejos (Batista, 2001, p.196).

Cuidado para não te afogar no meu mundo, agora que o vê. Abre os olhos. Respira
o meu cheiro, banhar-se na minha água...

As ciências, os fluxos econômicos-técnicos-informativos afirmam um único mundo, ou uma única forma de estar nessas cidades. Vidas opacas se avolumam sobre as luzes fulgurantes do asfalto que chega, deixando a cor negra acinzentada: é preciso muita **ginga** e **astúcia** para viver e ser ouvido. São afetos que persistem e resistem à massificação do tempo no corpo da cidade. Fazemos falar ao mesmo tempo em que os silenciemos.

Ronaldo³², quando transferido de uma unidade fechada para outra com uma proposta aberta (com saídas, escola na comunidade, etc...), amarra-se inúmeras vezes no mastro da bandeira em frente à unidade, numa cena-pelourinho, e grita que o estão prendendo. Instala-se uma força-tarefa para conversar com ele e demovê-lo de tal cena inquietante e constrangedora para nós, técnicos de propostas pedagógico-terapêuticas que supúnhamos ao menos humanizadas, para não dizer libertárias. Cena que fala das marcas – elimináveis? -, em, Ronaldo, das tantas prisões a que já fora condenado aos quinze anos, mas que evidencia certamente sua potência de problematizar e evidenciar brutalmente o lugar-prisão. Rebelião que denuncia, no lugar da homenagem à pátria, o ainda destino de escravo das modelagens psicossociais de que era objeto. (Vicentin, 2005, p.36)

A cidade fala todas as línguas da vida, tem seus caprichos, produz circulação de informação, de pessoas, de poder, de cultura. Obstrui alguns movimentos, aprende a calar algumas vozes. Para ouvi-las de onde falam é preciso falar com a cidade. A rua é espaço onde a história é contada às avessas, pois onde o livro diz: - passamos desse tempo a outro, a rua contrapõe, expondo o paradoxo no qual vivemos, a coexistência dos momentos vividos no país. A rua tem, na sua forma, a marca de muitos tempos, um só. Uma duração que faz do homem e da rua uma só história.

Lixos domésticos. Carros estacionados. Rua sem saída. Árvores. Prédio em construção. Uma pessoa. A cidade e por extensão a rua têm o poder de produzir relações de disputa política, de resistência. Saindo de casa, avisto uma pessoa mexendo no lixo e soprando algo

³² A autora do livro *A vida em Rebelião: jovens em conflito com a lei* Maria Cristina G. Vicentin narra sua experiência de trabalho com internos da Febem em São Paulo.

que me parecia mais com um cano. Ao me aproximar um pouco, vi que era um jovem. Pensei: - Será que ele está usando Crack? Será que ele está produzindo um instrumento para usar o Crack? (A primeira pergunta que me ocorre é essa mesmo!) Será que ele está usando Crack? Será? Um jovem, não branco, mexendo no lixo.

Estamos juntos? Você me acompanha? Aproximando-nos, sem a intenção de parar - olhamos, e vimos. O jovem que antes tinha um cano que possivelmente seria para uso de drogas nos apresenta outra cena. Vemos um jovem, de mais ou menos 21 anos, tentando juntar dois pedaços de uma flauta de plástico que havia sido jogada no lixo. Flauta, lixo e jovem. Os dejetos da cidade? Se não fossemos obrigados a passar do seu lado, será que ele seria o jovem afetado pela música? Ou seria para sempre o jovem, não branco, quase um animal que é usuário de Crack? **Quantos tempos foram necessários para formar esse nosso olhar?**

Anos 30, o olhar seletivo utilizado pelo “Serviço de Fiscalização e Repressão da Polícia Federal” é guiado pela pergunta: 'Tem vendido jornais, bilhetes de loteria, doces, engraxado sapatos ou desempenhado alguma ocupação na via pública?' (Batista, 2003a, p.20).

Ano da nossa constituição, 1988, “um jovem de 17 anos é considerado perigoso, porque 'está trabalhando em biscates, pois não tem paciência para aturar patrão'” (Batista, 2003a, p.20).

Mas mesmo a potência da cidade está em disputa. Quando orientada por valores econômicos importando-se com exigências de qualidade, rapidez e fluidez, a cidade passa a se preocupar com a segurança. Segurança como dantes para que tudo fique bem guardado. Que o bem privado que começa com a mulher e os valores no sobrado continuem intactos, mesmo que os objetos a guardar sejam outros.

A cidade se reduz: em vez de política, polícia; no lugar da negociação pelo discurso, a imposição pela força bruta; a relação dá lugar à justaposição; o por em relação cede à contenção das relações, a tensão da fricção dos encontros é neutralizada pela paz dos cemitérios; o indivíduo e vez do coletivo, a massa em vez da coletividade³³ (Palombini 2007, p.52 apud Pechman, 2005, xerox).

Incerteza como estilo de vida, e o medo como estética. O medo é uma estética dessa vida que não sabe o que pode lhe acontecer amanhã. Com essa plasticidade, - criamos um

³³ O trecho se refere a uma produção do autor Robert Moses Pechman, traduzido por Sérgio Aguiar Medeiros em 2005. O texto tem como título Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca, ou da cidade, da violência e da política que a autora Analice Palombini acessou apenas na forma mimeografada.

modo de viver que torna a vida em si inútil -, sem função, cria uma sensação de transitoriedade. Risco de perder o emprego, de ter a bolsa furtada, de engordar, fumar demais, beber muito, ficar doente.

O conceito de risco ocorre numa sociedade onde há uma margem de autonomia individual em relação à escolha de estilos de vida, em relação ao que se quer ser e fazer (Vaz, 2004).

Poucas possibilidades e muitas mudanças. Encontramos com aquele que concentrará o ódio e o medo e que será alvo de políticas de contenção generalizada.

Eu não nasci pra semente³⁴

Qualquer um pode ser criminalizado. O que importa é conter. Fabricamos medos tangíveis e prisões. Busca-se o consenso que abrande a sempre petulante e rápida passagem dos dias na cidade que comercializa, consome. O consenso, segundo Palombini (2007, p.55) quer pacificar, reduzir o espaço da relação, fricção, conflitualidade, ou seja, dissolução da política, apaziguamento do dissenso comum ao convívio na cidade. Mas a cidade tem seus vazios ocupados pelo dissonante, pela vila entre um prédio marmorizado e outro. Surpresas que alguns urbanistas se esforçam em reduzir, mas que se proliferam resistindo e impondo o pensar em saídas em plena cidade.

Um ‘novo direito relacional’ em que a reinvenção dos vínculos permite recuperar a confiança no espaço público, de forma que a cidade possa voltar a ser lugar de relações e não de anulação das diferenças – lugar onde o conflito, próprio à vida coletiva, sustenta-se na palavra, na ação e na negociação como formas políticas. (Palombini, 2007, p.57)

A cidade é assimétrica, pois não permite a padronização dos fluxos “perfeitos” daquilo que queremos que circule, pois tem vida própria, e determina seus fluxos quando em relação com aquilo que queremos dela. Ela é produzida na distância infinita, pois se caracteriza por expressar de forma radical as diferenças que se dão nela e que constituíram na história. A amizade para Nietzsche também compartilha essas duas idéias: assimetria e distância permitindo “uma ascese que conduz à autotransformação e ao aperfeiçoamento”. Feita de tensões, questionados em nossas crenças, somos lançados nesse diálogo com a diferença, que é “avessa à intimidade que conduz a confusão do eu com o tu” (Palombini, 2007, p.61). Inconstância, imprevisibilidade e instabilidade. Parar na rua, parar no processo, passar da

³⁴ Fala reiterada por muitos jovens que cumprem medidas socioeducativas inscrita na obra supra citada na nota de rodapé 7.

água às ruas da cidade. Paramos na cidade que testemunha e nos encontra na relação com a juventude. Relação de nós com a cidade.

2.2. A estranha superfície do perigo – Muitos controlam; mas poucos cuidam. Algo é reconhecido por um estranho. Afeto produzido em um encontro comum. Na cidade, os olhos se encontram. Jovem e menino admiram um só objeto. O que compartilham, o que os aproxima? Uma entrada no jogo no qual já não há elementos estranhos, apenas partes de um todo comunicante formando uma superfície comum. “Torna-se aparente que o problema do afeto deixou de ser o da voz única e retirada para se tornar o das palavras múltiplas” (Deleuze, 1998, p.234). Um jovem percebe-se a partir do olhar de um menino que brinca com seu vídeo game em um ônibus que ambos habitam indistintamente. Em alguns segundos, no qual o jovem olha para objeto, algo se passa. Tempo recheado por um bloco de sensações que fez o menino guardar seu brinquedo sem mais arriscar-se. Mas de que afeto estamos falando nesse encontro? Do medo. O medo se tornou impessoal. Um filósofo chamado Spinoza (2008) acredita que fazemos parte de uma única substância infinita – univocidade sem unidade. Uma essência que se expressa por maneiras de ser no mundo. Assim, pensando o mundo a partir de territórios compartilhados, podemos nos lançar no encontro desse jovem e desse menino. Variações nos modos de existir partilham mesma velocidade.

Estranho encontro. Acontecimento que compõe a malha social: o medo. Tornar o medo familiar a muitos cidadãos brasileiros ao se confrontarem com a rua, com o público, faz parte de toda uma maquinaria atual. Mas, afinal, o jovem poderia ou não roubar o vídeo game do menino? Poderia – precisão – risco. O cenário está montado. Sabemos que nesse jogo a artilharia tem mira: marca vidas que só ganham luz quando despontam nas manchetes policiais ou nos laudos de legistas do Instituto Médico Legal. Invisibilidade que “se enraíza no desvelamento, visibilidade pura e simples” compondo o mesmo tecido, “a mesma indissociável substância” (Foucault, 1999, p. 87). Aquilo que deveria permanecer escondido emerge e produz uma superfície de luz quase cegante. Surge “uma noite perfeitamente clara e impossível de dominar” (Foucault, 1999, p.34).

Bairros inteiros da periferia vão ganhando visibilidade como perigosos e moradores desses bairros são identificados como tais – e entendem-se como. O perigo é encarnado em corpos. Na construção desastrada e programada destes territórios de exclusão, o Estado e as políticas acabam por produzir aquilo mesmo que tanto dizem combater – a desigualdade e o preconceito. Ali, as estratégias de reprodução da máquina repressiva se atualizam. É assim que quando alguém, ou algum lugar, se torna marcado pela periculosidade é que temos a

possibilidade de agir. Proliferam-se as máquinas de contenção. Espaço que se torna terra de esquecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de direitos como o cuidado e acessibilidade às políticas básicas. A promessa de segurança comanda o espetáculo e erige o confronto na base da dissociação e da oposição entre perigosos e sociedade em geral. Estranham os nossos ouvidos os pedidos por segurança da própria população de jovens considerados perigosos. Como uma população que é reprimida violentamente pela polícia e seu maquinário pede por mais repressão? Ou seria de segurança mesmo do que se trata este pedido? Estariam tão desamparados frente à polícia e as políticas que o pedido se converte em contestação às medidas de contenção correntes?

Agamben (2004) ajuda a pensar a situação de um território ou de qualquer situação em que identificamos restrições, ou suspensões de direitos. Esse é o paradoxo das práticas democráticas que encerram em si a necessidade de produzir uma situação de estado de emergência permanente.

Uma pura forma de lei é apenas a forma vazia da relação; mas a forma vazia da relação não é mais uma lei, e sim uma zona de indiscernibilidade, entre lei e vida, ou seja, um estado de exceção. (Agamben, 2007, p.66)

Esse estado permite o aviltamento de alguns direitos individuais que dizem respeito à vida. Mas que vida é essa que está em questão? Para os gregos, segundo Agamben (2007), a ideia de vida era necessariamente expressa pelas palavras *zoé* “o simples fato de viver comum a todos os seres – animais, homens, deuses” e *bíos* “a forma de viver própria de um indivíduo ou de um grupo” (Agamben, 2007, p. 9). *Zoé* não era material para qualquer discussão, visto que *bíos* sim interessava, pois dizia respeito a uma vida em específico, com práticas coletivas e de pensamento – um modo particular de vida politicamente qualificada.

Por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente. (Agamben, 2007, p.11 Apud Foucault, 1976, p.127)

Do espaço público, eminentemente político, vamos para dentro de um corpo. Corpo populacional, corpo humano nos seus diferentes órgãos e funções. A vida animal no humano torna-se o centro de preocupações do governante. Resta-nos pensar que essa centralidade em *zoé* possibilitou a decadência do espaço público³⁵. As técnicas políticas alinharam-se com as tecnologias do eu para que simultaneamente o “Estado assuma os cuidados dos indivíduos e crie identidades e consciências com as quais a população irá se vincular” (Agamben, 2007,

³⁵ Essa tese tem como autora Hannah Arendt e encontramos na obra *A condição Humana*.

p.13). Mas ainda há algo, segundo Agamben, que está para além do que Foucault e Arendt previam.

A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, em si antiquíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originalmente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção.

Vida Nua³⁶ que desponta entre violência e direito. Direitos que são suspensos para alguns cidadãos, pelo fato de não serem integráveis ao sistema político. Este estado de emergência permanente, ou sendo mais exato, este estado de exceção, é uma técnica de governo e paradigma constitutivo da ordem jurídica-política. O território-gueto – lugar estriado pelos controles – vive na lacuna – sombra das leis: há de se fazer digno constantemente para integrar-se à cidade que constantemente muda suas diretrizes –, desenhando sem parar um “novo cidadão integrado”. Integrar-se é ser digno de viver, é ter a vida analisada segundo seu valor, ou desvalor. Mas como o valor da vida pode ser mesurado? No ano de 1920, um livro intitulado *A autorização do aniquilamento da vida indigna de ser vivida*³⁷ (escrito por um especialista em direito penal chamado Karl Binding e por um médico chamado Alfred Hoche) determinará segundo um amplo requisito o valor: incuravelmente perdidos. Importante dizer que pressupostos relacionados à ideia de curável, ou não, normal ou não, ainda persistem na saúde, nos serviços voltados para crianças, jovens, adultos, idosos e em outros espaços que tanto respondem pelo cuidado quanto pela tutela. A ironia da aplicabilidade histórica desse livro, é que nunca se pensou que ele serviria como base para construção do que é valor da vida no contemporâneo, principalmente se atentarmos para seus temas: suicídio e eutanásia. Os autores nunca iriam tão longe quanto seus contemporâneos ocidentais no que trata da adoção dessas idéias de forma mais ampla. Mas como dizíamos antes, para movimentar-se na cidade é preciso ter valor – e quem dá o valor é a medicina e as ciências que vão disputar e compor com o poder do Estado para “decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante” (Agamben, 2007, p.149).

³⁶ A vida nua também se refere à figura do “*Abandono*, ou do *Bandito* que quer dizer tanto “excluído, posto ao lado” quanto “aberto a todos, livre”. É nesse sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. *A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o Abandono*” (Agamben, 2002, p.36). O bandido já era considerado morto, “um limiar entre o direito e a cidade, que habita ambos mundos sem pertencer a nenhum (nem homem, nem fera).” (Agamben, 2002, p.112)

³⁷ Mais detalhes sobre o livro na obra *Homo Sacer* de Giorgio Agamben, ano 2002, p.143.

A lacuna, da qual falávamos anteriormente, diz respeito à relação da lei com a realidade que lhe escapa a todo o momento, e que dentro do sistema jurídico, deve ser contornada para que seja possível aplicar a lei. O direito tem uma fratura essencial que se dá entre o estabelecimento de uma norma e sua aplicação efetiva, e que, em certa medida o estado de exceção vem para criar “uma área na qual a aplicação da lei é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal permanece em vigor” (Agamben, 2004). Cria-se um problema: o sistema produz um tipo de vivente para aniquilar, com o intuito de proteger a democracia. “São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (Agamben, 2007, p.131). Nessa organização necessária para manutenção da democracia que conhecemos, assiste-se, sem muito questionamento, a inflação de modos de controlar: ir e vir não são mais algo que compõe com a lista de direitos dos cidadãos.

O sem valor e perigoso, nesse caso, é o jovem infrator. Sua intensidade é reduzida a palavras escritas na mídia, em laudos técnicos, sentenças judiciais, ou mesmo boletins de atendimento em postos ou conselhos tutelares. É no encontro com o poder que essas vidas juvenis ganham luminosidade.

A intervenção de um poder político sem limites nas relações cotidianas torna-se assim não apenas aceitável e familiar, mas também profundamente desejada, sem deixar de se transformar, por esse mesmo fato, no tema de um medo generalizado. (Foucault, 2006, p.215)

Perde-se um sujeito ganha-se um alvo para ações de controle.

Sempre me propunha a acompanhar Sérgio nas suas saídas para audiências no Fórum ou a outros serviços. Era no fórum que ele parava em frente aos escriturários, suas pilhas de papéis, máquinas de escrever e seus pequenos poderes e anunciava sarcástico: ‘olha aí, se não fosse por nós, vocês estavam desempregados!’ (Vincentin, 2005, p.37)

Viver no fio da navalha, colocando a própria vida em risco, desenha-se como possibilidade mais acessível e de certa forma, esperada. Entre campanhas para o rebaixamento da menoridade penal e notícias que o apontam como problema social a ser corrigido, temos um encontro no qual a sensação de familiaridade diante do perigo torna-se concreta e nomeada. Torna-se protagonista da violência urbana. Atrás desse perigo reconhecível e estranho guardam-se, na superfície, os segredos de como a juventude tem vivido as políticas públicas. Segredos que, devendo permanecer ocultos, entretanto, ganham superfície nos encontros que indagam sobre suas escolhas.

Serviços voltados para jovens, nesse contexto, fazem parte das formas de controle e de vigilância, distanciando-se de uma prática que crie espaço para produção de si. Demandas como “o jovem tem que trabalhar logo”, “não o deixe desocupado”, “o seu tempo deve ser preenchido” apresentam-se como máquinas silenciadoras e impeditivas de qualquer experimentação. Fala-se do trabalho e da escola como lugares de cumprimento de medida socioeducativa, de expiação da culpa, e não de espaço a ser experimentado ou aprendido. O jovem que cumpre medida socioeducativa ou que vive em um território considerado perigoso cumpre a obrigação do trabalho e da educação, os quais passam da condição de direitos para deveres. As políticas públicas vão propiciando menos espaços de convívio e de troca com a demanda juvenil, na tentativa de dar conta de um modo de controle da presença deste jovem na circulação do espaço urbano.

Lançado no cotidiano dos pequenos acontecimentos, o jovem que quer o vídeo game do menino no ônibus compartilhou seu “segredo” ao perceber no outro a reação diante do seu olhar. Nesta sensação de estranhamento, compartilhou suas perguntas sobre o roubar e o olhar do outro sobre si. Como uma câmera fotográfica, o menino percebe algo que não poderia ser visto. No ato de ser visto, o jovem percebe-se a si mesmo. Faz-se perguntas sobre as marcas trazidas no corpo depois de cumprir uma medida socioeducativa e também sobre marcas deixadas antes mesmo desta medida. “Decifra a sentença com suas chagas” (Deleuze e Guattari, 1978, p.66), diagnostica pela ferida inominável aquilo que pede passagem para ganhar sentido. Percebe-se mais que perigo e infração. Sua expressão produz sentidos para além do visível. Move-se, agindo, e só age e pensa pelo afeto que a cidade produz nele. Faz “rápida deriva em direção ao passado, a curva da memória mergulha tão longe quanto necessário para retornar a um presente inteiramente claro” (Foucault, 1999, p.16). Seu pensamento é “remetido para o ponto de partida, que é agora ponto de chegada” (Foucault, 1999, p.16). As marcas moldadas no corpo da juventude denunciam um modo de produção de subjetividade no contemporâneo brasileiro. E no meio desta engrenagem, no entre, a pergunta sobre seu modo de existir, disparada pelo compartilhamento do olhar o fez retornar para o passado tão presente em afeto. Capacidade de afeto expandindo-se: que potência outra este jovem estaria fazendo em outras composições? Que mais pode este corpo além de causar medo? São perguntas que ele formula quando se espanta com aquilo que antes não era um espanto, era ato. E alguns psicólogos(as) se espantam em ouvir, pois falar da infração e do desejo no caso de jovens que se subjetivaram nas malhas do perigo, do risco e do medo pode indicar a vontade do jovem de manipular, dissimular. É preciso muita **astúcia** e **ginga** para se

desenquadrar desse diagnóstico que o/a aponta como manipulador(a) e dissimulado(a). **Ginga** para desviar, e **astúcia** para com lábia e sagacidade, resistir.

2.3. O antissocial

O setor de psiquiatria concentra seus diagnósticos num senso comum constituído sobre preconceitos (...) M.A.O.B., morador do Morro de São Carlos, detido em 78 com 4,53g de maconha, recebe do Serviço de Liberdade Assistida o seguinte relatório psicossocial: projeta suas dificuldades e deficiências no meio ambiente, disso resultando idéias de que é prejudicado e injustiçado. O ideal seria que este menor continuasse o tratamento por longo período, em face das características de personalidade, muito suscetíveis a reincidências (Batista, 2003a)

Como dialogar com um conceito que constrói (...) *esse modo de conceber as pessoas, esse jeito de se perguntar sobre o mundo?*³⁸

O conceito antissocial tem sido empregado para designar o caráter agressivo e desafiador da conduta de indivíduos que, embora não tenham diagnóstico de um transtorno específico, apresentam problemas comportamentais que causam prejuízos no seu funcionamento social (PACHECO, ALVARENGA, REPPOLD, PICCININI, HUTZ, 2004, p.55)

"(...) esses adolescentes já apresentavam anteriormente problemas de comportamento, tais como mentir na escola primária." (ALVARENGA, PACHECO, REPPOLD, PICCININI, HUTZ, 2005, p.59)

"(...) as primeiras manifestações do comportamento anti-social podem ser detectadas precocemente, aproximadamente aos 18 meses (Keenan & Shaw, 1998). Nessa idade, a criança já apresentaria comportamentos como agredir os pais e destruir objetos." (ALVARENGA, PACHECO, REPPOLD, PICCININI, HUTZ, 2005, p.59)

"(...) devido à manutenção das características do ambiente social do indivíduo, esses comportamentos tendem a persistir e a se agravar ao longo do desenvolvimento, podendo consolidar-se na vida adulta." (ALVARENGA, PACHECO, REPPOLD, PICCININI, HUTZ, 2005, p.60)

*(...) a linha de raciocínio causa-efeito produz essa distorção na produção do conhecimento: "ambiente social + indivíduo => comportamento persistente". Faz-se necessário lembrar: esse discurso dominante sobre adolescência, delinquência, "não tem jeito", "é de pequeno que se endireita o pepino", TEM A NOSSA CO-AUTORIA, é produzido por todos nós, e acho que é por ali, pelo estranhamento que causa reconhecer como também próprio algo que parece - e é - tão alheio, que podemos começar a dialogar (...).*³⁹Para

³⁸ Email do diário coletivo transmudar@googlegroups.com, no dia 8 novembro de 2009 à 01h28min da madrugada. Assunto: anti-social.

³⁹ Email do diário coletivo transmudar@googlegroups.com, escrito no dia 10 de novembro de 2009, às 11:17

entender como emerge na psicologia essa produção precisamos voltar um pouco, e talvez essa volta seja apenas um recorte nas condições de emergência desse conhecimento.

Foucault (2005) escreve sobre o aparecimento de uma idéia diferente de penalidade que não está mais centrada na resposta à infração, mas sim na correção do indivíduo no que diz respeito ao seu comportamento, disposição, do perigo que apresenta/representa e suas virtualidades possíveis (risco possível). Toda a idéia de internamento de pessoas e de correção pela reclusão não tem sua emergência nem no Direito, nem mesmo na Criminologia.

Essa idéia de uma penalidade que procura corrigir aprisionando é uma idéia **policial**, nascida paralelamente à justiça, fora da justiça, em uma prática dos controles sociais ou em um sistema de trocas entre demandas do grupo e o exercício do poder. (Foucault, 2005, p.99, grifo meu)

Em psicanálise, ocorre a problematização que Freud faz da adolescência e da puberdade. Para ele (e alguns outros psicanalistas da época), a puberdade é um processo biológico, de maturação sexual. A adolescência seria um processo psíquico, então podemos pensar todos os atravessamentos deste "psíquico" que se faz com o social, no social, do social. Acho que essa divisão cartesiana vem da herança do próprio Freud, prefiro pensar em uma maturação, uma transformação que se dá no corpo, mas este corpo sendo não um corpo biológico, mas sim um corpo de linguagem, e portanto um "corpo social", que agora ocupa outro lugar, um lugar sexual (com todos os atravessamentos do sexual que a cultura dispõe), um lugar de maior proximidade à vida adulta, portanto foco de identificação das pessoas mais velhas que se vêem tendo que produzir de uma determinada forma, ditada pelas práticas sociais, pelo mercado, capitalismo, etc...⁴⁰

A discussão psicanalítica atual aponta que tal imagem juvenil fora comercializada pela cultura, configurando a adolescência como um “prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam” (CALLIGARIS, 2000,p.9). Uma relação que Aberastury e Knobel (op. cit., p.11) julgam danosa, pois projeta nos comportamentos da juventude as falhas e desejos mais profundos da cultura: “É a sociedade que recorre a um mecanismo esquizóide, fazendo com que uma de suas próprias partes em conflito, como o é a juventude, adquira características de todo o mal e permita assim a agressão do mundo adulto, com singulares características sadomasoquistas”. Desse modo, os problemas identificados à adolescência estariam referidos antes às patologias da sociedade, sendo drástico (vitimizante) o casamento entre processo interno do desenvolvimento e as projeções externas. (Cunda, 2011, p.77)

Já um psiquiatra se apressaria a afirmar que "os hormônios não mentem", portanto "existe sim uma puberdade biológica", porém sabemos que mesmo estas certezas são construídas a partir da experiência de sociedade que temos, e que não é possível determinar

⁴⁰ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 10 de novembro de 2009, às 13:28

*até onde vai (ou mesmo se existe) esta parcela "biológica que desconsidera qualquer outro fator", que, digamos, somente "se manifesta e ponto".*⁴¹

*Não é só o olhar que muda sobre um suposto "mesmo objeto", mas o PRÓPRIO OBJETO muda também! Seria mais adequado para estudar seres vivos incluir a lógica disciplinar e de controle como fator interveniente, e dessa forma todos nós ficaríamos realmente envolvidos, não como "a parte da sociedade que não tem comportamento anti-social" versus "a parte que tem esse comportamento"?*⁴²

A *Análise da implicação* nessa produção segundo René Lourau (2004, p.254) aponta alguns cuidados: “do pesquisador-praticante (e, antes de tudo, da equipe de pesquisa/intervenção)”, na “encomenda social”⁴³ e “demandas sociais”⁴⁴; além de atentar para as “implicações sociais, e históricas dos modelos utilizados (implicações epistemológicas)” e, por fim, na “escritura e exposição de tal pesquisa”. Essas são algumas estacas que René Lourau nos deixou para pensar a nossa implicação nessa produção de conhecimento que nos assusta. Por que nos assusta afinal? Seriam os “signos que permitem perceber aquilo que é da ordem da preocupação ou do mal-estar”. (Lourau, 2004, p.247). Devemos seguir neles.

*Dialogar partindo da idéia que na produção de conhecimento não existe "o outro bando". Nós estamos implicados na forma de produção de conhecimento "deles", como estamos implicados nas produções de comportamentos, de etapas como infância e adolescência, de micropolíticas...*⁴⁵ *Mas dói, porque afeta, ler um artigo sobre os anti-sociais de 18 meses, e toda a discussão nosológica sem o para quê.*⁴⁶

"Algo que sempre foi negligenciado foi o entendimento da violência como aspecto de saúde pública", diz Jaderson da Costa, neurocientista da PUC-RS que coordenará os trabalhos de mapeamento cerebral. A idéia é entender quais pontos são mais relevantes dentro da realidade brasileira na hora de determinar como se produz uma mente criminosa. Para isso serão avaliados também aspectos genéticos, neurológicos, psicológicos e sociais de cada pesquisado. Serão examinados dois grupos: um de internos da Fase e outro de meninos sem passado de crime, para efeito de comparação. O projeto vai olhar para questões sociais, mas o foco é mesmo

⁴¹ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 10 de novembro de 2009, às 13:28.

⁴² Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 10 de novembro de 2009, às 13:28

⁴³ “Modo como é feito o pedido de ação, mais ou menos oficialmente, alguém, e que é, por sua vez, inseparável da oferta, encargo, ou mandato sociais, ou seja, da produção histórica de legitimação para exercer determinada função na divisão sócio-técnica do trabalho.” (Rodrigues, H., 1999, p.176)

⁴⁴ “virtuais devires ou linhas-de-fuga quanto ao domínio da encomenda ou encargo, só redutíveis aos mesmos por violências reais e/ou simbólicas de pacientes em psicoterapia; de análises das implicações de trabalhadores com a encomenda, o dinheiro, o tempo, a sexualidade, etc...)” (Rodrigues, 1999, p.176)

⁴⁵ Email do diário coletivo Transmundar@googlegroups.com, no dia 8 de novembro de 2009, às 02:24. Assunto: anti-social.

⁴⁶ Email do diário coletivo Transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 8 de novembro de 2009 às 13:06. Assunto: anti-social.

o fundo biológico da questão. “Estamos nos baseando em trabalhos que já existem mostrando que há um período crítico no início da vida e que se uma criança é maltratada entre o 8º e o 18º mês ela **adquire comportamento alterado na idade adulta**”, diz um dos mentores do projeto, o secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, aluno de mestrado: "Decidi no ano passado retomar a neurociência como uma opção de vida; minha opção não é fazer política até morrer", diz (grifo meu).⁴⁷

Em 1942, o Diretor Fischer do Instituto de Antropologia *Kaiser Wilhelm* de Berlim entusiasta da pesquisa genética afirma que

‘a raça não é determinada pela combinação desta ou daquela característica que seja possível mensurar com a ajuda de uma escala de cores... A raça é herança genética e nada mais que herança.’ (Agamben, 2007, p.153)

Fernanda Bocco (2009, p.58) nos sugere que é preciso rastrear o que produzimos e queremos produzir com nossas ações. Dentre elas podemos pensar o que escrevemos, o que publicamos. Para quê precisamos de um estudo que indica um diagnóstico que nos dá muito pouco, ou quase nada para pensar, ou fazer com relação a um grande número de crianças e de jovens? Um diagnóstico que joga para a/o jovem um problema que é de todos? E no limite o que escrevo afinal nessas páginas dessa pesquisa que se coloca publicamente? O que dela não se configura como política?

... Em alguns casos, como o do conceito de antissocial, *não adianta torcer, resignificar, revisitar, precisa inventar outro termo, porque a nomenclatura "anti-social" tá sim atrelada a diagnóstico, entendimento nosológico das manifestações, além de amarrar o fenômeno a uma criança, a um jovem, a um adulto.*⁴⁸

Dizer anti-social é dizer que o social não tem nada a ver com isso.

*Quais são as implicações de se entender que o problema se localiza no indivíduo e de se entender que o fenômeno da violência/morte/desrespeito extrapola a noção de indivíduo? As práticas decorrentes de um entendimento ou outro se diferem. E tampouco estamos diante de um dilema dicotômico em que devemos optar por uma perspectiva ou outra, mas o que acontece é que o termo anti-social faz essa opção.*⁴⁹ *Expõe a Psiquiatrização que diagnostica*

⁴⁷ Nota sobre o mapeamento cerebral:

http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6271

⁴⁸ Email do diário coletivo Transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 8 de novembro de 2009 às 13:06. Assunto: anti-social.

⁴⁹ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 08 de novembro de 2009, às 17:50. Assunto: anti-social.

e medica cada vez mais os transtornos e contribui para alargar cada vez mais os diagnósticos, justamente patologizando cada vez mais comportamentos e existências (...).

Enquanto produzimos e estamos implicados nessa produção a “ponta”, como em geral chamamos os profissionais que estão envolvidos diretamente com o cuidado/controle da população, demonstra o efeito desses saberes sobre suas atividades. Observamos com o auxílio de Cunda (2011) que hoje temos um itinerário muito bem demarcado para aqueles que ocupam as margens. Seu trilho respeita caminhos que podem se bifurcar por instituições jurídicas-assistenciais-pedagógicas-de saúde – um circuito das “individualidades fracassadas”.

O sujeito se encontra em uma itinerância pelos serviços, marcado como diferença em cada ponto: abandonado assistencialmente, desadaptado pedagogicamente, infrator judicialmente, e, juntamente, nomeado pelo cientificismo. Uma vez marcado no jogo, difícil de mudar. Aprisionados pela correria. (Cunda, 2011, p.85)

O pesquisador⁵⁰ que se interessa pelos que são considerados empedrados pelo sistema também traz “boas” novas sobre o que nosso conhecimento produz:

(...) a criação da Unidade Experimental de Saúde (UES), instituição destinada a acolher os autores de ato infracional com diagnósticos de transtorno de conduta e/ou periculosidade. O caráter da UES é peculiar: uma adaptação dos nosocômios psiquiátricos e judiciários destinado a jovens perigosos. Uma das justificativas apresentadas para o seu surgimento em 2007 se abastecer das próprias diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira: alega-se a necessidade do serviço pelo fato que os hospitais psiquiátricos “obedecem às diretrizes da política de saúde mental do SUS, caracterizada por serviços que não dispõem de espaços físicos de contenção” (FRASSETO apud VICENTIN e col., 2010, p. 63). Contenção e não tratamento. Não doença, mas condutas anti-sociais. (Cunda, 2011, p.88)

A questão emergente não é que *tenham várias verdades circulando em pé de igualdade*, e sim *que essa é a versão da GRANDE MAIORIA, hegemônica, e mais FINANCIADA PELA “financiadora de qualquer lugar”, deixando claro que essa versão também é a mais interessante para a indústria farmacêutica, e para setores da própria academia que têm mais artigos publicados e, logo, mais \$ para eles, para bolsas, etc... reforçando, nessa rede, uma verdade como se fosse a única.*⁵¹

Temos mesmo que considerar os perigos do que dizemos e do que reproduzimos como conhecimento! Precisamos cuidar, e atentar para os signos defuntos e moribundos que permitimos e incentivamos persistir como mortos vivos. Somos responsáveis por essas reformulações de crenças e conhecimentos que “se não matam, achatam” parte da nossa

⁵⁰ Mateus F. Cunda defendeu mestrado intitulado *As tramas empedradas de uma psicologia juvenil*. Nessa dissertação constrói um caminho feito por um jovem que é usuário de Crack.

⁵¹ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 08 de novembro de 2009, às 17:50. Assunto: anti-social.

população brasileira e especialmente nossa população jovem. “A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para confronto dos valores sociais vivos” (Batista, 2003, p.66).

Por isso, *quando caímos num determinismo (se comportamento X na primeira infância logo comportamento X na idade adulta) é preciso ARREGALAR os olhos e questionar até quem é nosso ídolo na academia - ainda mais quando se trata desse tema, criminalizando e fortalecendo o conceito de periculosidade cada vez mais vinculado às crianças e jovens, sempre também vinculando isso com FALHA, FALTA, DEFEITO, que tudo tem a ver com patologia, deformidade, deficiência!*⁵²

(...) o indivíduo já se parecia com seu crime antes de cometê-lo (Foucault, 2001a, p.23).

Noticiário no Rio de Janeiro: Dois sujeitos mataram um líder do Affroreggae no centro e roubaram seus tênis e jaqueta. Imin. depois, passa um carro da polícia, não socorre a pessoa baleada que agoniza no chão e, de quebra, aborda os dois sujeitos, fica com os tênis e a jaqueta e vai embora sem prendê-los.

No dia seguinte, abaixo da manchete, um box anuncia o "diagnóstico" dado por uma psicóloga, que caracteriza tal comportamento como "Anti-social" ou "sociopatia",

OU SEJA, AO INVÉS DE OLHAR PARA O CASO COMO UM DENTRE TANTOS QUE ENVOLVEM POLÍCIA E CORRUPÇÃO, DE OLHAR COMO O PRÓPRIO TRABALHO DOS POLICIAIS É PRECARIZADO POR SALÁRIOS BAIXOS, DE COMO ESTÁ ATRAVESSADO TAMBÉM POR UMA LÓGICA INDIVIDUALISTA, DE VANTAGEM PESSOAL, INDIVIDUALISTA, DE OBSERVAR COMO SE DÁ A ADMISSÃO, O TREINAMENTO E O COTIDIANO DE UM POLICIAL NO RJ E OS COMPLICADOS INTRINCAMENTOS DA CRIMINALIDADE CARIOCA, OLHA-SE PARA O FATO COMO SE ELE FOSSE ISOLADO,

⁵² Email do diário coletivo transmudar@googlegroups.com, escrito no dia 08 de novembro de 2009, às 17:50. Assunto: anti-social.

*e os policiais passam a ser "laranjas podres" que devem ser expulsos da corporação, como se isso resolvesse o problema! O sofrimento deve ser evitado, e para tanto jovens e/ou policiais devem ser corrigidos: devemos achar algum erro humano que deve ser enclausurado, ou mesmo eliminado. Suspender uma "certeza" que esgota as razões de um crime num indivíduo "malvado" ou "condicionado na primeira infância", e questionar os "para quê"s de alguns atos, ter curiosidade de quais atravessamentos de história (e isso inclui, mas também extrapola a história singular de cada um) e de presente se efetuam.*⁵³

A política (nos referimos aos representantes de governo nesse momento) assim como a polícia, acusada por algumas camadas da sociedade de insensível diante da grande insegurança, se confrontam com o pedido de que mantenham os criminosos presos, sem mais questões sobre as condições de 'reformatar' ou não de tais estabelecimentos como as prisões.

Mas a origem da polícia pode ser mais uma pista para que entendamos como essa demanda chega e quem nos ajuda nessa busca é Foucault (2005, p.91). É de uma necessidade particular e privatista que uma espécie de vigilância passa a existir (na Inglaterra). Primeiro, surgiram os modos advindos de comunidades religiosas que assistiam-controlando a população mais pobre, concomitantemente assistimos a fundação de uma sociedade chamada *Sociedade para Reforma das Maneiras*. Dentre suas preocupações estava reprimir jogos, bebedeiras, prostituição, tudo o que pudesse manifestar desprezo para com Deus. Depois, desses dois momentos tivemos uma institucionalização das práticas policialescas. Nessa cronologia, emerge a *Infantaria Militar de Londres* que tem como objetivo a auto-defesa (proteção contra as agitações sociais). Por último, e mais próximo de que vivemos a assunção das polícias que cuidavam dos bem privados e de empresas. Guardar, vigiar e garantir a segurança dos bens adquiridos contra as revoltas camponesas.

No Brasil, como vimos anteriormente o grande medo tinha etnia e situação social bem demarcadas. No século XIX, as operações polícias já tinham o alvo. Para Chalhoub, é nessa época no Brasil que nasce a idéia das classes perigosas: "perigosas porque pobres, por desafiam as políticas de controle social no meio urbano e também por serem propagadoras de doenças".⁵⁴

Nesse jogo de responsabilizar alguém pela insegurança, encontramos o jovem, no século XX e XXI, que tem, como agravante, a sua não empregabilidade, entre outros

⁵³ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito em 09 de novembro de 2009, às 16:50. Assunto: anti-social.

⁵⁴ Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

atravessamentos como ser assistido por serviços de assistência, ter passagem pelo conselho tutelar, ter histórico de institucionalização na família ou próprio, estar fora da escola. Estas passagens por alguns serviços servem como marcas para que se inicie a grande correria nos labirintos da justiça-pedagogia-assistência-saúde, nos quais os jovens são lançados, e se lançam de um para o outro sem conseguir sair.

Desenhamos, então, as linhas da normalidade no qual jovens são desviantes; e a linha da legitimação de práticas autoritárias que ganham espaço e são desejadas, pois a insegurança se enraíza diante de cenas televisivas como as assistidas no ano de 2010 quando da invasão do Morro do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. No estado neo-liberal, o risco não escolhido deve ser coibido,(...) “o risco que vai definir a margem exterior do aceitável, considerando o desejo dos indivíduos de continuar a viver” (Pombo, Sá-Carvalho e Vaz, 2005, p10). O “cidadão de bem” agora é a vítima.

O risco de vitimização cria uma nova forma de alteridade que opõe o ‘nós’ ao ‘eles’ que nos põem em risco e que, portanto, não respeitam valores básicos da sociedade contemporânea, como a vida, o direito de escolha e a liberdade. Na utopia da vítima virtual, ninguém deveria precisar alterar seu estilo de vida porque outros o colocam em risco. (Pombo, Sá-Carvalho e Vaz, 2005, p10)

Para uma vítima virtual, um par que a acompanha: o criminoso virtual. Este é conhecido por sua mente criminosa⁵⁵, que se antecipa a qualquer movimento policial. *TUDO é individual, interior, a-político, anti-social. No máximo chega a ser familiar, mas família vista como um "ser" individual também, nunca em relação com um sistema econômico, de trabalho, de saúde, etc. Quando tudo é remetido para dentro, a revolução é ser coletivo, escritas coletivas, vivências coletivas, resistências coletivas, acho que esse é um caminho.*⁵⁶

Talvez esse diálogo seja mais genuíno e produtor de efeitos se nos propusermos a olhar a dimensão de nós mesmos que carregamos algo da preocupação, da tutela, da segurança das respostas, do desconforto frente ao inesperado, em maior ou menor grau, com mais ou menos defesas, todos nós somos afetados por essas intensidades que só querem ‘dar sentido ao sofrimento’, mas que nessa tentativa arrastam consigo vidas e ‘provocam mais sofrimento’(Pombo, Sá-Carvalho e Vaz, 2005, p10). Fazer um resgate disso pra então

⁵⁵ Cabe lembrar que a crença em uma mente criminosa está em ascensão novamente quando assistimos a pesquisa recente encabeçada por cientistas da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e da UFRGS (Universidade Federal do RS) querem saber se o que determina o comportamento de um menor infrator é sua história de vida e se há algo físico no cérebro levando-o à agressividade.

⁵⁶ Email do diário coletivo transmudar@googlegroups.com, escrito em 10 de novembro de 2009, às 09:17. Assunto: anti-social

*conseguir efetivamente conversar*⁵⁷ - comunicar – o comum. *"Um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade"* (Foucault, 2000, p.351).⁵⁸ Para seguir a “impaciência da liberdade” retornaremos ao afeto que vira prática, virando método: mergulhos com o cuidado para poder caminhar na cidade.

⁵⁷ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, no dia 9 de novembro de 2009, às 19:24. Assunto: anti-social.

⁵⁸ Email do diário coletivo transmundar@googlegroups.com, escrito no dia 09 de novembro, às 23:43. Assunto: anti-social.

3. Mergulhos com o cuidado e a superfície

Câmera ação. Os jovens estão fazendo um documentário. Coletam depoimentos envolvidos no Projeto. Lá estamos, entre jovens, estagiárias, mestrandas, professora. As perguntas pularam para cá e para lá. Chegou a hora da equipe falar. Na resposta, a pista: “o contato com os jovens era um mergulho em algo que realmente desconhecia”. Fecha a câmera – um jovem fala: “só **cuidado** para não te afogar”.

Mas em que constituiria um afogamento nesse mar? Se o mergulho é tarefa arriscada, mais perigoso fica se não cuidarmos dos procedimentos necessários para tal prática. Não voltar à superfície, não prestar atenção aos procedimentos para poder respirar mesmo submerso, pode ser perigoso. Prudente é cuidar para que o movimento não seja solitário, mas de um grupo, de uma rede de apoio que aparece quando o acompanhante está mergulhado há muito tempo junto com seu acompanhado.

Nessa imersão, precisamos atentar para as perguntas que chegam com o encontro: como nos ouvimos? Como nos encontramos? Que afeto nos atingiu? Que histórias são contadas por esse/essa jovem? À medida que os encontros com os jovens passam a se prolongar e a confiança passa a circular como afeto possível entre os “dois mundos”, os jovens sentem-se a vontade para falar. Contar sobre seus atos, sobre o que se passou, assaltos e peripécias perigosas para ele/ela e para os outros. Ao mesmo tempo em que as histórias ganham mais elementos, percebemos que nossa confiança mútua também aumenta. Parece paradoxal, mas ao ouvir as histórias, sem deixar de considerá-las como modos de sentir, ver e perceber o mundo em torno, não podemos “desconsiderá-las reflexos de um modo de vivermos em uma sociedade que espetaculariza o medo” (Diógenes, 2008, p16).

Mas se o movimento de afetar não for experimentado na extensão da relação que o produz, o que nos resta? Perdermo-nos do acontecimento que já sinalizava nossa potência de agir e de compor outros modos de pesquisar-cuidar. Desponta a centralidade nos saberes, nas técnicas e nas verdades. E, na tentativa de reconhecer sem cessar, trancafiemos as próprias sensações que insistem no movimento de perceber, afetar e afetar-se. Alimentados pela força reativa que encarcera afetos em um saber e em uma moral, caímos no engodo: se afetar, diferença; se diferença, ameaça à vida. Ainda assim, nos ronda a pergunta: E para onde vai esse emaranhado de relações nas quais um encontro com um/uma jovem aciona modos de afetar? Em qualquer momento podemos ser acionados para acompanhar um percurso abandonado de nosso praticar/pesquisar que segue em duração, um devir (Deleuze, Guattari,

2004). Essa potência de agir alimentada pela força ativa só quer permitir que a vida se expanda e se aproprie de sua potência. A saúde, nesse sentido, é a procura de uma forma de viver com a novidade, com a diferença – “é um acompanhamento de processos de gênese da realidade de si e do mundo, na direção de uma abertura” (Eirado, Passos, 2009, p.110) que possibilite a comunicação. A escrita e a experimentação no cotidiano como ferramentas metodológicas querem deixar pistas de um percurso intensivo, no qual as práticas de cuidado enfrentam as vicissitudes de um encontro com Gigantes; e que os Gigantes enfrentam as vicissitudes das práticas de cuidado.

Quando atentos às palavras ditas, podemos olhar e perceber nossas relações com o outro: seriam relações recheadas de espanto, de resistências, de temores, de curiosidades, de identidades? A palavra por si só não diz muito, pois ela implica numa relação que se faz de afetar e afetar-se na análise, como o enunciado vai sendo produzido num novo regime, compondo outro lugar para o saber. Com o saber, o afeto expresso na relação pode indicar um tipo de cuidado peculiar que, no encontro com o jovem, se reveste em advertência e possibilidades. As tramas que envolvem esses jovens nesse contexto de violência dizem e tensionam para mergulhar no “complexo terreno de nossa própria subjetividade” (Diógenes, 2008, p.19). Linhas de uma vida juvenil – e de uma vida nossa já se presentificam diante da possibilidade de afogamento – que tinha como aviso a necessidade do cuidado.

Como já foi referido neste percurso de dissertar, no mar, a embarcação pode ancorar e produzir paradas que nos deixam habitar a beira, catar as conchas e as pedras disformes vindas do mar. Mergulhar e sentir a água que passou pela pedra, que formou a concha, que deixou seus restos de encontros. É preciso aprender a nadar e a respirar para que da ancoragem possamos nos deslocar para um território que nos permita fazer do afeto pensamento sobre nossos mergulhos e viagens em alto mar, indicando como retornar às terras. Pois, “tenhamos claro que não é pela livre decisão da mente que falamos, calamos, ou fazemos outra coisa” (Spinoza, 2008, p.171). Dependemos do corpo que carrega a memória que dura para sermos livres. Se tivermos dúvidas com relação a essa dependência que temos “sonhamos de olhos abertos.” (Spinoza, 2008, pg. 171).

Assim, chegamos à questão que move essa pesquisa: como construir um plano da clínica que acolha os trajetos de sentido vividos por jovens com percursos de infrações. Após um primeiro encontro com a câmera, que se repete há quase sete anos e que através

dessa pesquisa vai ganhando o tom da invenção, que foi e é acompanhar os percursos juvenis, buscamos por uma superfície para ocupar/viver.

3.1. Afeto que vira prática virando método: um modo de clinicar com a cidade. Retornar ao afeto: saindo do mar para caminhar na cidade com os jovens levando o cuidado como guia. Esse caminhar quebra com o esperado, e decompõe os lugares tão marcados de jovem e psicóloga. Dissolve as linhas tão fortes de análise que se orientam por uma lógica individual. No capítulo um, sinalizamos que existe uma encomenda social que solicita uma resposta em relação às situações que envolvem infração. Para habitar um território com o jovem, temos que desdobrar outras linhas desta encomenda fixada num modo de subjetivar, ao considerar a análise desta encomenda percorrer outras linhas dialogando com a relação que acontece. Qual o afeto que compõe o *entre* de nosso mergulho e emersão para tomar a cidade? Ocupar esse *entre*, deixar que o afeto desenhe a relação. O mergulho como enunciado sinaliza uma advertência de quem já entrou no jogo de forças, e que está compondo com o que lhe convoca ao mergulho.

3.2. Para o afeto virar prática. Como já apontamos antes nessa pesquisa, o afeto insiste sinalizando a força de expansão da vida e da atividade que podemos viver. Ele, o afeto, torna-se perturbador para as práticas psis enunciando algo por fazer diante da experiência desconhecida para esse saber. A partir do afeto, mergulhamos em uma filosofia Spinosista que perturba e indaga criando uma superfície para uma psicologia que pesquisa e intervém. A imersão na filosofia nos interessa neste agir para que possamos emergir na produção de uma psicologia que se indague sobre seu fazer.

No percurso do fazer a tensão se instala. O que se passa?⁵⁹ A expectativa de conhecer a priori esse viver nos afasta da intensidade que produz o movimento do afetar. Permitir-se viver esse movimento é precisamente o que faz da experiência um percurso do afetar no qual a pesquisa acontece. Afetar-se por uma vida juvenil, nesse sentido, denuncia que algo está acontecendo e que nosso saber é mínimo nesse acontecer. “É a possibilidade de tratar o mundo, a vida, ou simplesmente uma vida, um episódio, como um só e mesmo acontecimento que funda a implicação dos presentes” (Deleuze, p.133, 1985). A expectativa de sermos surpreendidos pelo tempo, que é o tempo do acontecimento.

⁵⁹ O ponto 3.2 possui muitos parágrafos que dizem respeito a uma parte do verbete *afetar* que será publicado no livro intitulado *Rumores discretos de um abcdário de pesquisa*. Tem como autoras Gislei Lazzarotto e Júlia Dutra de Carvalho.

3.2.1. Quantos tempos foram necessários para formar esse nosso olhar? Quantos tempos foram necessários para que esse corpo se agigantasse? Tempo composto por muitos arquivos que carregamos como marcas - uma biopolítica que se faz de uma história em nós. É esta solidão que espera um tempo para se atualizar. Entender porque adotamos os medos advindos de um tempo de escravidão para um hoje. Serão os mesmos medos em desdobramentos ao acaso no qual a figura de hoje será o jovem? O quanto da escravidão ainda existe entre nós, nas nossas relações? As perguntas aumentam, mas as práticas deixam pistas para nos apropriarmos um pouco do que nos tornamos e como, apesar dessa história de dominação, criamos possíveis. O afeto vira prática num tempo guiado pelas relações cuja história corporifica uma cidade e modos de viver. Os arquivos de diários são uma parte da experiência de um projeto de extensão, mas também compõem um arquivo de nossa história atualizando signos de nosso Brasil que pousam no encontro jovem-psicologia. Um arquivo intensivo/cartográfico que produz movimentos que subjetivam.

...quanto vale uma vida?...2,80 que é o que vale um cartucho de uma 38...e é justo? não é justo, mas é assim...o tiro não é justo...

Depois um corpo indeciso...puxando as mesas em seu redor para ver se consegue parar...diz que não sabe o que fazer...

...sei pouco do que acontece, mas talvez conversando possa ajudar...

...quer morrer velho...mas está espiado...não pode andar tranquilo no seu bairro...quer contar coisas que às vezes não quero escutar...mas escuto...

...diz que sabe o que quer...depois coloca as mãos na cabeça e não sabe mais...chora entre mesas.⁶⁰

⁶⁰ Email do diário coletivo libertar2008@googlegroups.com datado em 09/06/2008. Assunto: *quanto vale uma vida?*

Deixar chorar. Em meio ao entulho de marcas e de signos, o jovem que se diz perigoso no lugar onde mora, encontra um tempo para chorar. Mas estar na margem como esses/essas jovens estão, não é algo individual, algo que foi criado por eles. Temos a produção de uma imagem composta por signos. Signos são traços de expressão que não param de recriar, portar ou carregar essa mesma imagem pela matéria em movimento – parcialidades. Os jovens dos quais falamos se “instalam nessa linha, e fazem dela sua propriedade” (Deleuze e Parnet, 1998, p.113). Temos o afeto⁶¹ como efeito de um corpo sobre o outro. Um conhecimento parcial, um “esbarrão”.

*Por que todos que vêm aqui (FASE) nos olham com cara de medo?*⁶²

É muito fácil deslizar para um buraco negro. “A imagem pede: dê-me um corpo. Aqui, a potência virtual da imagem atualiza-se para tornar-se outra e integrar as redes de memória” (Fonseca, Kirst, 2008, p.3). Uma memória que se repete, e que não consegue sair do afeto do medo colado ao signo do jovem. Afetos parciais.

Estes animais bandidos se animalizam (...) Eles são animais. Não podem ser compreendidos de outra maneira. Por isso os confrontos não podem ser civilizados(...) ⁶³ (Batista, 2003, p.113)

Achado o locus do mal, amparado pelo argumento científico que identifica a “maldade” como doença, e balizado pelo sistema judiciário, nomeiam-se os culpados. É como memória que o medo se cola a esses/essas jovens que acompanhamos nos anos de 2008 a 2010 na cidade de Porto Alegre. Medo alimentado pela ciência e pela justiça no intuito de defender o “ser coletivo”. Doença que ameaça o “ser coletivo”, que arrasta a sociedade para o buraco. Argumentos conhecidos e atualizados para institucionalizar o genocídio. *Mas de onde vem essa violência? Dá pra dizer que é coisa deles/delas? Coisa do grupo? "Coisa de favela"? Coisa da sociedade contemporânea? O que aconteceu que essa violência tá tão forte? É a cidade? Os tempos?*

Não sei.

Mas a violência cansa. Como diz um amigo meu; "com tanta coisa legal na clínica temos que ficar fazendo a clínica do limite, hoje em dia..." comentando das mães e pais que não conseguem dizer não. Será que é isso mesmo? Quando é e quando não é? O que para

⁶¹ O afeto é a passagem de um estado a outro. É a variação contínua da potência de agir.

⁶² Depoimento de um jovem no dia de uma visita institucional feita à FASE no ano de 2011.

⁶³ Entrevista do então governador do Rio de Janeiro Marcello Alencar, em rede nacional de TV, programa da Manchete em 11 de maio de 1995)

*além disso ocorre? Quando nos chocamos com a banalização das coisas absurdas? Como lidar com os limites? Como lidar com os NOSSOS limites?*⁶⁴

Como trabalhar com jovens que têm sua vida reduzida a poucos anos de existência? As vidas juvenis, escritas nos arquivos e na memória, afirmam uma relação que ficou inscrita em diários coletivos de estudantes e profissionais da área de psicologia.

Mas que linhas juvenis são essas que se apresentam enredadas? Retornando ao nosso movimento de câmera precisamos dizer que aquela diferença que produziu a advertência, se coloca a partir de algo cartografado nas políticas voltadas para juventude, pois mesmo sendo estagiários, ainda assim os estudantes da universidade eram jovens. Mas jovens em condições de poder e saber muito diferentes. Nas faculdades públicas, os jovens são nomeados pelas políticas públicas que os acolhem como universitários, ou estudantes. Em contrapartida, os jovens que são atendidos por políticas públicas de assistência⁶⁵, são nomeados de jovens, não importando se eles façam parte dos bancos escolares, ou mesmo se conseguiram chegar à educação superior. Essa diferença vai desenhando os muitos lugares ocupados pelas juventudes.

Candido, Carvalho e Rocha (2011)⁶⁶ problematizam que ao tomar o conceito de juventude para referir-nos a ele como propulsor de políticas precisamos entendê-lo não como um conceito definidor e definido por si, mas delimitado por signos que designam. Faixa etária, noções biológicas e sociológicas e mesmo geográficas participam do que entendemos comumente por Juventude, os quais se produziram ao longo de práticas, de saberes que construíram os “sujeitos” dessa ou daquela juventude e, a partir daí, propõe caminhos possíveis ou aceitáveis para estes jovens.

Candido, Carvalho e Rocha (2011) indicam que da incessante produção de estereótipos como “Juventude Transviada” e “Juventude Alienada”, por movimentos estudantis e “Caras-Pintadas”, entre “Jovens do Asfalto” e “Jovens da Periferia”, muito se disse e se produziu de saberes e verdades sobre e com a juventude, num constante movimento, entre transgressões e capturas. Os próprios limites etários que compõem a noção de Juventude são variáveis e

⁶⁴ Email intitulado *Grupo terror* enviado a lista libertar2008@googlegroups.com, no dia 28 de março de 2009, às 02:26.

⁶⁵ Pensamos que a configuração das políticas públicas que respondem pelas medidas socioeducativas se encontram preponderantemente nas políticas de assistência social, vinculadas a FASC (Fundação de Assistência e Cidadania). Essa verificação não exclui outras políticas públicas, quais sejam: saúde, segurança. Geralmente no trato com os jovens essas políticas ficam presas aos ditames do que chamam “inserção, ou integração social”.

⁶⁶ Os parágrafos que iniciam com remissiva aos autores Candido, Carvalho e Rocha (2011) fazem parte da produção de um artigo já mencionado anteriormente e intitulado *Como trabalhar na difícil trama juventude-educação-segurança?* Publicado no sítio:

http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3293.

entendidos de maneiras diferentes⁶⁷.

Marcos Goulart (2011, p.22) aborda, em suas análises sobre políticas voltadas para a juventude e o poder desta enquanto propulsora e objeto destas políticas, alguns documentos pelos quais conceitos de juventude são pensados, assinalados e, junto com eles, práticas cotidianas para entender as forças que modulam as políticas públicas aqui referidas:

(...) alguns textos da ONU, nos quais os jovens eram vistos como vulneráveis e marginalizados; e em uma pesquisa publicada na Revista Veja em 1984, em que a publicidade (utilizando-se do saber sociológico e estatístico) via esse grupo como um nicho de mercado. O que podemos perceber é que a rebeldia, que outrora tinha um papel político de desmascarar o sistema opressor, passa a ser um estilo a ser adornado pelo mercado, uma caricatura, uma imaturidade, uma ausência de projeto de vida ou um possível vínculo com a delinquência. Ou seja, nesse jogo, temos um discurso interdito e outro que é produzido – o poder da juventude precisa ser canalizado positivamente e os jovens precisariam ser cada vez mais produtivos.

Ainda, utilizando para análise um artigo publicado na Revista Veja, o autor salienta outro perfil: O “jovem integrado”. “que diz respeito ao jovem trabalhador, que é pobre e que só quer melhorar a sua condição social e econômica (p. 23). O “jovem integrado” é completamente adaptado ao sistema, porém, ele “[...] é competitivo e individualista, sua grande aspiração é subir na vida” (VEJA, 1984a, p. 52). O “jovem integrado”, representa a total afinidade com as condições morais, sociais e econômicas do país, sendo uma parcela significativa da amostra da população jovem pesquisada (2010, p. 24).

O que pode nos interessar aqui é uma torção no entendimento da potência transgressora que acompanha a Juventude para uma moralização desses movimentos e, conseqüentemente, para seu perigo em potencial. Aí, encontra-se no “jovem integrado” um perfil salvador para um jovem potencialmente transgressor, geralmente marcado pelas designações manipulador e dissimulado. Curioso modo de tomar os sujeitos, de entender a juventude como uma ou outra, não pensando em modos de ser que possam escapar de um perfil definido.

A palavra jovem, ainda traz outros sentidos, desmancha ou pulveriza designações que colam, como criança, adolescente, adulto, disseminando a questão da juventude por um espaço de tempo e também por uma forma de estar no mundo diferenciada. Nesse sentido, Bocco (2009, p. 53) propõe pensar a juventude não na direção da individualização – nem da massificação, mas como um “(...) plano vital sem início, término ou duração pré-determinados

⁶⁷ O Projeto de Lei nº4529/2004, referente ao Estatuto da Juventude, até o momento aprovado pela Câmara de Deputados Federais, entende a juventude como o período que compreende a faixa etária dos 15 aos 29 anos. A maioria das Políticas Públicas voltadas para a Juventude, entretanto, segue os critérios determinados pela ONU (1985) e compreendem a faixa entre 15 e 24 anos.

que consiste em uma inquietação com o mundo, um inconformismo com o *status quo* e uma força propulsora de mudanças”. Tal plano não estaria atrelado a uma etapa de vida, tratando-se de uma linha que pode atravessar a todos e qualquer um durante sua existência.

Candido, Carvalho e Rocha (2011) sinalizam que os modos de entender e olhar a Juventude, suas produções e suas práticas diferem não só entre lugares, tempos ou culturas. Sequer podemos falar em uma só juventude. Seria então mais pertinente falar em juventudes, em suas pluralidades, entendendo estas não como ‘identidade única e homogênea’, mas como diversidade que se produz no cotidiano das relações consigo e com o mundo. Afirmamos, portanto, a abertura de espaços para a diferença que se constrói nos processos, nos encontros, que possibilita ao outro se reinventar. Juventudes são tomadas aqui enquanto múltiplas possibilidades nos modos de existir.

Sabemos que a medida socioeducativa que no ECA se refere a uma intervenção socioeducativa na vida desse/dessa jovem faz falar um corpo. Os efeitos do poder se multiplicam na rede jurídica pela quantidade de conhecimentos produzidos a partir da entrada dos jovens no campo de saber socioeducativo, saberes psicológicos, jurídicos, pedagógicos são movimentados. Como não se conectar com esses conhecimentos engendrados? Disciplinas (psis-juris-edus) vão se formando nestas práticas de contenção que “conhecem” e “beneficiam” corpos “perdidos de si”. Orientam-se em um trabalho que parece conhecer a individualidade para adequar, compor penas que “restaurem esses corpos”, dando a eles consciência. Esse é o material que a psicologia tem possibilitado para “contribuir” com estas cidadanias “desejantes de morte” para “desejantes de vida” (mas que vida é essa?).

O jovem é modelado pelas práticas socioeducativas que buscam o consumidor desejante com direito à igualdade, à segurança: a questão é aumentar as estatísticas de recuperação. Do detento, ao aprendiz social desejante de segurança e consumo. E, nesse contexto de regulações e dominações, temos a aparição de dois esteriótipos oriundos das políticas públicas: o jovem integrado que falamos antes e o jovem “fracassado” que revolta em corpo por uma vida sua. A morte prematura desses/dessas jovens que resistem à “cidadania plena”, ainda é uma luta a favor da vida do outro que não foi contaminado por esta rede ou morte nela.

Admitir essas diferenças no acompanhamento de jovens que passam pelas malhas da justiça desenha um modo de fazer – o agir deste encontro que se dá no *entre*. Partindo das políticas públicas voltadas para a juventude que cumpre medida socioeducativa e do embate

que o jovem coloca quando as vive, saímos na tentativa de uma cartografia que analisa os modos de cuidar e deixa pistas metodológicas de um fazer em processo, nas vicissitudes do cotidiano.

Se pensarmos naquilo que aproxima e distancia os muitos modos de ser jovem, podemos lançar um olhar sobre a questão da potência e dos afetos que circulam nas relações. Entendemos a partir de Deleuze (2002), na sua leitura de Spinoza, que potência é aquilo que diz de cada um, o que cada corpo pode dentro de sua quantidade de potência diante dos acontecimentos da vida. Todo o modo de existir possui uma potência, que só pode ser efetuada a partir dessa quantidade e não de outra. Das relações concretas e vividas no cotidiano algo que é singular para cada modo de existência se expressa. A diferença está justamente como cada um efetua a sua potência no afeto com o outro criando ou não outros modos de conviver. Nesse exercício de efetuação temos o pedido do jovem para que o acompanhe à escola. Precisa urgentemente de um atestado de frequência que a escola não quer fornecer por suas repetidas faltas em sala de aula. Ao experimentarmos suas vivências na escola, observamos que esse jovem freqüentava diariamente o estabelecimento escolar, conhecia todos os funcionários e com eles tinha uma relação de amizade, entretanto, não entrava na sala para assistir às aulas. Somente pelos afetos podemos nos efetuar, e isso, diz da capacidade de cada corpo de se afetar com aquilo que lhe acontece, e que lhe faz parar, interromper o fluxo contínuo, e atentar para aquilo que lhe toca, atinge. Mergulhamos nos seus modos de estar com a escola, e ao ouvi-lo contando sua vida enquanto caminhávamos por seu bairro, percebemos que ele não havia aprendido a ser um estudante. Muito cedo trabalhou no armazém do pai, e quando atingiu 14 anos era responsável pelo almoço dos irmãos, já que pai e mãe precisavam trabalhar para sustentar seus filhos. Para estar em sala de aula, precisamos aprender muitos afetos: ficar quieto quando o professor explica, copiar as matérias da lousa... Seus saberes estavam conectados com um outro modo de estar nos lugares, não podendo, a seu tempo aprender a ser estudante e criar os sentidos necessários para estar nos bancos escolares.

Mergulhados na vida que aprendeu muito cedo a cuidar dos irmãos e a ajudar o pai no armazém, podemos compreender por onde suas potências se efetuvavam. Para mergulhar, há uma delicada técnica de respiro de se tornar movimento da água, é preciso cartografar, produzir superfície com o cotidiano que se avizinha. Para seguir a “impaciência da liberdade” (Foucault, 2000, p.351) retornaremos aos afetos que na prática nos ensinam a mergulhar e

emergir: mergulhos com o cuidado para poder caminhar na cidade atualizando a **ginga** e a **astúcia** de quem não sabe estudar, mas aprendeu a cuidar e trabalhar. Na rua, o jovem que não entendia a importância da escola cuidou para que pegássemos o ônibus certo para voltar ao centro da cidade e nos convidou para conhecer sua casa. Percursos de jovem e psicóloga que precisam aprender com **astúcia** e **ginga** a nadar nos meandros da vida que se processa.

3.2.3. Gíngua e astúcia. Duas expressões de um modo de ser brasileiro que marcam movimentos de resistência cultural se agigantam como dissimulação e manipulação quando no encontro com a lei e a ciência. Perde-se a força da **astúcia** e a estética do movimento da **ginga** que trazem signos que fundam nossa cultura e subjetividade. A gíngua da capoeira, movimento fundamental que significa, literalmente, balançando para frente e para trás tem no seu signo a dimensão da plasticidade estética de um corpo e também o desvio para recusar-se a satisfazer um pedido. Mais tarde a gíngua ganhará novos sentido quando adotada para nomear o balanço do andar do malandro. A astúcia para sobreviver entre um senhor de escravo e outro traz nos seus sentidos a dimensão da sagacidade, da inteligência, do artifício, da sabedoria, mas também do embuste, da estratégia, do engano.

A tensão que se cria a partir dessas expressões desdobra-se em forças produtivas para os jovens que podem seguir para criar uma estética na superfície, ou morrer entregues ao caos violento do nosso processo de colonização; para os psis cabe enveredar por um cuidado compartilhado – plástico ao que acontece, ou avizinhar-se com o controle que desqualifica nossa subjetividade brasileira e se pauta por uma norma que define a normalização das subjetividades. Negar esses afetos é negar a brasilidade. Se reduzidos a manipulação e dissimulação nos tornamos todos perigosos e colonizados.

Olhar no olho pode ser um ato de astúcia, para saber com quem falamos e de coragem para ver o que se passa nos sentidos das palavras. Um dia um grupo de jovens decidiu fazer o grupo Olho no olho⁶⁸. Nesses encontros semanais sempre temos a tensão da vida juvenil colocada. Jovens meninas e meninos, psicólogo e psicóloga se encontram. Estávamos falando sobre consumo quando *no meio da conversa, dois jovens dizem estar sem dinheiro*. Um dos psicólogos comenta em tom de deboche que *o salário deles é gasto num piscar de olhos, como por exemplo, na compra de um par de tênis de 600 reais. Moralismo, preocupação, cuidado, conselho, controle*. Não estamos livres daquilo que está naturalizado como prática com jovens:

⁶⁸ Email enviado para lista *libertar2008@googlegroups.com*. Mensagem datada em 8 de julho de 2009, às 14:48, intitulada *O grupo de ontem*.

controlá-los. Seu dinheiro que foi conquistado com fruto do seu trabalho deve ser discutido. Mas de que forma? Como vivenciamos conquistar nosso dinheiro?

Se não conseguimos produzir espaços nos quais os jovens consigam se pensar, então produzimos apenas o controle dessas vidas. Mecanismos de controle que Foucault, na obra *Segurança, Território e População* (2008) nos indica como o momento no qual o sujeito sai de cena como lugar privilegiado de incidência da política, e quem entra em cena é justamente a população que deve ser controlada a partir de fenômenos passíveis de quantificar. Um “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p.3). Para não controlar, talvez seja necessário inventar uma prática para esse fazer no tempo. Os caminhos não preexistem nesse agir, só deixam pistas quando ao caminhar no bairro do jovem nos aproximamos de seu cuidado com nossa volta.

Aprender a “fazer com” tem em si a dimensão de “errar” junto. Existem regras bem definidas para uma “boa” psicologia. Talvez a questão para a prática do *Acompanhamento Juvenil* não tenha sido pensada a partir do limite a ser dado, seja do corpo, seja do Estado, seja da lei, seja da psicologia como ciência normalizadora. Talvez o limite esteja sempre por ser encontrado. Encontrá-lo envolve estar na relação, aperceber-se nela, tentando. *O verbo tentar indica*⁶⁹:

Pôr (alguém) à prova, instigando-o ao erro, ao mal e procurar seduzir; provocar, atentar e causar desejo ou vontade em; apetecer e pôr em prática; empreender; arriscar e fazer o que é necessário e/ou possível para realizar (uma ação) e arriscar-se ou aventurar-se a e pôr à prova; experimentar.

Pergunto se eles não tem medo de serem roubados, afinal os 600 reais poderiam sumir de uma hora pra outra. Um dos jovens responde: Claro que não, onde já se viu? E logo pergunta: "tu tem medo de ser roubado?" Pergunta destinada ao jovem, mas que retorna para o psicólogo. Penso e respondo: às vezes, tenho. Penso mais por decidir o que responder do que por procurar uma resposta. Essa eu já sabia; é claro que tenho medo de ser roubado, quase o tempo inteiro. Todo mundo tem, segundo a Zero Hora. Todo mundo "do lado de cá", os que moram nas "zonas de vítimas", os da classe média para cima, ou nem só esses, os da

⁶⁹ Mensagem enviada pela Profª Drª Gislei Romanzini Lazzarotto quando em meio à escrita não encontrava mais expressão para o vivido.

classe baixa também, os preocupados com o fruto do seu trabalho, sua vida, sua família e entes queridos. Naquele momento o jovem queria me dizer que ter medo é besteira. Do meu medo, me deu dicas: "tu não pode baixar a cabeça, não pode entregar" - "numa rua escura, à noite, se dois caras tão vindo na tua direção, tu tem que olhar pros olhos deles". "Só entrego as coisas pelas quais me matei trabalhando se o sujeito mostrar a arma, sem tremer, mostrando experiência e eu notar que a arma está carregada" - mesmo assim seria uma humilhação, seria algo quase inconcebível. "Na época que eu assaltava playboys, só fazia menção de estar armado e aquilo bastava, abria a mochila e eles entregavam tudo." Seguindo a linha assalto-roubo o jovem segue contando sobre sua experiência. Medo, humilhação, esperteza, coragem: afetos que nos acompanham nessa escuta entremeada de apreensão. Não sabemos o que fazer, mas a apreensão que estava com os psis, também deveria estar com os jovens.

E, se essa voz fosse escutada entre perceber-se perigoso e ter vontade de roubar, o que poderia acontecer? Que afetos seriam disparados e que mudanças poderiam decorrer desta passagem de uma escuta surda e moral para uma escuta perambulante e ética? Perambular pelas palavras roubar e ser perigoso pode desconstruir o que pensamos como intervenção com a juventude. Ao invés de corrigir e solapar o jovem com normativas sobre condutas permitidas e não permitidas, abrimos espaço de encontro com a diferença que se processa tanto para aquele que acompanha o jovem nas suas andanças, quanto para o jovem que percebe, no outro, aquilo que reside nas suas marcas. Tatuagens de acompanhante e acompanhado que, forjadas nos modos de subjetivação, ganham expressões diferentes na cidade. Cabe perguntar: que potência pode pedir passagem ao nos lançarmos na escuta do cotidiano de um jovem classificado como “infrator e perigoso”?

"Já tive que usar a arma, sim. Foi quando caí preso. Baleei dois. Quando anunciei o assalto eles reagiram, daí eu tive que atirar. Um tiro pegou na bunda e outro na perna, e eu fui preso." - risadas, afinal, um tiro na bunda é algo realmente cômico, como no filme "Forrest Gump".

O jovem não admite que alguém tire dele o que conquistou com o suor do trabalho, valores bem capitalistas operando, individualismo e insígnias do sucesso, do que podemos como consumidores. O consumo se efetivou, mas o medo, e a história que esses jovens carregam não permitem que saia do lugar de marginal. Com um tênis caro, mas ainda assim ostentando sua “imponente pobreza” (Bocco, 2008, p.87).

Um dos psicólogos tenta pensar com eles, como eles também podem estar nos dois lugares: ser o que dispara contra a reação e ser a vítima baleada por ter reagido. Ele fica com cara de quem não entende, realmente não pode entender. Não suporta ser o que leva o tiro. Um pouco de fantasia é necessária, afinal quem mais morrem são os jovens segundo as estatísticas. Geralmente, quem atira não são eles por mais que tenhamos muito claro que a construção social diga que sim. Uma das jovens do grupo mostra a cicatriz da bala perdida que entrou em sua perna, quando era criança e jogava taco em sua rua.

A frase “Perguntando que lógica é essa que encerra as pessoas de um lado ou de outro, sem que elas possam se mexer” ficou ecoando. Alguns solavancos já sinalizam essa experimentação por outros territórios. O próprio momento em que ele (o jovem) dá dicas sobre como lidar com a situação de ameaça ao assalto foi um ensaio, apesar dele não ter entendido a pergunta sobre ele também poder estar nos dois lugares: aquele que assalta e aquele que é assaltado. A interrogação perguntava muito mais além da estratégia, pois perguntava sobre outra possibilidade de ser/estar/funcionar. O próprio encontro é a experimentação de outros lados. São esbarrões que o encontro provoca, e quantos esbarrões em nós todos: jovens e psicólogos! Mas a frase ficou ecoando. De onde vem essa identificação com um lado ou outro? Quem foi que colocou essa divisão mesmo?

Lendo a mensagem escrita o sentimento que veio era de uma indignação muito mais pela violência da impossibilidade de qualquer outro relacionamento naquele momento, nada de diálogo ou contato que não fosse um jogo de poder que mostra bem como o capitalismo atualmente minimiza as relações a quem tem "X" mercadoria e quem quer adquirir a mesma, seja da maneira que for. Se tenho grana, quero chegar na loja e comprar aquilo e tudo o que vem junto (ser bem atendido, "ser" alguém que tem tal produto e tudo que subjetivamente me vendem junto), se não tenho, bem, uma arma me permite pegar de quem pode comprar (ou me permite fazer algo que me dá grana pra comprar também). Claro que não é só isso, mas talvez também é isso. Mas a frase destacada é importante, porque esse "encerramento" das pessoas em categorias "X" ou "Y" (playboy ou marginal, agressor ou agredido) é forma de defesa e de ataque, de identificação com um ou outro grupo, e perpetua a violência sem fim. A agressão não é só física. O jovem que conta sobre seu assalto, e sobre os tiros que disparou não é somente o ladrão para nós. Ele pode ser mais que isso, pois é o mesmo jovem que se preocupa com os colegas e que dá os toques para a psicóloga quando ela não identificou que o outro jovem não está bem. Ele está entre figuras, entre cuidar-agredir, entre assaltado-assaltante, entre capital-consumo. E talvez por aí seja o caminho para se abrirem

possibilidades para além do "playboy" ou "assaltante", esse "E" que mostra que a gente não é só aquilo, mas não nega que também seja ou possa ser⁷⁰.

*Precisamos deixar descer, decantar, e poder sentir o que fica entre esta dualidade. A pergunta: "tu achas que deveria estar morto por roubar uma carteira?" fica sem resposta, porque não dá mesmo para dizer que mata por isso, mas que não gostaria de morrer por isso. A pergunta que morre no peito, antes mesmo de chegar na garganta. Fala de ti, fala de mim, fala deles, fala de quem afinal?*⁷¹

Como voltar na outra semana para o grupo de jovens sem esse cuidado entre profissionais? A escrita afetada é aquela que abre espaço para produção de algum outro sentido que não seja somente a violência, a morte, o medo.

(...)a vida é perigosa, a vida se expande para todos os lados, ela transborda e pode cansar - assim é para os suicidas e não só suicidas, mas também os que vêm na morte algo que não é de essência ruim. Ver na morte a possibilidade de vida enquanto potência, aquilo que é melhor não por critérios morais ou religiosos, mas por critérios totalmente singulares, engendrados unicamente naquele conjunto de circunstâncias.⁷²Ela tonteia, ela desorienta e já não se trata de questões de qualidade ou quantidade absolutas ou de limites dados para e nas práticas e sim do quanto vale UMA vida. É uma determinada vida, uma vida singular. O que se passa nela e o que é valor (ou valorização) nessa vida. Mas o interessante mesmo é que ela, justamente por ser singular, coloca um VIVER em questão e aí não é só a vida do outro que está em análise, mas a nossa também, pois o viver diz de algo que é compartilhado.

A vida infame não parece pertencer integralmente nem a uns nem a outros, nem à lista de nomes do registro civil que deve, no fim, responder por ela, nem aos funcionários do poder que, no fim, decidirão dessa vida. Esta é apenas jogada, nunca possuída, nunca representada, nunca dita – por isso é o lugar possível, mas vazio, de uma ética, de uma forma-de-vida. (Agamben, 2006, p. 93)

Para não se afogar é preciso pensar quantos tempos compõe aquele encontro. Tanto na vida quanto no encontro com os jovens atentar para o dito sem nos violentar, e sem naturalizar. Construir uma passagem para respirar.

Lembrei muito claramente quando dois jovens foram assaltados, logo depois que contei para eles, justamente, que eu tinha sido furtada. Falei de como senti raiva. Queria dividir com eles aquele lugar e fazer, talvez, com que eles "me olhassem nos olhos". Afinal de contas,

⁷⁰ Email enviado no dia 8 de julho de 2009, para lista libertar2008@googlegroups.com, às 15:21. Seu título: *O grupo de ontem.*

⁷¹ Email enviado no dia Às 17:34, na data 8 de julho de 2009, para lista libertar2008@googlegroups.com, às 17:24. Seu título: *O grupo de ontem.*

⁷² Email do diário coletivo libertar2008@googlegroups.com. No dia 17.06.2008, às 02:59, Assunto: *quanto vale uma vida?*

olhar no olho é olhar para o sujeito que há ali, e isso é difícil. Cada um joga com o que tem, como já foi dito: carros importados, armas bacanas. Poder.

É muito difícil mesmo ocupar esse lugar de transversalidade. Como sair da linha vertical, que hierarquiza, distancia, mas sem cair na hipócrita linha horizontal, em que dizemos "somos iguais"? Lugar diferente, sim, mas não melhor nem pior. Sabemos que são jovens envolvidos em situações singulares sim, sobre as quais temos muitos temores, mitos, receios. É com eles que podemos transpor a linha do cá e acolá. Vamos nos encontrar no meio? Esse é o convite, essa é a tentativa. MEIO, ENTRE: será impossível? Não quando se pode rir de algo que aqui em outros lugares seja tratado com a rigidez de algo condenável, não olhando para o fato de que sim, é TAMBÉM engraçado! Não é impossível não, quando alguém acaba dando dicas de olhar no olho. Que bonita essa imagem! O que se passa quando olhamos no olho? O que vemos? Certamente algo além dos lugares fixos.

A carne é uma espécie de escrita viva onde as forças imprimem 'vibrações' e cavam 'caminhos'; o sentido nela se desdobra e nela se perde como em um labirinto onde ele mesmo traça suas próprias vias. Todavia, 'essas forças que de fora tem a forma de um grito', para que elas não permaneçam não formuladas, é preciso que a 'razão as acolha'. (Lins, 2002, p.71)

Tensionar com delicadeza, mas não deixar de tensionar. É no encontro que essa relação é problematizada. Convite pra pensar junto. Afinal, estamos no mesmo barco que nos distancia, irônico não? Que afetos estão em jogo nesse barco terrível? Medo, sim, sinto medo, sem dúvida! E um deles dirá "também sinto medo da psicologia porque ela entra na mente da gente". Se ela entra, afeta, então podemos escolher se seguiremos com uma psicologia que controla, ou com uma psicologia que cuida orientada por uma ética que afirma a pluralidade.

Distância, incômodo, estranhamento com o diferente? Claro que sim, também! Preconceitos: o que ele acha de mim? Mas, estamos no mesmo barco! Vamos mergulhar? Mas mergulhar junto pode ser uma regra, pois assim a possibilidade de se afogar fica mais distante. Embarcar num barco pirata, um barco que não é esse que distancia. Um barco que é clandestino porque essa prática é clandestina. Quanto de encontro nesse grupo. Olhos nos olhos. Será que conseguimos? O que pode se passar?⁷³

Perto do sol há incontáveis corpos escuros a serem deduzidos – tais que nunca chegaremos a ver. Isto cá entre nós é uma alegoria; e um psicólogo da moral lê a escritura das estrelas como uma linguagem de símiles e sinais que permite silenciar muitas coisas. (Nietzsche, Aforisma nº 196, 2005)

⁷³ Email enviado a lista libertar2008@googlegroups.com, à 01:13, no dia 9 de junho de 2009. Seu título: *O grupo de ontem.*

O mergulho não se fazia somente do encontro de dois, mas de muitos jovens e muitos psicólogos. É preciso que muitos mergulhem junto para que o corpo possa retornar para um encontro no qual um profissional não sabe o que fazer.

Ética, portanto, não é a vida que, simplesmente, se submete à lei moral, mas, sim, aquela que aceita pôr-se em jogo nos seus gestos, irrevogavelmente e sem reservas. (Agamben, 2006, p.96)

Era preciso seguir, e persistir nos afetos. A resposta pode vir no processo quando um jovem busca a psicóloga para conversar sobre a vontade de roubar depois de um encontro: olho no olho.

3.2.4. O fio da escuta: labirinto das águas e encontro com a superfície

(...) o espaço de dizer que não quer escutar algo cabe/existe para o (a) psicólogo(a)?⁷⁴

A escrita entre respiros – é preciso prudência. Porque não ir escutá-las lá onde falam por si próprias? (Foucault, 2001).

...me olhei no espelho, me vi cansada demais...não querendo ouvir mesmo...querendo terminar o grupo naquele momento...

Vidas juvenis são inscritas enquanto as letras são digitadas. Quanto mais essas vidas parecem frágeis diante da máquina-mundo, mais difícil fica de escutar. É preciso inventar um encontro, entre tantos desencontros na vida – na dos jovens e na nossa. Nem vítimas, nem bandidos. Os números indicam-nos algo maior que a interioridade de cada um: os jovens que mais morrem são do gênero masculino, de 15 a 24 anos, negros e de bairros pobres⁷⁵.

⁷⁴ Essa pergunta se refere a um dos emails do diário coletivo libertar2008@googlegroups.com no dia 25 de março de 2009. Seu título: grupo terror. Como indica o método, as frases em itálico em geral são oriundas dos diários coletivos nos quais tecemos nossa cartografia.

⁷⁵ O Brasil tem um dos mais elevados índices de homicídios em comparação com outros países. A cada ano são mais de 48.000 pessoas mortas, sendo que 70% dos homicídios envolvem armas de fogo. Os homicídios são a principal causa de óbitos na faixa etária de 15 a 44 anos, e as vítimas são majoritariamente jovens, do sexo masculino, negros e pobres. A taxa de homicídio em nosso país vem crescendo assustadoramente. Entre 1980 e 2002, esta taxa (por 100.000 habitantes) praticamente triplicou – ultrapassando em muito a média mundial (ALSTON, 2008). Segundo pesquisa realizada pela UNESCO (WAISELFISZ, 2004), no Rio Grande do Sul o aumento do número de homicídios no período de 1993 a 2002 entre a população geral foi de 63%, enquanto que na população jovem (entre 15 e 24 anos) foi ainda maior, totalizando um percentual de 73,4%. Em nosso Estado, Rio Grande do Sul, os dados confirmam que a juventude vem sendo o alvo prioritário da violência. O mapa da violência de 2011 indica que há uma tendência de regionalização dos homicídios, havendo uma concentração em

...a porta se abre...estou distraída...o jovem com excesso de responsabilidade e raiva...dá um sorriso de canto e pergunta:- vai ter grupo hoje? Respondo que sim...ele dá uma confirmação com o dedo...repete o sorriso, fica me olhando por um tempo e sai...⁷⁶

A capacidade de afetar-se com vidas mostra-se como instrumento metodológico para mergulhar em listas que deixam pistas. Experimentar nesse mergulho outras imagens, outros corpos juvenis e psis.

O lugar que estamos ali, a escuta que oferecemos difere da escuta que vamos trabalhando na clínica tradicional, exatamente no momento em que o que é trazido choca, e ficamos chocados.⁷⁷

Para não se afogar existem regras bem claras, uma delas é: “levar em consideração que as formas de saber são sempre locais e que não há como explicar fenômenos sociais através de metodologias que os tecem em redes gigantescas de causa e efeito” (Batista, 2003, p.72). Nada de estradas retas, mas desvios, trilhas, atalhos, ensaios. Cair nas explicações que envolvem as crises econômicas ou outra que produzimos, ainda assim não faz com que consigamos olhar para a relação e perceber o que ela produz. Ficamos presos pelo medo, pela desconfiança, e pelos construções já feitas sobre o que está nessa relação com os/as jovens. Existem peculiaridades históricas locais, da cidade, do bairro no qual o/a jovem mora, vive, existe. Os acessos a cada lugar são diferentes, assim como serão diversas as modulações dos encontros.

idades de interior, mas que se por um lado o índice de mortes na faixa etária de 15 a 24 anos diminuiu em velocidade, por outro ele continua crescente em oposição às outras faixas etárias que inclusive tiveram queda. “Levando em conta o tamanho da população, teríamos que a taxa de homicídios entre os jovens passou de 30 (em 100 mil jovens), em 1980, para 52,9 no ano de 2008. Já a taxa na população não jovem permaneceu praticamente constante ao longo dos 28 anos considerados, evidenciando, inclusive, uma leve queda: passou de 21,2 em 100 mil para 20,5 no final do período. Isso evidencia, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens. No restante da população, os índices até caíram levemente” (WAISELFISZ, 201, P.76).

⁷⁶ Email intitulado *A porta que abre e um dedo de combinação...* enviado a lista libertar2008@googlegroups.com, no dia 19 de março de 2009, às 16:06.

⁷⁷ Email intitulado *Grupo terror* enviado a lista libertar2008@googlegroups.com, no dia 25 de março de 2009, às 20:30.

O reconhecimento do desejo é que cria a responsabilidade pelo seu destino, sendo a memória a única instância a romper com a lógica homogeneizante da civilização. E essa retomada se dá no entrelaçamento da história, da memória individual com a memória coletiva, na construção de um futuro desejante, de uma utopia possível, fundada no desejo. (Malaguti, 2003, p.91)

...Ouvimos falas que mostravam a impossibilidade de mudança de algo terrível, senão somente por outra via terrível, a morte. As queixas de jovens que sentem na pele a miséria a que se pode chegar, a falta de consideração, a injustiça. Estamos horrorizados e os jovens também. Como pedimos às juventudes que sejam “equilibradas” se há um terrível desequilíbrio entre exigências e oportunidades. Esse é o futuro. Nesse sentido, escolas, técnicos da psicologia, do serviços assistência e saúde, juízes e todos os atores que hoje despontam no cenário de intervenções com juventude precisam olhar para esse hiato que é mais uma passividade política com relação ao que se dá, e o que se inscreve para as juventudes. Os jovens se debatem nessa passividade. Isso implica os profissionais?

E se aceitássemos o desafio de fazer essas modificações no modo de operar. Enquanto a resposta para a pergunta “para quê viver?” não for respondida de modo convincente, os jovens continuarão morrendo, pois se antes tínhamos protestos que se davam em grandes grupos, hoje, tudo o que resta é o próprio corpo, pois estamos falando de um outro tempo, no qual o impacto sobre qualquer organização política desses jovens também se deu. Será? Estamos atentos? Será que não existe um movimento mais coletivo? Menos individual?

Paralisados, cada vez mais pesados e sem ter o que dizer, senão que aquilo havia sido demais. Mostraram que a banalização da vida e do sofrimento não representa algo tão naturalizado. Falaram muito, cada um suportando a realidade do outro, quase sem aguentar. Um dos jovens marcava seu lugar com o peso da responsabilidade e da raiva. A discussão falava do lugar de poder de quem educa e de quem tiraniza...Como lidamos com um tirano? Ele é porco... pode apanhar até morrer...mas eu quero isso? Ao mesmo tempo se perguntam.⁷⁸

Assim como na prisão, o cumprimento da medida socioeducativa pode ser marcado apenas pela aprendizagem que é necessária à submissão condicional à autoridade. Os jovens indicam por onde podemos ir nas conversas com a rede que acompanha esse/essa jovem, e também sinalizam como esse/essa jovem vive essa relação tensa com uma autoridade que já não olha para ele fora do espaço de infração, no qual querer respeito e ter sua versão da história contemplada, talvez seja a “grande” invenção.

É preciso prudência com nosso corpo e com o corpo jovem que também não agüenta

⁷⁸ Email da lista libertar2008@googlegroups.com, no dia 25 de março de 2009. Assunto: *Grupo terror.*

mais...mas fala...nos fala. O que fazer? Se tangenciamos a morte? Sim. A todo o momento que nos propomos a nos desfazer de um organismo que cola.

E esse namoro com a morte é algo que está a todo o momento na fala dos jovens.

Amo a vida e a morte me namora ⁷⁹

*...pedi licença, saí da sala...fui ao banheiro...me olhei no espelho, me vi cansada demais...O espaço de dizer que não quer escutar algo cabe/existe para o psicólogo?*⁸⁰

Tudo se passa como se ele [o corpo] não pudesse mais agir, não pudesse mais responder ao ato da forma, como se o agente não tivesse mais controle sobre ele. Os corpos não se formam mais, mas cedem progressivamente a toda sorte de deformações. (Lapoujade, 2002, p.82)

*...Na volta pude dizer que aquele grupo estava pesado...*⁸¹

No cotidiano de trabalho, é preciso cuidar-se, adotar uma modulação na qual escutar aquilo que é difícil não se torne somente decomposição de vidas, mas composição com a diferença que é agenciada no encontro entre psicólogo (a) e jovem. Existem momentos em que a escuta quer se recusar, na qual aquilo que é falado parece-nos algo inominável. A cidade invade o grupo com a força de um arquivo no corpo que nos assalta com a memória dos “tigres” que carregam nossos dejetos e sofrem com saudade de uma casa para si. Não agüentar sinaliza a força dessa história violenta – por isso sair, parar de escutar. Talvez seja exatamente esse acolhimento que possibilita outras aberturas em outro tempo.

Não se faz a coisa com pancadas de martelo, mas com uma lima muito fina. Inventam-se autodestruições que não se confundem com a pulsão de morte. Desfazer o organismo nunca foi matar-se (...) (Deleuze e Guattari, 1996, p.21)

...Eu vim dizer que estou vivo...

Por que você retorna?

Talvez o tempo puro, que não é mais do/da jovem, ou da psicóloga, mas de vidas que compartilham um tempo-hoje. E retornar pode ser apenas dizer para alguém que está vivo.

⁷⁹ Mote dos internos da FEBEM de São Paulo. Mote encontrada na obra de Maria Cristina Vicentin *A vida em rebelião*.

⁸⁰ Email da lista libertar2008@googlegroups.com, no dia 25 de março de 2009. Assunto: Grupo terror.

⁸¹ Idem 19.

Não há ninguém por ser salvo, apenas a possibilidade de remeter a alguém o testemunho de ter sobrevivido. Sem ação.

*E então, o que fazer?*⁸² “Que tipo é este, como é fabricado, por que meios prenunciam já o que vai acontecer” (Deleuze e Guattari, 1996, p.11). *Dizer que nos chocamos também?*⁸³ “e quais são estes modos, o que acontece, com que variantes, com que surpresas, com que coisas inesperadas em relação à expectativa?” (Deleuze e Guattari, 1996, p.11).

Compartilhar com os colegas de lista (diário coletivo)?

Então todos ficam chocados?

*Somos responsáveis por aquilo que flutua por aí.*⁸⁴

*...de primeira, acho que os psicólogos não querem ouvir que psicólogos não querem ouvir. De segunda, ouvem o que acabaram de dizer. Se ouvem. Se ouvem também não querendo ouvir tanto, nem a si, nem esse próprio paradoxo de ser um psicólogo que nem sempre quer ouvir.*⁸⁵

Um corpo não cessa de ser submetido aos encontros; ele diz respeito às afecções com a alteridade que o atinge, da multidão de estímulos e excitações que cabe a ele selecionar, evitar, escolher, acolher. (Fonseca, Engelman, Kirst, 2006)

*Devemos ficar chocados, sim. Todos deveriam. Ouçamos. O que fala merece ser ouvido, pois já diz de um lugar de protesto, de uma vontade de mudança, a partir do reconhecimento de que algo não vai bem.*⁸⁶ *E sentir com clareza não quer dizer explicar racionalmente; longe disso, é uma questão de ética e não de regras exatas. O não ouvir pode ser a coisa mais ética a se fazer com o que transborda – nossa história. Não existe contradição entre a ética para si e para o outro, quando a contradição aparece é porque nos estamos deixando tomar pelo excesso, perdemos o equilíbrio flexível, estamos rigidamente apegados a alguma norma. Tudo o que fazemos com respeito pelo nosso limite, pela nossa pele permeável, sensível, compõe, portanto só pode ser ética para com o outro*⁸⁷.

Quando propusemos o mergulho, não sabíamos que cartografias encontraríamos. Surpreende a cidade que invade o espaço de grupo e faz sentir com. Psicólogos que não querem ouvir, ou que não sabem quando parar de ouvir, e ainda os dois ao mesmo tempo. Ainda podemos dizer que psicólogos podem dizer que não querem ouvir, e isso pode ser o ato

⁸² Idem 20.

⁸³ Idem 21.

⁸⁴ Idem 22.

⁸⁵ Idem 23.

⁸⁶ Idem 24.

⁸⁷ Idem 25.

necessário nessa clínica no qual transbordar é um problema. A vida dos jovens transborda? A nossa não? Quais são nossos limites, sabemos? Que ritmo imprimimos à nossa vida?

Profissionais chocados com o que ouvem dos jovens – afeto que percorre todo o encontro. Jovens querendo compartilhar essa vida que se processa. *É sempre uma espera até o grupo. O grupo produz caos, mas também se monta em torno de um ritornelo (repetição), uma preparação vem na forma de email (uma jovem me escreve perguntando se terá grupo), é a porta que abre com dedo em confirmação, é a pergunta de outro jovem antes de sair da sala dando uma “bufadinha” bem chatinha (adolescente até a alma, que bom que aqui pode ser um pouco). Uma montagem de território, uma preparação...uma gestação...que pode ser para criar o caos e/ou deixá-lo vir, e/ou organizá-lo para virar casa...*

Uma criança no escuro, tomada de medo, tranquiliza-se cantarolando. Ela anda, ela pára, ao sabor de sua canção. Perdida ela se abriga como pode, ou se orienta bem ou mal com sua cançãozinha. Esta é como um esboço de um centro estável e calmo, estabilizador e calmante, no seio do caos. Pode acontecer que a criança salte ao mesmo tempo que canta, ela acelera ou diminui seu passo; mas a própria canção é um salto a canção salta do caos a um começo de ordem no caos, ela arrisca também deslocar-se a cada instante. (Deleuze e Guattari, 1997, p. 116)

A idéia de repetição é associada ao ritornelo - pensado como uma dessas figuras no tempo, um território em estado nascente, atualização de RITMOS vitais enquanto repetições que engendram territorializações e desterritorializações - linhas de fuga. O ritornelo é repetição como criação de regiões espaço-tempo que constituem os territórios (passado e futuro no presente).⁸⁸

Segundo Deleuze e Guattari (1997), o território marca distância, uma distância crítica que não é uma medida, mas um ritmo que decorre de matérias de expressão e que mantém à distância as forças do caos que batem à porta. Temos um reagrupamento de forças, uma reorganização de funções. É lugar de passagem, mas é também o primeiro agenciamento, conjunto de matérias de expressão que traça um território, um conjunto vago e discreto de elementos heterogêneos que vão tomando consistência.

...Ela conversa um pouco comigo, mas diz que queria levar para o grupo o que aconteceu com ela no fim de semana...⁸⁹

⁸⁸ Email intitulado “em casa” do que falamos na quinta enviado para libertar2008@googlegroups.com às 16:13 do dia 19 de maio de 2009.

⁸⁹ Email enviado ao libertar2008@googlegroups.com em 12 de maio de 2009. Título: Coragem de estar no grupo.

3.3. Diálogos entre AT e AJ: uma Inspiração e uma Variação⁹⁰. O Acompanhamento Terapêutico (AT) surge num contexto da reforma psiquiátrica como uma modalidade clínica que abre novas possibilidades no trabalho com a clínica das psicoses. Essa nova estratégia vem conectar espaços institucionais a lugares públicos, fazendo pontos de articulação e de contato entre os mesmos a partir de um exercício de circulação pela cidade e do consequente engajamento no espaço e tempo social. É por isso que o AT ocupa uma função importante no tratamento de condições psíquicas peculiares como as de um psicótico. (Palombini, 2004).

É dessa articulação da clínica com a cidade que vem nossa inspiração de tomar o Acompanhamento Terapêutico como referencial para orientar as práticas de acompanhamento com jovens. Utilizar-se do espaço público e movimentar-se pelo urbano nos fez perceber que construímos outra modalidade dessa prática clínica. O diálogo com AT possibilitou afirmar essas práticas de circulações com jovens como um modo de intervir, como um modo de acesso ao jovem (acesso dele ao nosso trabalho e de nosso trabalho a ele). A estratégia de ir além das fronteiras institucionalizadas em práticas definidas na geografia de lugares como do estágio, do cumprimento da medida, do abrigo, da escola, entre outros; e, respectivamente, em cada um destes lugares um orientador, um juiz, um técnico, um professor. Entre lugares e funções, a vida juvenil é marcada pelas práticas institucionalizadas que se infiltram nos modos de subjetivação como repertórios a serem correspondidos. E suas vontades por onde andam?

Nossas práticas, então, ocorrem no exercício de seguir o movimento de cada jovem à medida que situações vão se apresentando. Um olhar atento ao que acontece com este ou aquela jovem diante da exigência de um atestado de frequência escolar, quando tudo indica que já não frequenta a escola e disto depende sua permanência no estágio; ou de uma solicitação de segunda via de um registro de identificação, o que demanda ir a uma delegacia, envolvendo um contato policial marcado nesta história juvenil como ameaça. Sutilezas percorridas pelo olhar e pela escuta daquilo que vai além da justificativa de um dia após o outro: “mais um dia e eu resolvo, dona”. Uma tarefa tão simples: um atestado de frequência ou um registro de perda de documentos para obter a segunda via. Mas tal tarefa dizia de um processo em curso, no qual está o movimento de percorrer sua relação com esses lugares, das marcas institucionalizadas de quem não deu certo nesta escola, ou de quem se relaciona com a

⁹⁰ O trecho encontrado nessa dissertação que se intitula “Diálogos entre AT e AJ: *uma Inspiração e uma Variação*” diz respeito a uma das partes que poderemos encontrar no artigo *Acompanhando micropolíticas juvenis acompanhando estratégias clínico-institucionais*.

polícia na expectativa de ser preso. Outros sentidos podem ser produzidos nessas relações juvenis e institucionais? Para tal, percebemos que é preciso ir à rua, percorrer trajetos e desvios, indagar possibilidades de outros caminhos, e talvez fazer de “mais um dia e eu resolvo” o tempo de viver o acontecimento sem estar só para “resolver”.

E não estar só para “resolver” pode ser querer ser acompanhado na busca de uma casa para morar. Expulso de uma casa em terreno de ocupação o jovem usa de **Ginga e Astúcia** para sobreviver às noites. Conta-nos que para não precisar dormir no albergue onde as pessoas dormem com facas debaixo do travesseiro, ele vai aos postos de saúde e pega fichas de atendimentos para parentes que talvez nem mais existam. Uma consulta de ginecologia para tia possibilita uma noite de sono no qual o jovem pode dormir na fila de espera dentro do posto em seu bairro. Nessa busca incansável por ter onde morar ele lembra de um serviço que fez em uma obra e com dinheiro pede ajuda ao acompanhante para encontrar um lugar. Passaram-se três meses de uma situação de falta de moradia e os serviços de proteção social básica e especializada dizem nada poder fazer. O acompanhante juvenil descobre uma pensão e a visita com o jovem que acorda cedo cheio de esperança para poder dormir em um canto seu. Essa noite ele tinha uma casa para dormir.

As aproximações entre o AT e o AJ pela via ética do trabalho ficam evidentes, assim como a prática do *acompanhar* se coloca em ambos como uma ação política. O que tomamos do AT para afirmar o AJ é justamente essa possibilidade de flexibilizar as relações nas quais os processos de subjetivação se constituem para acompanhados e acompanhantes. O dilema de “resolver” não se coloca apenas para estes/estas jovens, também permeia o dia a dia de quem os atende nas diferentes funções e munidos de diferentes saberes disciplinares e de controle. Assim, ao intervirmos com as situações de institucionalização, a circulação pela cidade e a entrada em outros espaços, exercitamos uma ética de trabalhar compondo zonas de vizinhança para potencializar novas relações com o urbano, com os saberes e com o exercício de formas de ser no mundo.

Como pensamos a diferença entre esses modos de acompanhar? O AT, como visto anteriormente, nasce de uma política contextualizada na reforma psiquiátrica, num sentido que afirma a luta antimanicomial. Por isso, ele se propõe a uma clínica diferenciada no âmbito, originalmente, da psicose, e que se alargou, conforme aborda Lancetti (2006), considerando outros modos de sofrimento psíquico configurados no contemporâneo. A ampliação dessas solicitações é configurada no âmbito da rede de atenção em saúde mental,

bem como analisada no âmbito das discussões das psicopatologias. Pensamos que é importante apontar as variações que esse modo de trabalhar tem construído e que vão adentrar outros contextos e produções de demanda. Assim, problematizamos as relações intersetoriais das políticas de saúde e as peculiaridades do atendimento ao público em medidas socioeducativas.

Em diálogo com a concepção de sujeito de direito proposta pelo ECA (Brasil, 1990), temos as Diretrizes em Saúde Mental Infância-juvenil (Brasil, 2005) que indicam a noção de responsabilidade, o direito ao cuidado e a singularidade, problematizando as práticas orientadas por uma forma homogênea e indiferenciada.

Nessa perspectiva, o AJ ganha sua relevância exatamente por encontrar-se com a especificidade de um público juvenil nas entranhas das produções sociais no contemporâneo. No trabalho que fazemos com jovens, percebemos que a relação da juventude com a cidade já se encontra transbordante. A demanda juvenil de transitar em diferentes territórios levou a psicologia de carona nesse movimento, acompanhando a necessidade de estar de modo diferente em lugares nos quais se vê e é visto como “aquele” da infração. Estar em lugares diferentes e estar diferente nos lugares que já se esteve para movimentar as relações que subjetivam jovens e quem com eles se relaciona nestes percursos institucionais. Pensamos que é pela condição juvenil insistente e insurgente que as forças de regulação da sociedade tomam a potência juvenil como problema, demandando uma correção deste problema no indivíduo. Assim, passamos a direcionar nossa análise ao contexto de produção desta encomenda, discutindo a produção social da violência e como as práticas da psicologia e de cumprimento da medida, ainda reproduzem a institucionalização de vidas. Tomamos a potência juvenil como lugar problemático, de algo a fazer. Nesse sentido, assegurar uma nomeação, como variação do AT, diz da natureza do regime de práticas que cartografamos: um acompanhamento que se faz da potência juvenil, AJ. Sob esta perspectiva, persistimos na condição de indagar nossas práticas e de estarmos atentos às invenções e atualizações metodológicas desse percurso.

Uma carta para o leitor⁹¹

Olhei pela sacada e pensei: algo mudou, mas eu não sei o quê. Caminhei no centro como se estivesse perdida. Não sabia se ia para casa, se ficava caminhando, ou se me plantava na esquina. Foi um dia qualquer, comum. Queria um canto para ouvir meus pensamentos. Mas lugares assim pouco existem. Eu pensava que a casa da gente é esse lugar, mas a minha com certeza não o é. Muita gente, muito barulho. Eu durmo na sala, então sou a última a ficar sozinha, e a primeira a ter companhia.

Na falta de um lugar, procurei com quem pudesse conversar. Contei que tinha medo. Às vezes medo de mim, às vezes medo do outro e medo do medo que posso causar. Você já sentiu isso? Não é muito fácil. Todos podemos causar medo. Um menino teve medo de mim no ônibus. Eu olhei para o vídeo game dele e ele guardou. Fiquei assustada! Como o guri sabia que eu queria pegar o vídeo game dele? Como ele sabia que tinha que ter medo de mim? Você acha que não pode despertar esse sentido? Eu posso. Disseram que eu posso. Faz muito tempo que dizem isso. Você sabe o que dizem, não? Já prestou atenção? Para mim, sentir medo, tem a ver com não poder confiar. Eu confio nos meus dentes, e às vezes eles me mordem... Em quem se pode confiar mesmo? Você sabe? Eu confiei um dia. Confiei que conhecer pessoas e mergulhar com elas podia ser um jeito de não sentir mais medo, e de me aproximar. Claro que não é um mergulho qualquer. É como esse que eu estava te contando. Senti a sensação de estar perdido. Senti medo. Procurei alguém para conversar. Essa conversa estranha sobre estar perdida e ter medo aconteceu no estágio. Você talvez tenha pensado que eu fosse atrás de uma pessoa conhecida. Mas não. Foi com uma colega de estágio que eu tive essa conversa. Hoje eu penso que loucura foi aquilo. Quais são os lugares do mundo no qual podemos conversar sobre estar perdida, sentir medo do outro e de si e não ser demitida? Eu poderia esperar muitas coisas da experiência de trabalhar, mas nunca essa...o que eu senti? Acho que me senti importante para alguém. Saber que alguém se importa com aquilo que me acontece... Algumas coisas que aconteceram naquelas tardes, eu nunca vou entender. Um dia voltei para o estágio. Estava todo suja. Voltei para dizer que estava viva. O que você poderia fazer com isso? Quem poderia fazer algo com isso? Voltar para dizer que está viva? Talvez você tivesse medo de mim...

Um dia o mesmo colega que conversou comigo estava subindo uma rua no centro acompanhado de outro colega e eu apareci. Meu colega ficou surpreso. Talvez ele nunca

⁹¹ Esse título refere-se ao tópico 3.6.

entenda que aquilo era cuidado. Eu sabia que estavam assaltando pessoas na Dr. Flores, e quis me certificar que meu colega ficaria seguro. Por quê? Não sei. Talvez porque um dia ele conversou comigo, ou sei lá...essa pergunta é difícil. Talvez eu me importe com ele. Quem eu sou? Pergunta difícil! Sou muito nova para saber quem eu sou. Vocês parece a larva da Alice que fica perguntando: Quem és tu? Quem és tu? Isso na verdade é mais um problema teu do que meu. Mas, se você perguntar para alguém quem eu sou. Se essa pessoa me olhar, talvez ela te responda rápido. E talvez as histórias que te contei, façam mais sentido...dizer que sou eu que faço isso deixa as pessoas seguras. Todos querem ficar seguros. Você não quer?

Pegadas na areia

No percurso de escrever, as pegadas deixadas na areia vão indicando algo por fazer. O corpo novamente sente, adoece, em meio a escrita da dissertação que tanto tem desse corpo. O desejo de parar retorna. Em meio à parada um jovem que acompanho solicita atendimento novamente depois de três meses de moradia na rua. Foi expulso de sua casa em terreno de ocupação, e desde então solicita a todos os serviços pelos quais já passou algo – ele insiste. A escola nada podia fazer. O Centro de Assistência Social (CRAS) nada poderia fazer além de ligar para o albergue da cidade. O CREAS indica o mesmo caminho para o albergue, mas com um aviso: lá é “barra pesada”. O jovem que antes estava na rua, foi para o albergue-“barra pesada”. Em “segredo”, depois de dois meses ele confessa que não estava dormindo no albergue, e sim “aprendendo coisas que não gostaria de estar aprendendo”. Ele estava enganando as pessoas que trabalham no posto quando pegava uma ficha para atendimento médico mentindo que era para sua tia. Ao mentir, conseguiu um lugar para dormir dentro do posto de saúde, na fila de espera do SUS que em algumas localidades pode demandar “virar a noite”. Se os guardas chegavam, ele apresentava a ficha de espera e com isso continuava a dormir livre das facas do albergue, do guarda que “se passava com os albergados” e do sereno da noite. Ao ouvir isso algo fez parar. É preciso fazer algo. A equipe correu muito, o jovem muito mais, pois além de continuar presente na escola e no curso ele ainda corria o seu bairro atrás de emprego. Conseguiu emprego. Lembrou de uma obra que fez, e que o dono da obra lhe devia 315 reais pelo serviço. Conversando com agente comunitária da equipe descobrimos uma pensão. Fomos à pensão que cobrava 250 reais por mês de seus pensionistas. Um quarto vago. Chão de cimento, paredes que não foram caiadas, colchão retorcido com as marcas dos corpos de outros que lá passaram. Muita sujeira no chão para limpar. O jovem fica feliz. Era tudo o que ele queria, um canto para si. No quarto desarrumado e mal conservado, o gigante em luta por uma vida digna enxerga o começo de um novo tempo. Com os 75 reais que sobrou comprou comida para poder passar o resto do mês. No dia 20 de fevereiro de 2012 começará a trabalhar com carteira assinada. No dia 29 do mesmo mês voltará a escola.

Esse mesmo jovem teve que enfrentar alguns olhares sobre sua condição cognitiva e mental em muitos espaços. Sua bravura, **ginga** e **astúcia** para lutar pela vida não bastavam para provar sua cidadania e valor. Era preciso muito mais. Mais o que? Algo por fazer nas formações em psicologia que falam muito pouco do perigo que representamos ao escrever, falar e dizer sobre o indivíduo sem perguntar sobre os tempos que este sujeito na nossa frente traz. Algo por fazer nos serviços que balizados por esses saberes psis continuam a buscar no

jovem o normal que ele “deveria ser”, sem nunca poder ser o que se é, ou melhor, sem poder expressar sua potência, pois reduzimos suas possibilidades de se afetar querendo enquadrá-lo em um “tipo” adequado. Quantos tempos serão necessários para desconstruir esse nosso olhar sobre a juventude e as maiorias de nosso país? Maiorias porque sim, são gigantes em número, muito mais numerosos e consideravelmente mais desrespeitados. Parece que o hino quando nasce cantando “gigantes pela própria natureza” já sabe o que faremos com os nossos gigantes. A psicologia contribui e muito para que esse brado do hino se cole em corpos e diga: “isso é biológico, é do indivíduo, é natural”. Mas os corpos que carregam de modo mais radical nossa história desobedecem, criam a capoeira e a **ginga**, criam os bandos e os bondes, o samba, o hiphop e o funk, criam letras que cantam com **astúcia** um percurso de dor e de morte e de esperança e de desejar “sair dessa”. Contam ainda com a psicologia: “Não sei se tu pode me ajudar, mas deixa eu te contar o que eu estou fazendo para poder dormir”. Ainda acreditam que ao nos encontrarmos algo pode acontecer. Pode? Sim, pode. Somos cidadãos de um país que teve que aprender a se adaptar, e alguns de nós percebeu que não existem os de lá, e os de cá. Não iguais, mas sofrendo do mal do medo do outro e da rápida adaptação a mudanças políticas que atingem a todos, pois como país em desenvolvimento a prática de atropelar os processos persiste. Em meio à desesperança encontramos uma lugar para ocupar, com uma prática que quer “parar” com esse jovem veloz - que aprendeu muito bem com os movimentos das políticas que nascem e morrem, que a vida é rápida, é preciso correr “senão o bicho pega”. Do fervilhamento de um problema político agenciamentos se formam. O Estação Psi foi um desses agenciamentos que apostou no encontro para se estar/fazer/saber/sentir com a juventude que cumpre medida socioeducativa e outras juventudes.

As pegadas deixaram suas marcas firmes em uma prática que se construiu coletivamente. Equipe de psicólogas, professora, estagiários (as) e extensionistas se reuniam em um diário coletivo para lá deixar a marca daquilo que espera por se fazer, e insiste – um arquivo que guarda um pedaço de nossa história. Uma história que aguarda para ser afirmado como possível a partir dos afetos. Tendo como bússola dessa prática o afeto, seguimos para nosso primeiro exercício ético que é nossa segunda pegada: a tragicidade da vida. Como tomar essas histórias sem fazer um juízo moral daquilo que escutamos? Para tanto é preciso estar com.

O jovem convoca ao movimento nas ruas. Ao ocupar o *entre* em uma cidade estamos abertos aos afetos que a rua provoca. Ao chegar na pensão ele responde a uma extensa

entrevista sobre os riscos que poderia trazer para pensão: “usa droga?”, “alguém está te procurando?”, mas o jovem resiste, e acompanhado não precisa responder a todas estas perguntas depois de tanta luta para conseguir um lugar para morar. Como jovem-tigre que é carrega nossos dejetos de preconceito com essa juventude e resiste, sorrindo depois da entrevista por ter um lugar. Será que os “tigres” e os “antissociais jovens” podem nos contar algo dessa nossa história que se condensa nas ruas. A rua nos força a buscar referências na nossa cultura. E a cultura nos obriga a olhar para o jovem de outro jeito. Não conseguimos mais olhá-lo sem perceber suas marcas. Essa visão, convoca a audição a atentar para as palavras ditas, para os gestos de outra maneira. No encontro com a juventude não estamos mais em um eu-tu. Essa relação é tramada de dores brasileiras recentes que persistem e que reforçam com a força de sua violência as divisões eles e nós tão comuns quando falam sobre jovens. No final o jovem vira e diz: “agora só falta casar”. São essas histórias e práticas que compõe *os mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil: uma clínica por vir.*

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Homo sacer II. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O autor como gesto. In: **Profanações**. Lisboa: Cotovia, 2006.

_____. **O poder soberano e a vida nua**. Homo sacer I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

_____. Arquivo e testemunho. In: **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALSTON, P. **Relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a violência no Brasil**. Mimeog. (Relator especial da ONU sobre execuções arbitrárias, sumárias ou extrajudiciais, Philip Alston), 2008.

ALVARENGA, Patrícia, HUTZ, Claudio S., PACHECO, Janaína, PICCININI, Cesar A, REPPOLD, Caroline. Estabilidade do Comportamento Anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, 18 (1), pp.55-61, 2005.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Pista 7: Cartografar é habitar um território existencial. In: **Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**./org. Eduardo Passos, Vírginia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARTHES, Roland. Escrever a leitura. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAPTISTA, Luis A. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: **Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação**./org. Ira Maria Maciel. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. Pg. 195 a 209.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renan, 2003 a.

BECKER, Julia; CARVALHO, Júlia D.; LAZZAROTTO, Gislei D. R. Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. In: **Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Número especial sobre AT. (revista esperando publicação).

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (3):561-571, 2005.

_____. Por uma política da narratividade. In: **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade./org. Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas.V.1. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil**. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói: ABRAPSO, 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Caminhos para uma Política de Saúde mental infanto-juvenil**. Brasília; editora do ministério da saúde, 2005.

CANDIDO, Arnaldo L., CARVALHO, Júlia D., ROCHA, Bárbara M. Como trabalhar na trama da juventude-educação-segurança? <http://www.encontro2011.abrapso.org.br/site/textoscompletos>. Visitado em 01 de dezembro de 2011, às 20:00.

CARVALHO, Júlia D., GARAVELO, Leonardo M. C., ZANON, Regina B.S/t: silêncios e testemunhos. In: **Vidas do Fora: habitantes do silêncio**. Org. Tania Mara Galli Fonseca, Luciano Bedin da Costa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

CARVALHO, Júlia D., LAZZAROTTO, Gislei D. R. Afetar. Pesquisar nna diferença: um abecedário. 2012

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNDA, Mateus F. **As tramas empedradas de uma psicopatologia juvenil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

CUNHA, Maria Helena Lisboa da. Nos labirintos do tempo. In: **Pensar de outra maneira a partir de Cláudio Ulpiano**. Rio de Janeiro: Pazulin, 2007.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. Inmanencia y deseo. In: Kafka. Por uma literatura menor; tradução de Jorge Aguilar Mora. — México: Ediciones Era, 1978.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. O corpo sem órgãos. In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**; tradução de Aurélio Guerra Neto ET alii. — Rio de Janeiro : Ed. 34 (Coleção TRANS), 1996.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 4**; tradução de Suely Rolnik. — Rio de Janeiro: Ed. 34 (Coleção TRANS), 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível... In: **Mil Platôs Vol. 4**. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Cinema 2: a imagem-tempo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1985.

_____. Trigesima terceira série: das aventuras de Alice. In: **Lógica dos sentidos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

_____. **Spinoza: Filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Dialogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

EIRADO, André do; PASSOS, Eduardo. Pista 6: Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: **Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**./org. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2009

ESCÓSSIA, Liliana, KASTRUP, Virgínia, PASSOS, Eduardo. Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas. In: **Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**./org. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre, 2009.

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FONSECA, T. M. G.; Engelman, S.; Kirst, P. G. A revolução do presente. In: **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, 18, 2 (jul./dez.), 2006, 83-92.
- FONSECA, Tania Mara Galli, OLIVEIRA, Andréia Machado. Contribuições de Deleuze: o acontecimentalizar no social e as sinuosas linhas da trama institucional. In: **PSICO** – v.38, n.2, pp. 133-138, maio/ago. 2007.
- FONSECA, Tania Mara Galli, KIRST, Patrícia Gomes. Somos imagem: o mundo é imagem. In: **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v.11, n.2 p.34-38, jul/dez. 2008.
- FONSECA, Tania Mara Galli. Vidas do fora e a escrita de um mundo incontável. In: **Vidas do fora: habitantes do silêncio**./org. Tania Mara Galli Fonseca e Luciano Bedin. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Raymond Roussel**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. O que são as luzes? In: **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas do pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleções Ditos e escritos II, 2000. P.335-351.
- _____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.
- _____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a
- _____. Mesa-Redonda de 20 de Maio de 1978. Estratégia, poder-saber. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- _____. É inútil revoltar-se? In: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. (pp. 77-81). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU editora, 2005

_____. **Estratégia, poder-saber**. Em: Ditos e escritos IV. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOULART, Marcos V. da Silva. **Incursões biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientado pela Profª Drª Nair Silveira dos Santos, 2011.

JAEGER, Longaray Regina. **Excluir é sinônimo de expulsar? Por uma expressão menor dos estranhos poemas**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientado pela Profª Drª Tania Mara Galli Fonseca, 2008.

KASTRUP, Virgínia, POZZANA, Laura. Pista 3: Cartografar é acompanhar processo. In: **Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**./org. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LANCETTI, A. **Clínica Paripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

LAPOUJADE, D. O corpo que não agüenta mais. In: **Nietzsche e Deleuze: Que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002

LAZZAROTTO, Gislei. D. R. **Pragmática de uma Língua Menor na Formação em Psicologia: um diário coletivo e políticas juvenis**. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul orientada por Margarete Axt. Porto Alegre, RS, 2009.

LINS, Daniel. A metafísica da carne: que pode o corpo. In: **Nietzsche e Deleuze: o que pode o corpo**./org. Daniel Lins e Sylvio Gadelha. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

_____. Implicação: Um novo paradigma? In: **Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Fucitec, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Rideel, 2005

_____. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Rideel, 2005a.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica.** Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientada por Carlos Alberto Plastino, Rio de Janeiro,RJ, 2007.

POMBO, Mariana, SÁ-CARVALHO, Carolina, VAZ, Paulo. Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no notícia de crime. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas do Pós-Graduação em Comunicação.** Dezembro, 2005.

RODRIGUES, Heliana B. C. Notas sobre o paradigma institucionalista: preâmbulo político-conceitual às aventuras históricas de “sócios” e “esquizos” no Rio de Janeiro. In: **Transversões – Periódico de Pesquisa do Programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.** Vol. 1, nr.1, 1999, p.169-199.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – **SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos** – Brasília – DF: CONANDA, 2006.

SANTOS, Manuela Arruda dos. Lixo e excrementos faziam parte do dia-adia da população do Recife imperial. Pintou sujeira. In: **Revista de História.** [HTTP://www.revistadehistoria/section/artigos-revista/pintou-sujeira.1/06/2008](http://www.revistadehistoria/section/artigos-revista/pintou-sujeira.1/06/2008). Acesso em 20 de novembro de 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: UDESP, 2005.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TEIXEIRA, Ricardo R. A grande saúde: uma introdução à medicina do corpo sem órgãos. In: **Interface – Comunic., saúde, educ.,** v.8, n.14, p.35-72, set.2003-fev.2004.

VAZ, Paulo. Risco e Justiça. In: Calomeni, Teresa Cristina B. (org) – **Michel Foucault – entre o murmúrio e a palavra.** Programa de Pós-Graduação da escola de comunicação da UFRJ. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, pp. 101-131

VIGARELLO, Georges. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”. **Projeto história,** São Paulo, (21), Nov. 2000.

VINCENTIN, Maria. Cristina. G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Versão digitalizada. Rio de Janeiro: Centro de estudos em novas tecnologias e informação, 2004.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Ministério da Justiça, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.